

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM HISTÓRIA

RICARDO PEREZ PEREZ

**TRAJETÓRIA INTELLECTUAL DE CARLOS MARIGHELLA:
DO PCB À ALN**

GOIÂNIA
2017

RICARDO PEREZ PEREZ

**TRAJETÓRIA INTELECTUAL DE CARLOS MARIGHELLA:
DO PCB À ALN**

Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História. Sob orientação do professor Doutor: Eduardo Sugizaki

Linha de Pesquisa:

Poder e Representações

GOIÂNIA

2017

P438t

Perez, Ricardo Perez

Trajectoria intelectual de Carlos Marighella: do PCB
à ALN[manuscrito]/ Ricardo Perez Perez.-- 2017.
110 f.; 30 cm

Texto em português com resumo em inglês
Dissertação (mestrado) -- Pontifícia Universidade
Católica de Goiás, Programa de Pos-Graduação Stricto
Sensu em Historia, Goiânia, 2017
Inclui referências F.114-116

1. Marighella, Carlos, 1912-1969. 2. Ação Libertadora
Nacional (Brasil). 3. Política e governo. 4. Revolucionários
- Brasil. 5. Guerrilhas - Brasil. 6. História - Brasil.
I.Sugizaki, Eduardo. II.Pontifícia Universidade Católica
de Goiás. III. Título.

CDU: 323.27(043)

TRAJETÓRIA INTELECTUAL DE CARLOS MARIGHELLA: DO PCB À ALN

Dissertação aprovada em 01 de fevereiro de 2017, no curso de Mestrado em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás para a obtenção do grau de Mestre em História.

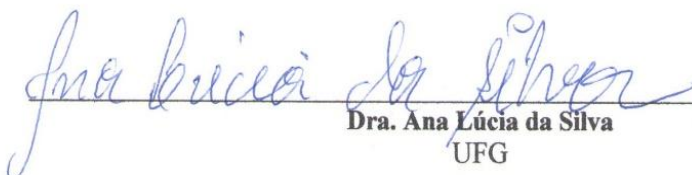
BANCA EXAMINADORA



Dr. Eduardo Sugizaki
PUC Goiás (Presidente)



Dra. Maria Esperança Fernandes Carneiro
PUC Goiás



Dra. Ana Lúcia da Silva
UFG

Dr. Eduardo Gusmão de Quadros
PUC Goiás (suplente)

Dr. João da Cruz Gonçalves Neto
UFG (suplente)

Dedico este trabalho

Aos meus pais, Mario Perez Perez e Edma de Castro Perez, por terem aberto o caminho, servindo-me sempre como exemplos de dignidade e honestidade. A minha irmã Alessandra de Castro Perez, pela força e garra que sempre teve e que sempre me transmitiu. À minha esposa, Marcela Dias Pinto Perez, pelo constante incentivo, carinho e amor.

Amo vocês!

AGRADECIMENTOS

Ficam aqui expressos os meus sinceros agradecimentos às pessoas e instituições que, por vias diretas ou indiretas, permitiram a realização deste trabalho.

À minha família e amigos, pelo estímulo e paciência.

Ao Prof. Dr. Eduardo Sugizaki, orientador, pela confiança, incentivo, amizade e pelas sábias críticas construtivas.

A todos os professores do Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, pela dedicação.

Aos pós-graduandos do Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, pela troca de informações e amizade durante o desenvolvimento desta dissertação.

Enfim, a todos que contribuíram de alguma forma para o desenvolvimento deste trabalho, muito obrigado!

LIBERDADE

Não ficarei tão só no campo da arte, e, ânimo firme, sobranceiro e forte,
tudo farei por ti para exaltar-te,
serenamente, alheio à própria sorte.
Para que eu possa um dia contemplar-te
dominadora, em férvido transporte,
direi que és bela e pura em toda parte,
por maior risco em que essa audácia importe.
Queira-te eu tanto, e de tal modo em suma,
que não exista força humana alguma
que esta paixão embriagadora dome.
E que eu por ti, se torturado for,
possa feliz, indiferente à dor,
morrer sorrindo a murmurar teu nome”

(Carlos Marighella, São Paulo, Presídio Especial, 1939)

RESUMO

O presente trabalho debruça-se numa análise sobre a trajetória intelectual de Carlos Marighella. Ilumina-se, conseqüentemente, a construção e linha ideológica adotada pela ALN, uma das mais importantes organizações guerrilheiras formadas no Brasil após o golpe civil-militar de 1964. Para tanto, o crivo estabelecido, essencialmente, abarcou os escritos de Carlos Marighella, fundador e líder da organização revolucionária citada. O guerrilheiro conjugou o dinamismo de revolucionário prático a uma produção literária intensa. Os escritos de Marighella fundem-se à natureza da organização guerrilheira de esquerda – a ALN –, neles, toda a estrutura ideológica e doutrinária é lançada, incluindo os “princípios organizativos”, os “princípios táticos” e os “princípios estratégicos”. Com isso, é possível evidenciar, no processo de maturidade de seus textos, a construção teórica, ideológica e prática proposta por Marighella para a ALN que convergirá na ação como princípio norteador da organização, trazendo à superfície a contribuição *sui generis* de suas ideias para a esquerda revolucionária brasileira. O período abrangido pela pesquisa inicia-se em 1948 quando dos debates de direcionamento partidário inaugurados devido à ilegalidade que o Partido Comunista Brasileiro fora lançado e finaliza-se em 1969 com o assassinato de Carlos Marighella pela repressão militar.

Palavras-chave: Trajetória intelectual. Carlos Marighella. Ação Libertadora Nacional (ALN). Guerra de guerrilhas.

ABSTRACT

The present study is based on an analysis of the intellectual trajectory of Carlos Marighella. Consequently, the construction and ideological line adopted by the ALN, one of the most important guerrilla organizations formed in Brazil after the 1964 civil-military coup. Therefore, the established sieve essentially included the writings of Carlos Marighella, founder and leader of the aforementioned revolutionary organization. The incendiary combined the dynamism of practical revolutionary with an intense literary production. Marighella's writings merge with the nature of the leftist guerrilla organization - the ALN - in which the whole ideological and doctrinal structure is initiated, including "organizational principles," "tactical principles," and "strategic principles." Then, it is possible to highlight, in the process of maturity of its texts, the theoretical, ideological and practical construction proposed by Marighella for the ALN that will converge in the action as guiding principle of the organization, bringing to the surface the *sui generis* contribution of its ideas to the Revolutionary left. The period comprised by the research began in 1948 when party teaching debates initiated due illegality that the Brazilian Communist Party had initiated and ended in 1969 with the assassination of Carlos Marighella for military repression.

KEY WORDS: Intellectual trajectory. Carlos Marighella. National Liberation Action (ALN). Guerrilla warfare.

LISTA DE SIGLAS

AC/SP : Agrupamento Comunista de São Paulo

ALN: Ação Libertadora Nacional

AP: Ação Popular

CNV – Comissão Nacional da Verdade

ME: Movimento Estudantil

PC do B – Partido comunista do Brasil

PCB: Partido Comunista Brasileiro

PCBR: Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

PCUS: Partido Comunista da União Soviética

SNI: Serviço Nacional de Informações

UNE: União Nacional dos Estudantes

C. C: Comitê Central

C. E: Comitê Estadual

IC: Internacional Comunista

JUC: Juventude Universitária Católica

KOMIFORM: Escritório de Informação dos Partidos Comunistas

KOMITERN: Internacional Comunista

OLAS: Organização Latino-americana de Solidariedade

PC's: partidos comunistas

TSE: Tribunal Superior Eleitoral

URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 PENSAR COM O PARTIDO, PENSAR COM PRESTES (1948 – 1964)	18
1.1 Esquerda, Volver: Manifesto de janeiro de 1948.....	18
1.2 O caminho da libertação: Manifesto de agosto de 1950	21
1.3 Consolidação de um caminho à esquerda	22
1.4 Direita volver: Declaração de 1958	25
1.5 Dois partidos comunistas: Carta Dos 100 – Expulsaram Os Que Os Haviam Expulsado.....	34
2 DA ARMA DA CRÍTICA À CRÍTICA DAS ARMAS (1964 – 1966).....	41
2.1 Liderança é dinamismo, é ação.....	41
2.1.1 O conformismo é a morte	42
2.1.2 Marxismo e liberdade	44
2.1.3 Críticas à liderança partidária.....	46
2.2 Divergem as avaliações: A crise brasileira	51
2.2.1 As causas da derrota.....	51
2.2.2 Questões fundamentais de estratégia revolucionária.....	55
2.2.3 Questões fundamentais de tática revolucionária.....	59
2.3 Desligamento da Executiva Nacional	67
3 A AÇÃO FAZ A VANGUARDA (1967-1969)	71
3.1 Carta conclusiva	71
3.2 Constituição da guerrilha: uma estratégia e tática global para o Brasil	74
3.3 Primeira fase: a guerrilha urbana	78
3.4 Princípios de organização	84
3.5 A prática é o único critério	90
3.6 Segunda fase: a guerrilha rural	94
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
FONTES.....	104
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	108

INTRODUÇÃO

Propõe-se nesta pesquisa uma análise sobre a trajetória intelectual de Carlos Marighella. Ilumina-se, conseqüentemente, a construção e linha ideológica adotada pela ALN, uma das mais importantes organizações guerrilheiras formadas no Brasil após o golpe civil-militar de 1964. Para tanto, o crivo estabelecido essencialmente abarcará os escritos de Carlos Marighella, fundador e líder da organização revolucionária citada. O guerrilheiro conjugou o dinamismo de revolucionário prático a uma produção literária intensa. Além desses escritos, serão utilizados os documentos do PCB (Partido Comunista do Brasil), do qual Marighella participou ativamente antes da ALN.

Os escritos de Marighella fundem-se à natureza da organização guerrilheira de esquerda – a ALN criada em fevereiro de 1968 -, neles, toda a estrutura ideológica e doutrinária é lançada, incluindo os “princípios organizativos”, os “princípios táticos” e os “princípios estratégicos”. Com isso, ao haver aprofundamento na análise dos documentos, será possível evidenciar, no processo de maturidade de seus textos, a construção teórica, ideológica e prática proposta por Marighella para a ALN que convergirá na “ação” como princípio norteador da organização, trazendo à superfície a contribuição *sui generis* de suas ideias para a esquerda revolucionária brasileira.

O soteropolitano Carlos Marighella nasceu em cinco de dezembro de 1911, foi um dos sete filhos de Augusto Marighella, imigrante italiano que desembarcou na Bahia em 4 de novembro de 1907, dia e mês determinantes na vida desse baiano. Sua mãe foi Maria Rita do Nascimento, baiana, descendente de escravos, nasceu no mês de maio de 1888, ano da Abolição da Escravatura.

Marighella, apesar das condições simplórias da família e o que poderia ser um obstáculo à finalização dos estudos, concluiu o curso primário, secundário e ingressou no curso de Engenharia Civil da Escola Politécnica da Bahia, onde ficou conhecido por suas provas escritas em forma de versos. Em 1934, suspenso da Escola Politécnica, por militância política, despertou para as lutas sociais e filiou-se ao Partido Comunista.

Posterior ao início da militância em seu estado natal, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde foi preso e torturado em 1º de maio de 1936, por subversão, foi solto depois de um ano e viveu na clandestinidade quando novamente foi preso,

permanecendo nessa situação até 1945, ano em que foi beneficiado com a anistia, em um período de redemocratização do país.

Marighella foi eleito deputado pelo Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1946, ocupando a tribuna com “inflamados discursos”, porém, perdeu o mandato quando o registro legal do partido foi cassado, no governo Dutra. A partir de então, retorna à clandestinidade e à militância até sua morte em 4 de novembro de 1969.

Militância que o levou ao Comitê Central do partido e enquanto dirigente, influente e respeitado, participou dos debates internos sobre o posicionamento dos comunistas no Brasil, até 1967. Após esse período, seu principal intento foi participar da construção do que ficou conhecido como “a nova esquerda” ou “esquerda revolucionária”, chegando a organização da ALN (Ação Libertadora Nacional), em 1968.

Escolheu-se apresentar as análises dos escritos e reflexões de Carlos Marighella em três capítulos, que, para esta pesquisa, serão denominados: *I Pensar com o partido, pensar com Prestes (1948 – 1964)*, *II Da arma da crítica à crítica das armas (1964 – 1966)* e *III A ação faz a vanguarda (1967 – 1969)*.

No capítulo denominado *Pensar com o partido, pensar com Prestes (1948 – 1964)*, a maturidade intelectual de Carlos Marighella vai ser questão chave para o entendimento de parte substancial do que se estabeleceu como esquerda revolucionária brasileira. Será usado o espectro da formação ideológica da Ação Libertadora Nacional – ALN como referencial dessa *nova esquerda*. Analisaremos seus textos, seus embates e sua militância durante seus 33 anos no Partido Comunista do Brasil – PCB, que fizeram de Marighella pessoa de profunda influência política entre os comunistas brasileiros. A ele pertence uma história de muita atividade e ele é entendido, muitas vezes, como agitador por seus críticos mais mordazes. Sua figura representava o que havia de maior vigor para a luta nas fileiras do PCB. Várias vezes preso e tendo passado quase toda a sua vida na clandestinidade, Carlos Marighella foi um fiel militante do PCB e influente dirigente do partido até ser expulso em 1967.

Mesmo antes de sua saída e/ou expulsão do partido em 1967 e do golpe de 1964, Marighella já apresentava posição crítica e de alguma maneira divergente dos encaminhamentos e ações do PCB. Por essa perspectiva, percebeu-se a necessidade de uma análise anterior a seus documentos públicos, abrangendo discussões internas do PCB e que, portanto, atingiram os comunistas brasileiros em

sua hegemonia e fizeram parte da construção ideológica dele e, conseqüentemente, daquela da ALN.

As principais questões que afligiam os debates dos comunistas brasileiros eram divididas em duas chaves essenciais, sendo elas: as “diretivas estratégicas” e as “diretivas táticas”. Uma estava relacionada à outra, pois as “diretivas estratégicas” eram basicamente onde queriam chegar e as “diretrizes táticas” seriam as formas de se alcançar o objetivo estratégico, ou seja, como chegar aonde pretendiam.

As posições estratégicas foram definidas com relativa tranquilidade pelos comunistas do “Partidão”, como ficou conhecido o PCB, com orientação marxista-leninista. Isto é, a estratégia era a revolução em duas etapas, a saber, a primeira, o desenvolvimento do estágio capitalista e a segunda, a revolução do proletariado, que levaria ao estado socialista, transitório, e então para o comunismo.

Porém, os objetivos táticos seriam motivos de acaloradas discussões, pois essas contestações tinham duas amálgamas insolúveis para balizar as disputas internas. Uma era o centralismo democrático e a outra era o papel do partido como liderança do proletariado e sua luta de classes em direção à revolução historicamente definida pelas contradições que o Capitalismo traz em sua gênese. Ou seja, dentro desses limites a discussão era incentivada e acontecia frequentemente.

Carlos Marighella vai agir dentro desses parâmetros durante todo o período de sua militância no PCB e é possível perceber sua presença, nem sempre resignada, nas discussões de boa parte da história do partido, até sua expulsão em 1967.

O tema de maior interesse para Marighella dentro do partido e depois na organização da ALN era discutir a melhor tática para a revolução brasileira, ou seja, era debater o modo de agir dos comunistas.

Dois posicionamentos foram alvo de profícuos debates nos anos de 1947 a 1964 dentro do “Partidão”. Esses posicionamentos orientaram suas ações e programas. Foram eles: primeiro, as reflexões balizadas por estudos e debates dos acadêmicos que buscavam entender a formação econômica e social do Brasil, ou melhor, estudos sobre o estágio do capitalismo no Brasil, que se apresentava como uma questão nevrálgica. Segundo, um ponto que fazia parte do cerne desse debate, de grande interesse dos comunistas, era o verdadeiro papel da burguesia no processo revolucionário brasileiro.

Por vários momentos o PCB dirigiu suas ações de acordo com esses entendimentos, por vezes aliados a uma perspectiva de que o processo econômico do Brasil já estava avançado e, portanto, existia um capitalismo com todas as suas contradições e processos críticos de crises. Por conseguinte cabia ao partido assumir seu papel na história e liderar o proletariado à revolução socialista.

Em outros momentos, a percepção era de que não existia um capitalismo no Brasil, mas sim uma espécie de sistema semifeudal de produção, ou escravista colonial, ou mesmo um estágio primitivo de capitalismo. Assim, exigia-se que a burguesia industrial deveria desenvolver-se para então haver o surgimento de uma classe proletária. Nessa perspectiva, colocava-se o partido em uma postura mais conciliadora e reformista, buscando guiar o desenvolvimento do capitalismo de modo o mais progressista possível e de acordo com alianças, reformas e coligações.

Outro tema de discussão foi a particularização da questão agrária no pensamento político de Carlos Marighella e suas teses sobre os camponeses na revolução brasileira. Isso se apresentou de forma essencial em seu pensamento relacionado à concepção das classes no Brasil, sendo assim importante situá-las no esteio de análises que vieram sendo elaboradas dentro do PCB.

A caracterização agrária no Brasil, associada ao Partido Comunista Brasileiro, estava alinhada às deliberações da III Internacional Comunista, que sacramentou uma orientação estalinista. Isso se evidenciou na homogeneização, em níveis conceituais, dos países coloniais ou semicoloniais em termos de formação social e, conseqüentemente, houve aprovação de tática e estratégia únicas para o enfrentamento das classes dominantes e a construção do socialismo.

Decorre desta orientação a identificação de traços feudais na economia brasileira, expressos na grande propriedade rural. Desta característica original decorreria a forma de organização da propriedade e as formas de exploração do trabalho e, conseqüentemente, a estruturação das classes sociais. Segundo a análise do PCB, essa reedição das relações feudais no Brasil conduz a um paradoxo determinante, qual seja, a de um país que se industrializava ao mesmo tempo em que mantinha uma estrutura agrária arcaica, escorada no imperialismo norte-americano.

Mas essa análise do PCB não convencia a todos do partido e foi questionada por Caio Prado Junior (2004), que apresentou uma análise partindo do mercantilismo como uma fase inicial do próprio capitalismo. Ele entendia que a

agropecuária no Brasil teria desde seus primórdios se estruturado em bases capitalistas, daí derivando a formação social e as formas de exploração da força de trabalho.

Essas análises originárias deslocam-se a perspectivas conflitantes referentes à estruturação econômica do país e estão presentes em documentos do partido que foram selecionados para análise desse trabalho, pois possibilitaram perceber o contexto no qual Marighella engendrou seus posicionamentos. Estes apresentaram um fluxo ora mais à direita, caracterizada por ser conciliadora, reformista e com participações eleitorais, ora mais à esquerda, que é radicalização, revolucionária, avessa a acordos e políticas eleitorais.

O flanco de escritos do partido que representam as formulações mais à esquerda são: Como Enfrentar os Problemas da Revolução Agrária e Anti-Imperialista, texto conhecido como “Manifesto de 1948”; Prestes aponta aos brasileiros o caminho da libertação, texto conhecido como “Manifesto de 1950”; o “Programa do Partido” – votado no IV Congresso de 1955; Nossa Política (1948) e Alguns aspectos da renda da terra no Brasil (1958). Esse posicionamento teve como marco inicial a decisão do TSE de tornar o PCB ilegal, levando-o novamente à clandestinidade. A ação do TSE foi considerada uma traição da burguesia nacional.

Em outro flanco, os documentos de uma ala mais à direita, ligada às alianças eleitorais, aos processos reformistas e às disputas eleitorais estão presentes na seleção dos seguintes registros: Declaração Sobre a Política do PCB, texto conhecido como “Declaração de 1958” e a Carta dos 100 (1961).

Foi justamente no curso iniciado com o “Declaração de 1958” que Carlos Marighella promoveu suas críticas mais contundentes ao partido, direcionadas às lideranças, às táticas e à postura direitista. Esse período é a gênese da cisão de Marighella com duas combinações de disputas partidárias: o centralismo democrático e a liderança partidária (culto ao líder) ou burocracia partidária. Identifica-se, a partir de então, um processo de conflitos que foi crucial para a formação intelectual de Carlos Marighella e de outros grupos denominados “dissidentes”, que inauguraram outros partidos de esquerda.

Faz-se primordial observar e analisar esses processos do PCB, por se tratar fundamentalmente da esquerda brasileira hegemônica, pois praticamente todas as matizes de esquerda no Brasil tinham alguma relação e influência daquele,

excetuando-se grupos partidários do trotskismo, com a doutrina de revolução permanente, incipiente no Brasil.

Finalizamos esse estágio no momento da primeira cisão dos comunistas brasileiros em 1962, com a criação do Partido Comunista do Brasil – PC do B, quando as divergências se tornaram intransponíveis e levaram os comunistas brasileiros enfrentar, já em fragmentação, os duros anos que viriam.

Veremos que mesmo nos cismas da esquerda dos anos de 1960 em diante, na formação de outros partidos de orientação marxistas, nos protopartidos e nos movimentos revolucionários, guerrilheiros ou sociais, habitavam em algum nível as reflexões e os processos vivenciados pelo PCB. Não foi diferente com Carlos Marighella, pois ele experimentou todas as dinâmicas do partido de maneira ativa, como será exposto no primeiro capítulo desta dissertação.

O segundo capítulo, *Da autocrítica à crítica das armas (1964 - 1966)*, trata das reflexões e debates oferecidos por Marighella após o golpe militar, em que se estabelece um debate interno com e no PCB sobre as causas da derrota. Ou seja, demonstra-se as várias leituras de autocrítica possíveis para a conjuntura do golpe e a completa inépcia dos comunistas e setores progressistas para a reação, além das perspectivas de mudanças nas áreas estratégicas e táticas para a revolução brasileira, a partir dessa nova conjuntura imposta.

Na análise desse momento, objetiva-se verificar as referências dessas reflexões, que se tencionaram num primeiro momento dentro da estrutura partidária. Buscamos analisar também como Marighella constrói uma trajetória de críticas e análises diversas dos caminhos que o partido escolhe. Verificamos nos textos de Marighella desse período um gradual enfrentamento ao partido, chamando atenção para erros a serem reparados e para novas direções a serem tomadas.

O fracasso, ou seja, a derrota em 1964, havia, segundo Marighella, ocorrido em virtude do excesso de gradualismo da estratégia, ao pacifismo dos métodos e à conciliação com representantes das elites brasileiras. A orientação política, em vigor desde o V Congresso, era responsabilizada por haver desarmado politicamente as massas e semeado ilusões de classes entre os comunistas e a vanguarda da classe operária, mas, mesmo assim, a cúpula do partido mantinha essa linha orientativa após o golpe.

Marighella tentou, de 1964 até 1967, em inúmeros textos, debates e reflexões, inutilmente, reconsiderar os norteamentos do PCB sobre os motivos da derrota e refletir sobre qual seria a melhor tática a partir de então.

Porém, os defensores da manutenção das diretrizes do conjunto, semeadas com a declaração de março de 1958, cristalizadas e estabelecidas no IV Congresso de 1960 e encabeçadas por Prestes, retrucaram às acusações apontando que o motivo da derrota foi exatamente a não aplicação correta da linha política definida em 1960. Para eles, as reincidências radicais e aventureiristas, ou seja, os desvios de esquerda na implementação da política oficial, haviam sido os causadores da tragédia.

Com a convocação para o V Congresso do PCB, o primeiro após o golpe de 1964, constituiu-se no núcleo do partido uma tendência de oposição às teses defendidas por Prestes e pela maioria do Comitê Central. Este grupo, influenciado pelas diretivas da cúpula cubana, oferecia à esquerda latino-americana a solução armada como defesa e principal suporte e nesse cenário constituiu-se a chamada Corrente Revolucionária, um grupo heterogêneo de personalidades, como Câmara Ferreira, Apolônio de Carvalho, Mário Alves, Jacob Gorender e o próprio Carlos Marighella.

As sanções administrativas adotadas pelas instâncias de direção do Partido Comunista e o reconhecimento da virtual impossibilidade de se conquistar o conjunto da organização para as teses de resistência armada provocaram uma crise dentro da Corrente Revolucionária. Descrentes em suas chances de êxito no debate interno e desiludidos com as possibilidades de utilização do velho PCB como instrumento para a guerrilha, vários militantes desligaram-se dele antes mesmo do próximo Congresso e iniciaram os preparativos para o empreendimento das ações militares. Foi nesse contexto que se verificou a viagem de Carlos Marighella a Cuba, no ano de 1967.

Para o segundo capítulo, os documentos selecionados foram: Por que resisti à prisão (1965); A crise brasileira (1966) e Carta à executiva (1966).

No último capítulo, *A ação faz a vanguarda (1967 – 1969)*, serão analisados os documentos que manifestam o abandono de Marighella à estrutura partidária e a cristalização da luta armada como área estratégica da revolução brasileira. Aprofundaremos essencialmente na perspectiva construída por ele e representada na expressão “ação faz a vanguarda”. Além disso, serão verificados os

momentos pela viagem de Marighella a Cuba para participar da *I Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade – OLAS* e pela primeira ação armada da ALN, em dezembro de 1967. A história do capítulo irá se encerrar com a morte de Carlos Marighella em 4 de novembro de 1969.

Trata-se de demonstrar a evolução teórica e ideológica em sua originalidade, que evidencia uma lógica e uma racionalidade próprias e genuinamente brasileiras. Marighella move essa evolução desde suas primeiras atividades ainda dentro do Partido Comunista do Brasil (PCB), elaborando, dessa forma, uma concepção revolucionária alternativa, que culminará na prática com o período das ações armadas da ALN.

Para o capítulo intitulado *A ação faz a vanguarda (1967-1969)* os documentos selecionados foram: Carta de renúncia (1967); Algumas questões sobre a guerrilha no Brasil (1968); Pronunciamento de agrupamento comunista de São Paulo (1968); Questões de organização (1968); O papel da ação revolucionária na constituição da organização revolucionária (1969); Alocução da Guerrilha Rural (1969); e a Entrevista de Marighella à revista francesa *Front* (1969).

Nas considerações finais, serão apresentadas reflexões acerca dos resultados e das análises, tendo em vista motivar novas propostas de estudos.

1 PENSAR COM O PARTIDO, PENSAR COM PRESTES (1948 – 1964)

Este primeiro capítulo concentra-se na finalidade de apresentar o PCB como contexto primeiro das formulações ideológicas de Carlos Marighella e contextualizar o repertório de ideias, com as quais tem contato no interior do partido. Privilegia-se alcançar a compreensão dos significados contidos em um conjunto de ideias e trajetórias. Pretende-se compreender os debates, os processos de reformulações e princípios do partido, perceptíveis em alguns documentos e declarações selecionados nesta pesquisa com o objetivo de analisá-los e verificar a trajetória político-intelectual de Marighella nesse primeiro momento de sua militância, sob a liderança de Carlos Prestes. Os escritos necessários para análise dessas questões serão: **Como Enfrentar os Problemas da Revolução Agrária e Anti-Imperialista**, texto conhecido como “**Manifesto de 1948**”; **Prestes aponta aos brasileiros o caminho da libertação**, texto conhecido como “**Manifesto de 1950**”; o “**Programa do Partido**” – votado no IV Congresso de 1955; **Nossa Política** (1948); **Alguns aspectos da renda da terra no Brasil** (1958); **Declaração Sobre a Política do PCB**, texto conhecido como “**Declaração de 1958**” e a **Carta dos 100** (1961). É importante salientar que nesse período e nos documentos selecionados a presença de Marighella como debatedor é pouco registrada, portanto, recorre-se a historiografia específica para balizar o contexto desses debates.

1.1 Esquerda, Volver: Manifesto de janeiro de 1948

Na legalidade institucionalizada e com a assembleia constituinte de 1946, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) teve sua maior representatividade eleitoral da história, elevando os comunistas a uma bancada parlamentar que atingiu o número de quarenta e seis deputados e um senador. Nesse período de legalidade, o PCB chegou a contar com duzentos mil filiados¹.

A política de práticas eleitorais e de União Nacional dentro do sistema burguês foi a guia de uma postura etapista, ou seja, uma construção gradual da Revolução Brasileira, defendida pelo PCB. Esta se dividia em dois momentos ou etapas: a primeira, com uma política conciliatória, dizia que os setores da burguesia

¹ Breve Histórico do PCB (Partido Comunista Brasileiro) <http://pcb.org.br/portal/docs/historia.pdf>

progressista elevariam o capitalismo a um patamar de pleno desenvolvimento e removeriam o país da condição semifeudal; e a segunda, revolucionária socialista, faria um processo transitório de divisão dos meios de produção e instalaria a ditadura do proletariado até a implantação do comunismo.

A falência da política de União Nacional apresentou-se em 1947, com a decisão do TSE de tornar o PCB ilegal por sua condição internacionalista, cassando em todo o país políticos comunistas das casas eletivas. Somado a isso, houve as mudanças ocorridas no movimento comunista internacional e no acirramento da Guerra Fria, quando se iniciou um processo de autocrítica sobre a estratégia de uma Frente Ampla de União Nacional. Ficou evidente, naquele momento, que uma aliança com a burguesia brasileira era uma posição à direita que deveria ser reavaliada.

Em 28 de janeiro de 1948, Luís Carlos Prestes², Secretário Geral do partido, lançou um manifesto, que ficou conhecido como “Manifesto de 1948” ou “Manifesto de janeiro de 1948”. Nele, foram lançadas as bases de uma dura autocrítica da atuação do partido nos tempos de legalidade. Afirma o documento:

Diante das ameaças cada vez mais fortes da reação fomos silenciando cada vez mais a respeito dos nossos objetivos revolucionários e caindo insensivelmente nos limites de um quadro estritamente legal e de pequenas manobras (...). Essa tendência direitista se caracteriza ainda pela sistemática contenção das lutas das massas proletárias em nome da colaboração operário-patronal e da aliança com a burguesia-progressista. (PRESTES, 1948.)³

² Capitão, rebelou-se contra o Exército, em 1924. Liderou a Coluna Prestes, um grupo de revoltosos que percorreu mais de 25.000 quilômetros por 13 Estados em três anos. Líder do Partido Comunista do Brasil – PCB. Morou na Bolívia e na União Soviética antes de ser preso no Brasil, no governo ditatorial de Getúlio Vargas, em 1936. Saiu da cadeia em 1945, participou da vida política do país nos anos seguintes, caiu na clandestinidade, exilou-se na União Soviética e morreu aos 92 anos, em 1990. Foi Biografado por Jorge Amado, companheiro de partido, por sua filha e historiadora Anita Leocádia e pelo historiador Daniel Aarão Reis. **REIS FILHO**, Daniel Aarão. Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. **AMADO**, Jorge. O cavaleiro da esperança. São Paulo: Companhia das Letras, 1942. **PRESTES**, Anita Leocádia. *Anos tormentosos - Luís Carlos Prestes: correspondência da prisão (1936-1945)*. Petrópolis, Vozes.

³ As fontes estão ordenadas pela ordem alfabética de chamada. Os documentos que respondem pela mesma chamada estão ordenados cronologicamente pelo ano em que se tornaram publicamente conhecidos, seja pela primeira edição, no caso dos documentos publicados, seja pela data provável do início da circulação, no caso de manuscritos clandestinos seguidamente redatilografados. Esta data é oferecida, como derradeira informação da fonte, entre colchetes. No corpo inteiro do trabalho, a datação entre colchetes, quando oferecida seguindo a datação entre parênteses, corresponde ao ano da publicação original ou da circulação do manuscrito.

Recebendo com entusiasmo a nova postura orientada pelo “Manifesto de Janeiro de 1948”, Carlos Marighella registra positivamente os novos ventos e afiança com ressalvas a orientação de Carlos Prestes no editorial da revista que comanda, *Problemas – Revista Mensal de Cultura Política*⁴. Não assistiu resignado, mas operou uma postura crítica, mostrando que, apesar de estar de acordo com a direção geral, evidenciou uma autocrítica às atividades de massa como incompletas e ineficazes, o que tornaria impossível uma reação contundente à agressão que o partido sofreu quando de sua invalidação pelo TSE e das cassações de mandatos. Esse fato é possível de se comprovar com o trecho a seguir, intitulado “Nossa Política” (1948), de autoria de Marighella.

É fora de dúvida, entretanto, que o avanço da reação no Brasil nos chama a um sério balanço em nossas atividades. É verdade que, se o Partido Comunista não tivesse encarnado bem a resistência contra o imperialismo ianque e o governo de traição nacional de Dutra, não teriam vindo ordens de Truman para fechar o Partido e cassar os mandatos dos comunistas. Mas também não é menos verdade que nessa altura o movimento de massas deveria ser tal que todas essas medidas reacionárias fossem barradas. Não organizamos o movimento de massas; nosso movimento sindical é muito débil. E nisso residem as causas dos golpes que a reação tem aplicado contra a democracia entre nós. (MARIGHELLA, 1948).

A “resistência em todos os domínios” foi, segundo Marighella (1948), e em entendimento com as orientações de Prestes em seu “Manifesto de Janeiro de 1948”, a única conduta que se apresentava viável aos comunistas brasileiros, pois houve, nesse momento, uma significativa chave de análise dos comunistas, que viria a fazer parte de uma crucial decisão de ação revolucionária ou de reformismos. A questão estava no entendimento se a experiência democrática já havia aberto o processo revolucionário brasileiro ou se ainda haveria a necessidade de uma etapa pré-revolucionária. Além disso, era preciso saber sobre qual patamar o imperialismo se assentava no Brasil.

Daí por que devemos nos colocar à frente das massas, na sua resistência em todos os domínios ao imperialismo americano e ao governo de Dutra, seja no terreno político, estratégico militar, econômico ou ideológico. (MARIGHELLA, 1948)

⁴ Órgão teórico controlado pelo Comitê Central, sob a direção inicial de Carlos Marighella e, depois, de Diógenes Arruda. Com tiragem média de oito mil exemplares, a publicação mensal, que circulou de 1947 a 1956, tinha como objetivo maior a divulgação do pensamento marxista-leninista-stalinista. RICO (2011) <http://pcb.org.br/portal/docs1/texto5.pdf>

A discussão que estava apresentada em Prestes e que Marighella acentuava era que chegara a hora de os comunistas partirem para uma liderança inequívoca das massas e marchar em direção a uma resistência em todas as esferas, abrindo mão de um projeto gradual e etapista da revolução para solidificar um processo revolucionário de libertação do imperialismo e do latifúndio no Brasil.

1.2 O caminho da libertação: Manifesto de agosto de 1950

Um segundo documento em consonância com o “Manifesto de Janeiro de 1948” foi posto em discussão, com uma nova orientação programática direcionada a uma nova linha política, passando a uma orientação fundamentalmente oposta ao pacifismo anterior para uma virada à esquerda com a pregação da violência revolucionária.

Esse documento intitulado “Prestes Aponta aos Brasileiros o Caminho da Libertação” ficou conhecido como “Manifesto de Agosto de 1950”⁵ e sua fundamental característica foi o aprofundamento das teses embrionárias presentes no “Manifesto de Janeiro de 1948”, além disso, houve uma declarada opção por um programa revolucionário, no qual as análises de conjuntura forçavam a uma ação mais à esquerda. Nessa conjuntura se fixava a compreensão de que o Partido Comunista Brasileiro deveria abandonar de vez as teses reformistas, de união nacional com a burguesia e assim renunciar à “tese transitória”, na qual a burguesia teria uma função revolucionária.

Assumir um papel de partido de vanguarda e assumir as lideranças nas organizações de massas, como movimento sindical, movimento estudantil e ligas camponesas, direcionando, esses e outros movimentos, à finalidades revolucionárias como: acabar com as estruturas imperialistas norte-americanas, com as estruturas latifundiárias, levar adiante a Revolução Brasileira, instigar o povo à libertação nacional do jugo do imperialismo, construir um governo do proletariado, foram diretrizes que o PCB estabeleceu depois de um período de conciliação com a pequena burguesia nacional. O processo de rompimento dessa aliança se guiou por rumos revolucionários, como fica explícito nas palavras de Prestes:

⁵ Documento de autoria de Carlos Prestes. Foi publicado em 1º de agosto de 1950 na “Revista Problemas – Revista Mensal de Cultura Política”, edição número 29.

[...] programa revolucionário, de luta concreta e ação imediata, que sintetiza as aspirações de todos e que oferece a todos os verdadeiros democratas e sinceros patriotas uma perspectiva de liberdade, de paz, de independência e progresso para o Brasil. Saibamos levar esse programa às mais amplas massas da população do país. Através da imprensa do povo, em comícios e assembleias populares, saibamos abrir a mais ampla discussão em torno de seu conteúdo que precisa ser conhecido de todos os brasileiros. Mas é fundamentalmente através da luta pelas diversas reivindicações nele contidas que o programa se tornará conhecido do povo, ganhará as massas e transformar-se-á na grande bandeira e na força poderosa capaz de libertar o país do jugo imperialista. Nesse processo, organizando para lutar e aproveitando a luta para organizar, unificar-se-ão as forças populares e rapidamente crescerá e estruturar-se-á, a partir das organizações de base, a grande e poderosa Frente Democrática De Libertação Nacional. (PRESTES, 1950).

A propositura desse documento de 1950 manifesta, de forma mais elaborada que a de 1948, uma conjuntura de que a radicalização deve ser o objetivo dos comunistas, e que a luta agora deveria ser o ponto de organização. Essa postura apresenta muito mais a percepção que a burguesia havia atraído as forças das alianças nacionalistas e que não havia mais espaço para o diálogo com setores progressistas da burguesia, pois ela havia se convertido em reacionária e alinhada ao imperialismo.

1.3 Consolidação de um caminho à esquerda

Esses dois documentos, o “Manifesto de Janeiro de 1948” e o “Manifesto de Agosto de 1950”, consolidaram em seus desdobramentos a nova forma de orientação partidária no IV Congresso do PCB, de 1954, que aprovou um novo programa em que foram estabelecidas as teses que o balizaram em um caminho à esquerda, radicalizando o posicionamento frente à ideia de conciliação com a burguesia nacional.

O problema que se colocou adiante se fixou em torno do questionamento sobre a existência de uma pequena burguesia com incumbência revolucionária, cujos interesses poderiam chocar-se com os do imperialismo norte-americano. Porém, se a classe burguesa brasileira estava alinhada em bloco com o imperialismo norte-americano e o latifúndio nacional, então posicionava-se como um inimigo a ser combatido.

Esses questionamentos levaram o PCB a um profundo debate o qual não culminou em um viés pacificado, pois trouxe uma ampla oposição, que se tornou o

cerne de um vai e vem programático e de graves crises internas na década seguinte. Como afirma o programa do partido aprovado no Congresso, agora o posicionamento era:

A luta irreconciliável e revolucionária de todos os patriotas brasileiros é indispensável para derrotar o governo de latifundiários e grandes capitalistas e substituí-lo pelo governo democrático de libertação nacional. Não há outro caminho para libertar o Brasil do jugo imperialista, para afastar do poder a minoria reacionária e realizar as transformações econômico-sociais necessárias ao progresso da nossa pátria. (CC do PCB, 1954)

Em consonância com seu programa, o PCB determinou que era chegada a hora da vanguarda partidária lançar as bases do que deveria ser a constituição do exército revolucionário, determinando ser a função de todo comunista trabalhar para a construção da luta armada na Frente Democrática de Libertação Nacional – FDLN.

A vitória das forças patrióticas só será possível, no entanto, se elas se unirem, se forgarem, na própria luta libertadora contra a política de guerra, de fome e reação do governo de latifundiários e grandes capitalistas, a mais ampla frente-única anti-imperialista e antifeudal, a Frente Democrática de Libertação Nacional. (CC do PCB, 1954).

Pela primeira vez em seus documentos oficiais, o PCB trouxe como proposta de ação fundamental a união do proletariado urbano e do trabalhador rural. O camponês apareceu como uma classe fundamental e não apenas como suporte revolucionário, mas, sim, tinha o papel de estabelecer parceira em igual condição e de relevância em relação ao operário. Essa foi uma importante mudança surgida desse movimento histórico no partido e reflete as orientações sobre a construção do comunismo em países coloniais ou semicoloniais, mostra de uma dinâmica bastante viva e inovadora no debate dos comunistas brasileiros, a qual Marighella vai incorporar de maneira essencial no seu pensamento. Diz o documento:

Nesta luta libertadora, os operários e camponeses constituem a força principal e indestrutível. A aliança de operários e camponeses é possível e necessária. Os operários ajudarão os camponeses, como aliados, na luta pela terra. Os camponeses ajudarão os operários, como aliados, em sua luta pelo melhoramento radical das condições de vida da classe operária. Esta aliança das forças fundamentais do povo brasileiro decidirá do destino do governo de latifundiários e grandes capitalistas e do regime reacionário que ele personifica. (CC do PCB, 1954).

São controversas as hipóteses que levaram a essa vigorosa movimentação à esquerda do PCB. O fato é que, dentro de um curto lapso de tempo, menos de dez anos, essa plataforma programática se inviabilizou e foi novamente motivo de intensas discussões. Iniciou-se, portanto, uma nova guinada em direção à concepção “Etapista da Revolução”, cujas origens situam-se no remoto VI Congresso da Internacional Comunista, realizado em 1928. Era a nova velha proposta de que a revolução em países semicolonizados deveria ocorrer em duas etapas, primeiro por uma revolução anti-imperialista e antilatifundiária e, em um segundo estágio, uma revolução socialista, ou seja, era o retorno do “etapismo”. Assim silenciaram-se a proposta de luta armada para voltar às alianças e as propostas conciliatórias e reformistas.

Uma série de fatores durante essa década fizeram avolumar a inviabilidade e as contradições entre o programa do IV Congresso e a prática dos militantes. As divergências eram reprimidas pelo método da vida orgânica partidária. O detonador da crise dentro do PCB foi o informe confidencial de Khruchov ao “XX Congresso do Partido Comunista da URSS de 1956”, que denunciava os crimes de Stalin. O escrito provocou perturbações em todo o movimento comunista mundial e no Brasil teve resultados devastadores.

Somou-se a isso certo desencantamento devido ao ostracismo das lideranças partidárias, à desarticulação das massas e mesmo da organização para o “Agir Revolucionário”. Assim, a experiência armada na década de 1950 ocorreu com pouca expressão nacional, não conseguindo se erigir ao patamar de um projeto consistente.

A proposta de luta armada caiu quase por inteiro no vazio. No começo dos anos 1950, não havia disposição, nem meios para repetir as quarteladas de 1935. Assim, as únicas tentativas reais de luta armada se relacionaram com os posseiros de Porecatu, no norte do Paraná, e de Trombas de Formoso, em Goiás. Em ambos os casos, os conflitos tinham caráter local, nem se quer regional. Não foi possível sustentá-los indefinidamente e acabaram solucionados no próprio âmbito local. Em Porecatu, com a derrota dos posseiros combatentes. Em Trombas de Formoso, com a vitória e a posse da terra. (GORENDER, 2014, p.25).

Uma série de discrepâncias políticas se evidenciaram entre o programa aprovado no IV Congresso e as práticas de seus militantes, por exemplo: o diagnóstico referente ao segundo mandato de Vargas, pois esse levou o PCB a uma inflexível oposição ao governo, incluindo em sua plataforma a sua derrubada como

objetivo imediato, mesmo quando apresentou postura divergente com os interesses imperialistas e voltou-se ao trabalhismo e a projetos nacionalistas mais progressistas. Ainda assim, o PCB assumiu oposição, fazendo o partido se confundir em muitos momentos em suas críticas com a postura dos golpistas da UDN.

Em outro desacerto programático, ao reconhecer o efeito negativo da abstenção das eleições de 1950, o PCB resolveu apoiar a candidatura de Juscelino em 1954, tornando-se assim elemento decisivo, uma vez que a eleição foi garantida por uma pequena vantagem de votos. Segundo Gorender (2014), se o PCB fosse seguir seu programa de imediato, deveria trabalhar para derrubar o governo, visto que, após a morte de Vargas substituiu-se em seu programa a expressão “derrubada do governo Vargas” por “derrubada do atual governo”. Este podia ser o de Café Filho como de qualquer outro dos sucessores. Logo, o “atual governo” passou a ser o de Juscelino e, assim sendo, deveriam derrubá-lo. Ainda segundo Gorender, “o fiasco da linha política como guia da atuação prática dos comunistas já se tornava clamorosa” (2014, p.26), ou seja, a distância entre o que se programava e o que se praticava era tão copiosa que as discussões e a prática estavam completamente dissonantes, inviabilizando a ação coordenada dos militantes e das massas.

1.4 Direita volver: Declaração de 1958

Dez anos após o “Manifesto de Janeiro de 1948”, o PCB lançou um novo manifesto, publicado no jornal “A Voz Operária” de 23 de março de 1958, denominado “Declaração Sobre a Política do PCB”, conhecido apenas como “Declaração de 1958”. Seu conteúdo debatia em torno de uma análise conjuntural e continha teses totalmente avessas às anteriores. Fazia um exame detalhado das novas condições em que o país se encontrava e propunha mudanças significativas nas orientações programáticas do PCB.

O partido apresentou nessa declaração um novo posicionamento em relação às estratégias com uma nova perspectiva alinhada ao desenvolvimentismo do capitalismo nacionalista. Apoiou, nesse momento, a construção de um capitalismo de Estado, incentivando a criação de grandes empresas de interesse estratégico e com o monopólio estatal, como, por exemplo, em setores da siderurgia, da energia e do petróleo, que tomaram vulto de grande entusiasmo. Vejamos o que diz essa nova

análise do PCB apresentada no documento sobre a conjuntura brasileira denominado “Declaração Sobre a Política do PCB” conhecido apenas como “Declaração de 1958”:

Nos quadros desta estrutura atrasada, foi-se processando um desenvolvimento capitalista nacional, que constitui o elemento progressista por excelência da economia brasileira. Este desenvolvimento inelutável do capitalismo consiste no incremento das forças produtivas e na expansão, na base material da sociedade, de novas relações de produção, mais avançadas. Surgiu e se fortaleceu no setor da indústria pesada um capitalismo de Estado de caráter nacional e progressista, que abrange empresas poderosas como a Petrobrás e a Companhia Siderúrgica Nacional. (CC do PCB, 1980, p.4 [1958]).

Essa tomada de decisão foi consequência de uma avaliação que considerava que o Brasil, naquele período, passava por fortes mudanças no desenvolvimento do capitalismo e em especial por meio da percepção de que esse desenvolvimento tinha características de interesses dos comunistas, como, por exemplo, o capitalismo de Estado, centrado no monopólio estatal, no surgimento de uma classe burguesa nacionalista e de um proletariado urbano industrial mais pujante, essas eram as novidades que norteavam o novo espírito político as novas aspirações propostas pelos comunistas.

Em consequência do desenvolvimento capitalista, cresceram os efetivos do proletariado industrial e aumentou o seu peso específico no conjunto da população. Enquanto esta duplicou de 1920 até hoje, o número de operários industriais aumentou cerca de sete vezes no mesmo período, passando de 275.000 a cerca de dois milhões. Simultaneamente surgiu e se fortaleceu cada vez mais uma burguesia interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia do país. (CC do PCB, 1980, p.4 [1958]).

A avaliação conjuntural sobre o surgimento de um capitalismo de Estado e a ampliação das classes trabalhadoras e burguesas não se apresentou como baluarte absoluto nas mudanças que o partido expôs para a discussão. A “Declaração de Março de 1958” é um detalhado e minucioso documento que abarca vários níveis estruturais e exprimiu aos militantes uma guinada em relação a sua direção anterior.

A declaração evidenciou, desde o início, uma avaliação das estruturas econômicas tradicionais do Brasil até 1958, denominadas de semifeudais, na avaliação do PCB e de seus intelectuais, esmerados na tradução das estruturas econômicas e sociais. Para eles, o Brasil transitava entre um ajuste modernizador e

um desenvolvimento capitalista, tanto na indústria quanto na agricultura, no entanto, essa modernização encontrava um inconveniente, o imperialismo norte-americano, que deveria ser destruído imediatamente, pois mostrava-se concorrente à modernização. A “Declaração de 1958” afiançava;

Enquanto altera a velha estrutura econômica e cria uma nova e mais avançada, o desenvolvimento capitalista nacional entra em conflito com a exploração imperialista e a estrutura tradicional, arcaica e em decomposição. Este desenvolvimento se processa através de contradições, de avanços e recuos, mas é a tendência que abre caminho e se fortalece. (CC do PCB, 1980, p.8 [1958]).

Nessa perspectiva, o documento delinea três pontos fundamentais de elocução: o etapismo, a frente única e o pacifismo. Estes foram os norteadores de um diferente posicionamento ante as novas condições estruturais.

Desses três elementos, o primeiro voltou a ser o fundamento da ação do partido, apresentando uma contradição essencial, a qual deveria ser combatida na estrutura nacional, a saber, o desacordo entre nação em desenvolvimento e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos.

A revolução no Brasil, por conseguinte, não é ainda socialista, mas anti-imperialista e antifeudal, nacional e democrática. A solução completa dos problemas que ela apresenta deve levar à inteira libertação econômica e política da dependência para com o imperialismo norte-americano; à transformação radical da estrutura agrária, com a liquidação do monopólio da terra e das relações pré-capitalistas de trabalho; ao desenvolvimento independente e progressista da economia nacional e à democratização radical da vida política. Estas transformações removerão as causas profundas do atraso de nosso povo e criarão, com um poder das forças anti-imperialistas e antifeudais sob a direção do proletariado, as condições para a transição ao socialismo, objetivo não imediato, mas final, da classe operária brasileira. Nestas condições, a contradição entre a nação em desenvolvimento e o imperialismo norte-americano e os seus agentes internos tornou-se a contradição principal da sociedade brasileira. (CC do PCB, 1980, p.13[1958]).

O segundo elemento fundamental dessa declaração foi a criação, o apoio e a manutenção de uma união dos comunistas em torno de uma Frente Única de combate à exploração imperialista, ao desenvolvimento de um capitalismo de Estado e a um governo nacionalista e democrático.

Os comunistas consideram que é necessário tudo fazer, dentro do mais alto espírito de unidade, para impulsionar o movimento nacionalista, ampliar seu caráter de massas e ajudar sua coordenação em escala nacional. Isto

contribuirá para acelerar a polarização em processo entre as forças anti-imperialistas e democráticas, de um lado, e as forças entreguistas, do outro lado. Os comunistas devem ser um fator por excelência unitário dentro da frente única nacionalista e democrática. Por isso, não condicionam a sua permanência na frente única à total aceitação de suas opiniões. Os participantes da frente única poderão aceitar essas opiniões somente como resultado de sua justeza, de sua força persuasiva e, acima de tudo, da sua comprovação pela experiência política concreta. Defendendo firmemente suas opiniões, os comunistas consideram que, se forem justas, tais opiniões acabarão sendo aceitas pelas massas e pelos aliados, vindo a prevalecer através de processos democráticos, dentro da frente única. Os comunistas não são exclusivistas e, ao mesmo tempo que encaram com espírito autocrítico a sua própria atividade, aceitam e valorizam as opiniões corretas procedentes das outras forças da frente única. (CC do PCB, 1980, p.16[1958]).

Por fim, o terceiro e último elemento foi o pacifismo, embasado em uma leitura de que as condições da Guerra Fria estavam se desarticulando graças à política de coexistência e tinha a compreensão de que o socialismo em vários países estava em franco desenvolvimento. Acrescentou-se a esse otimismo, mesmo com alguma desconfiança *a priori*, as novas revoluções populares de algumas nações, como a Revolução Chinesa e a Revolução Cubana e, além disso, o entendimento de que o sistema capitalista vivia uma crise de inevitável desestruturação. Todo esse contexto fortaleceu as aspirações para o desenvolvimento econômico dos países socialistas e a decadência dos imperialismos capitalistas, o que levaria a possibilidades reais de chegada ao poder por vias pacíficas e democráticas. Assim, surgiram indícios de que as guerras intervencionistas minorariam e haveria o terrorismo chantagista e uma terceira guerra mundial, “sempre alardeada pelo Americanos”. Desta forma e com tais características históricas o caminho foi a orientação pacifista do PCB.

Quanto aos comunistas, tudo farão para alcançar os objetivos vitais do proletariado e do povo, um caminho que, sendo de luta árdua, de contradições e de choques, pode evitar o derramamento de sangue na insurreição armada ou na guerra civil. Os comunistas confiam em que, nas circunstâncias favoráveis da situação internacional, as forças anti-imperialistas e democráticas terão condições para garantir o curso pacífico da revolução brasileira. (CC do PCB, 1980, p.23[1958]).

É significativo observar que o documento e suas orientações viriam, num tempo próximo, a dar forte oxigênio a importantes greves, robusta inserção do PCB nos movimentos estudantis e uma certa “ilegalidade de existência tolerada da

legenda”, que agiria a partir dessa postura diretamente em eleições, em coligações e em atividades de apoio público.

A garantia da revolução brasileira, segundo a “Declaração de 1958”, passava exclusivamente por meios pacíficos e por uma construção de união nacional, na qual a participação popular era retomada de forma mais contundente em instituições de representações democráticas, como movimentos sociais, sindicatos, eleições e coligações e perpassava pelo fortalecimento e pela legalidade do partido.

A fim de encaminhar a solução de seus problemas vitais o povo brasileiro necessita conquistar um governo nacionalista e democrático. Esta conquista poderá ser efetuada através dos seguintes meios mais prováveis: 1 Pela pressão pacífica das massas populares e de todas as correntes nacionalistas, dentro e fora do Parlamento, no sentido de fortalecer e ampliar o setor nacionalista do atual governo, com o afastamento do poder de todos os entreguistas e sua substituição por elementos nacionalistas. 2 Através da vitória da frente única nacionalista e democrática nos pleitos eleitorais. 3 Pela resistência das massas populares, unidas aos setores nacionalistas do Parlamento, das forças armadas e do governo, para impor ou restabelecer a legalidade democrática, no caso de tentativas de golpe por parte dos entreguistas e reacionários, que se proponham implantar no país uma ditadura a serviço dos monopólios norte-americanos. (CC do PCB, 1980, p.23[1958]).

A inflexão primordial foi que, em vez de efetivamente buscar a derrubada, a mudança do governo e a implantação revolucionária da ordem socialista, o PCB orientou suas atividades para a reformulação do Estado. Essa convergência se deu por motivos de uma nova estrutura de desenvolvimento observada a partir das seguintes condições.

a) Condições econômicas: com o avanço de setores da burguesia nacionalista e progressista, havia uma burguesia então cindida entre nacionalistas e entreguistas que, por consequência, iria de encontro a interesses dos imperialistas norte-americanos.

b) Condições políticas: observou-se uma distensão entre as forças políticas, ou seja, surgiram, dentro da política nacional e graças ao aprimoramento da democracia, forças que solapavam a primazia de grupos tradicionais, como os latifundiários. Formava-se assim um contraponto político favorável aos interesses nacionalistas. Aqueles que partilhavam desses interesses seriam aliados na construção de uma Frente Única de ação política, à qual o PCB se filiaria a partir de então.

Finalmente, c) *Condições para a composição de uma Frente Única*, composta pelos seguintes setores: uma pequena burguesia urbana, que não pôde expandir as suas atividades em virtude dos fatores de atraso do país; uma burguesia progressista, interessada no desenvolvimento independente da economia nacional; setores de latifundiários que possuíam contradições com o imperialismo norte-americano derivadas da disputa em torno dos preços dos produtos de exportação, da concorrência no mercado internacional ou da ação extorsiva de firmas norte-americanas e de seus agentes no mercado interno; grupos da burguesia ligados a monopólios imperialistas rivais aos monopólios dos Estados Unidos e prejudicados por eles. Essas alianças serviriam para fins eleitorais, para ampliação do desenvolvimento de um capitalismo nacionalista com forte viés estatal e para estabelecer a legalidade para a legenda.

O resultado da “Declaração de 1958”, que promoveu uma guinada nas orientações do PCB, foi compreendido por um dos autores do documento, Jacob Gorender (2014), anos depois:

Mas, a par de vícios essenciais, a Declaração de Março conteve um elemento que se revelou acertado e notavelmente fecundo: a indicação da luta pelas reformas de estrutura. Difundidas mais comumente com a denominação de *reformas de base*, foi a luta por elas que permitiu mobilizar a aglutinar grande conjunto de forças sociais e esboçar, de 1963 e 1964, uma situação pré-revolucionária no Brasil. Os militantes comunistas puderam aplicar uma orientação tática ajustada à realidade concreta e coerente com a linha política. (GORENDER, 2014, p.35).

Verificou-se, nos documentos do PCB e em seus manifestos de orientação, sua linha política e ideológica. Com isso, foi possível perceber que o partido, mesmo nas vicissitudes da ilegalidade, possuía forte atividade de discussão, de debate e de demandas. Seus movimentos foram obviamente resultado das condições históricas que o constituíram, mas o que nos é fundamental, devido ao objetivo da pesquisa, é verificar a trajetória de Carlos Marighella e sua vivência nesses períodos de militância, em uma esquerda brasileira hegemonicamente pautada pelo PCB até a década de 1960.

O ano de 1958 foi um marco crítico para a militância de Carlos Marighella, devido às discussões em torno das novas orientações tomadas pelo partido, às notícias trazidas da União Soviética sobre os crimes de Stalin, à Revolução Cubana e à Chinesa. Todo esse contexto foi de profundo impacto sobre Marighella e a

esquerda brasileira e provocou mudanças substanciais no comportamento dele em relação à perseverança e à fidelidade absoluta ao partido e ao seu líder histórico, Carlos Prestes.

Uma dessas mudanças, apesar de já ter sido apresentada como orientação do PCB, mas não ter acontecido plenamente, foi dar destaque essencial à participação da classe camponesa como parte integrante do processo revolucionário. Marighella apresentou essa reflexão, no que tange a participação dos camponeses, quando publicou, na edição de maio e junho de 1958 da Revista Estudos Sociais⁶, o artigo intitulado “Alguns aspectos da renda da terra no Brasil” (1958) e iniciou dissertando sobre o sentido histórico em que marcham essas classes.

Nesse artigo, Marighella apresentou uma análise sobre o processo de renda da terra no Brasil, vislumbrando uma leitura clássica do PCB de que existem três classes nesse processo produtivo. Além disso, esmiuçou as entranhas da exploração nas propriedades com lavouras de cana de açúcar, de café e de algodão, por produzirem em larga quantidade, necessitando de um grande número de trabalhadores do campo. Também fez uma análise sobre o processo de transição do semifeudalismo brasileiro para um capitalismo agrário.

As relações agrárias em nosso país envolvem umas e outras classes pressupostas pelos dois tipos de renda – a pré-capitalista e a capitalista. O estudo da renda territorial contribuirá para assinalar o sentido do desenvolvimento de nossa economia agrária e definir que classes sociais e aspectos de renda predominam no campo. Possibilitará também distinguir o sentido histórico em que marcham estas classes, o grau de diferenciação da massa camponesa e os elementos mais gerais para a solução da questão agrária. (MARIGHELLA, 1958).

Para além das análises de desenvolvimento do estágio capitalista no campo, o que se percebeu em sua reflexão, a partir de então, foi um olhar atento sobre a classe camponesa, olhar esse que foi de encontro ao pensamento do PCB,

⁶ A revista Estudos Sociais foi criada pela direção nacional do PCB em maio-junho de 1958, como uma das deliberações tomadas com o intuito de redimensionar o papel da imprensa partidária, em meio às mudanças consolidadas com a “Declaração de Março” daquele ano. Com tiragem média de dois a três mil exemplares até o seu fechamento em 1964, foi, no período histórico indicado, a principal publicação mantida pelo Comitê Central do partido voltada a estimular o debate teórico acerca dos problemas brasileiros e a incrementar a educação política da militância comunista. Teve como diretores responsáveis Astrojildo Pereira, Armênio Guedes e o sociólogo Jorge Miglioli, que formaram o conselho de redação do veículo junto com os jornalistas Fausto Cupertino, Jacob Goreneder, Mário Alves, Rui Facó, o filósofo Leandro Konder e, nas últimas edições, o historiador Néelson Werneck Sodré.

gradualmente. Marighella foi Influenciado, inclusive, por experiências de viagens a China⁷ e posteriormente pela Revolução Cubana.

Viagens à China e à União Soviética trataram de construir uma perícia empírica para Marighella sobre as experiências de revoluções bem sucedidas nesses países. Soma-se ainda a isso a conturbada relação do PCB com os movimentos camponeses fora de sua égide, independente de possuírem uma convicção comunista. Eles estavam fervilhando em todo o país com o surgimento das ligas camponesas⁸, lideradas por Francisco Julião, ainda antes do Golpe Civil-Militar de 1964. Esses são alguns exemplos de relações que influenciaram os fundamentos do pensamento e da militância de Marighella.

A “Declaração de 1958” finalmente foi incorporada como programa no V Congresso do partido, em 1960. O que não quer dizer que o processo tenha sido sereno. As divergências acirraram-se no decorrer do evento e sinalizaram o que aconteceria num futuro próximo, ou seja, a primeira grande cisão do PCB, estabelecida não somente em sua particularização interna, mas também como parte de um processo de “desestalinização”, que vinha em curso no Partido Comunista da União Soviética e contaminou as discussões durante o congresso.

Sobre os debates e circunstâncias do V Congresso do PCB, Daniel Aarão Reis nos explicita:

O comitê Central do PCB trabalharia para ganhar os militantes para as novas orientações. Quando considerou maduras as condições, convocou o Congresso partidário para ratificá-las. A discussão teria ampla divulgação nas páginas do jornal *Novos Rumos*, semanário legal do PCB, estendendo-se de abril a agosto de 1960. Mas não foi tranquila. Uma forte oposição questionou as teses sobre o papel da burguesia nacional na revolução brasileira, denunciou o abandono da luta armada e das preocupações com a hegemonia proletária na Frente Única. Os opositores foram derrotados,

⁷ Em 1963, em artigo de *Novos Rumos*, ele fixou uma obsessão esboçada desde sua viagem a China “O Calcanhar de Aquiles da Revolução Brasileira continua sendo o atraso na incorporação maciça do camponês na Frente Única Nacionalista e Democrática” (MAGALHÃES, 2012)

⁸ As ligas foram desde a origem um centro de tensões. Por vários motivos. Antes de tudo porque pretendiam mexer na estrutura fundiária de um país de tradição colonial, escravista, com um legado baseado no latifúndio, na exploração, na miséria, na desigualdade. E o Nordeste, epicentro dos mais importantes movimentos das Ligas, era a expressão viva desse quadro. Além disso as Ligas surgiram num momento muito particular do cenário nacional e internacional. No país, a expansão do movimento coincidiu com o breve governo de Jânio Quadros e o governo de João Goulart, marcados pela reação da direita, a organização e a polarização dos movimentos sociais, as ambiguidades do presidente Jango e a passividade da esquerda representada pelo PCB. As tensões vivenciadas pelas Ligas não se limitaram ao enfrentamento com os interesses do latifúndio. Logo tiveram que lidar com uma questão que tanto mobilizava a esquerda: seria possível fazer mudanças estruturais por vias institucionais? Como concretizá-las com um parlamento majoritariamente conservador? O Slogan sintetizava o impasse: “Reforma Agrária na lei ou na Marra”. (ROLLEMBERG, 2001).

mas as resoluções do V Congresso revelariam modificações importantes em relação à Declaração de Março. (REIS, 1990, p. 24).

Na tentativa de equilibrar as tendências divergentes, o V Congresso apresentou um documento elaborado em circunstâncias mais abertas e publicitadas, como tentativa de ser democraticamente construído, porém, já sinalizava que o stalinismo entrava em colapso, como observa Gorender:

As *Teses* para o V Congresso – realizado em agosto de 1960 em pleno centro do Rio e noticiado pela televisão – desenvolveram e deram precisão as ideias essenciais da Declaração de Março. Nas organizações partidárias, na imprensa e no plenário, travou-se um debate democrático, o que fez do Quinto Congresso o oposto do Quarto Congresso. Ao contrário do que elegeu Amazonas, a derrota da corrente stalinista resultou de sua condenação pela opinião livre e amplamente majoritária dos militantes. (GORENDER, 2014, p. 36).

A conjuntura da sociedade brasileira quando da elaboração da “Declaração de Março” e do Programa Partidário, aprovado no Congresso de 1960, apresentou pontos sensíveis do processo de autocrítica do partido, ou seja, a sua inabilidade de fazer a leitura do contexto e construir novos norteamentos com a mesma agilidade com que as mudanças políticas e estruturais ordenam. O PCB estava, segundo a análise do historiador Daniel Aarão Reis Filho, correndo atrás do prejuízo analítico que marcou os anos de curto período democrático:

O V Congresso tentou encontrar um equilíbrio. De um lado, a aliança com a burguesia, a ótica desenvolvimentista, o caminho pacífico e as reformas nos marcos do regime vigente. Por outro lado, o estímulo às lutas sociais, a reafirmação do papel do partido e do proletariado, a luta pela hegemonia na Frente Única. A crítica ao “esquerdismo” dos anos 50 deveria ser acompanhada pela preocupação com um eventual surto do “oportunismo” e do “revisionismo”. (REIS, 1990, p. 25).

A efetiva crise instaurada nesse novo posicionamento do PCB tinha como cenário internacional a política de coexistência pacífica de Khruchov – ou seja, o desmantelamento do chamado culto ao líder com as denúncias dos crimes de Stalin, a chamada “desestalinização” – e as revoluções populares na África, na Ásia e na América, em Cuba. As interferências desses novos rumos abateu o V Congresso de forma fulminante, uma vez que no cenário nacional existiam fortes tendências conflitivas. Segundo o historiador Daniel Aarão Reis,

Os comunistas passaram os anos de estabilidade do “milagre JK” aferrados a uma linha de enfrentamento armado. Agora, às vésperas de uma conjuntura instável, inclinavam-se por ideias de equilíbrio e moderação. Depois de ter pensado em abater o regime em seu momento de maior solidez, preparavam-se para defendê-lo num período crítico de desestabilização. (REIS, 1990, p. 25).

O posicionamento de Carlos Marighella nesse congresso foi o de acatar os novos rumos, que seguiram em uma expectativa do centralismo democrático. Ele dirigiu-se inequivocamente na condução dos debates e da prática política a fim de conseguir o fortalecimento da construção da Frente Única Nacionalista. Próximo de Prestes, Marighella concordou com inflexões estatutárias para facilitar mais um pedido de legalização (MAGALHÃES, 2012).

As mudanças foram radicais em muitos sentidos, porém, em outros, foram mais de ajustes em busca da legalidade. Entre essas transformações a que se tornou símbolo foi a troca do nome de Partido Comunista do Brasil por Partido Comunista Brasileiro, preservando a mesma sigla PCB, porque a justiça insistira na cassação do registro da forma como era denominado.

1.5 Dois partidos comunistas: Carta Dos 100 – Expulsaram Os Que Os Haviam Expulsado

Na primeira semana de agosto de 1961, em um suplemento do semanário “Novos Rumos” foi publicado um manifesto escrito por Carlos Prestes, além do Programa do Partido e de um novo Estatuto do PCB, com ajustes técnicos jurídicos e de confluência em direção à legalidade, deliberados no V Congresso. Porém, o que era para ser apenas ajustes na direção do partido, tornou-se a problemática para os divergentes se conflagrarem num cisma que levaria à existência de mais de um partido comunista no Brasil.

Assim, a coesão foi fraturada com nomes como: João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar, Carlos Danielli, Lincoln Oest, Ângelo Arroio, Calil Chade, José Duarte, entre outros. A expressão do descontentamento estava presente entre os redatores e os signatários de um documento direcionado ao Comitê Central,

intitulado “Em defesa do partido”, em 1961, que ficou amplamente conhecido como “Carta dos 100”⁹.

Esses documentos constituem, a nosso ver, violação frontal dos princípios partidários, aberta infração das decisões do 5º Congresso, ferem a disciplina e atingem a própria unidade do Partido. O artigo 32 dos Estatutos diz: “[...] As decisões do Congresso são obrigatórias para todo o Partido e não podem ser revogadas, no todo ou em parte, senão por outro Congresso [...]” No entanto, o Comitê Central alterou o nome do Partido, modificou profundamente os Estatutos e apresentou um novo programa, atribuições exclusivas do Congresso, exorbitando, assim, as suas funções. Na realidade, essa alteração tem sentido mais grave – procura-se registrar um novo partido, com programa e estatutos que nada têm a ver com o verdadeiro Partido Comunista. (Carta dos 100, 1961.).

O partido, que vinha de uma década de debates e análises cambaleando entre diretrizes ora mais à esquerda ora mais à direita, trazia em seu bojo a inépcia sobre questões cruciais para a prática revolucionária. Porquanto, em alguns momentos mostrou-se inclinado às opções da violência revolucionária, da hegemonia proletária, das táticas e das estratégias mais radicais, da certeza de uma conjuntura de desenvolvimento do capitalismo maduro. Já em outros momentos, apresentou tendências ligadas à negação da violência e busca pela paz, à convergência, à união nacional, ao reconhecimento de divergências nas classes burguesas e até a uma função revolucionária da burguesia, como uma revolução em duas etapas.

O partido estava dividido entre reformistas, que acompanhavam as diretrizes implantadas por Khruchov, seguindo o Partido Comunista da União Soviética – PCUS e os stalinistas, que denunciavam deturpações e desvios do marxismo leninista. Essa divisão se fez presente desde 1956, mas tornou-se concreta no V Congresso do Partido Comunista Brasileiro de 1960. A “Carta dos 100” ainda sentenciava,

Outra questão de princípio diz respeito ao Programa, cuja aprovação é também de competência exclusiva do Congresso. O documento dado à publicidade em *Novos Rumos* como sendo o programa dos comunistas é a negação do Partido revolucionário do proletariado em troca de uma hipotética legalidade. O programa em apreço é uma renúncia completa aos princípios. Inadmissível sob qualquer alegação. [...] Além disso, modificações foram introduzidas nos objetivos programáticos finais do Partido. O 5º Congresso abordou essa questão nos Estatutos, no qual está

⁹ A citação desse documento será apresentada apenas como carta dos 100, por não ser possível elencar todos os signatários e autores.

claramente expresso que o “objetivo programático final do Partido Comunista do Brasil é o estabelecimento do socialismo e do comunismo”. Agora, tanto o Programa quanto os Estatutos do Partido Comunista Brasileiro dizem que esse partido tem “como objetivo final o estabelecimento do socialismo”. Por que o comunismo foi excluído como objetivo? Não cabem as omissões nem a dubiedade. Mais do que nunca precisamos ter em conta os ensinamentos de Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista: “Os comunistas não se rebaixam a dissimular suas opiniões e seus fins”. (Carta dos 100, 1961).

Lideranças e quadros que já vinham em peleja com a direção que o partido trilhou desde 1956 – frente às denúncias de Khruchov, com a “Declaração de 1958” e com as várias decisões anunciadas – chamavam o que estava acontecendo de infiltração da direita no partido, com o intuito de “liquidacionismo”. Os contendores desaprovavam as mudanças e verificavam em sua “Carta dos 100” que o Partido Comunista Brasileiro era um novo partido que vislumbrava aniquilar o Partido Comunista do Brasil.

As mudanças feitas no nome, no Programa e nos Estatutos, infringindo as decisões do 5º Congresso, objetivam o registro de um novo partido e, por isso, se suprime tudo o que possa ser identificado com o Partido Comunista do Brasil, de tão gloriosas tradições. Ora, precisamente o partido que deve conquistar sua legalidade é o Partido Comunista do Brasil e não um arremedo do partido de vanguarda do proletariado. É uma nova e mais perigosa manifestação de liquidacionismo, tendência já várias vezes surgida no movimento comunista brasileiro. Neste caso, é bastante oportuna a citação de Lênin sobre o liquidacionismo, ao defini-lo como as tentativas de “liquidar (isto é, dissolver, destruir, anular, suprimir) a organização existente do Partido e substituí-la por uma associação informe mantida a todo custo dentro dos marcos da legalidade (isto é, da existência ‘pública’ legal), embora para isso seja preciso renunciar de modo claro e aberto ao programa, à tática e às tradições (isto é, à experiência passada) do partido”. (Carta dos 100, 1961.)

Outra afirmação fundamental apresentada na carta foi a crítica mais grave que se pode observar a um partido comunista: o abandono de primícias do marxismo-leninismo científico, assim, a supressão da orientação ideológica marxista-leninista e do internacionalismo proletário do documento, foram provas cabais da sentença de morte que o Comitê Central estava a proferir em seu novo estatuto, segundo os signatários da carta.

O mesmo espírito de capitulação se observa nos Estatutos. Questões de princípio, essenciais, foram postas de lado, silenciadas de modo oportunista. Tentando conseguir, de qualquer maneira, o registro eleitoral do denominado Partido Comunista Brasileiro, o Comitê Central, desrespeitando as decisões do 5º Congresso, retirou dos estatutos qualquer referência ao marxismo-leninismo e ao internacionalismo proletário. No curso da

preparação do 5º Congresso todas as tentativas de eliminar essas questões foram derrotadas. Os Estatutos, com as modificações introduzidas, identificam-se, na maioria de seus dispositivos, com os Estatutos dos demais partidos políticos, deixando de ser um instrumento de formação de quadros e de educação ideológica dos militantes comunistas. A afirmação nos Estatutos aprovados no Congresso de que o “Partido Comunista do Brasil orienta-se pelo marxismo-leninismo, pelos princípios do internacionalismo proletário” define o caráter do Partido e o distingue dos demais partidos, não é questão secundária que pode ou não figurar na nossa Lei interna. (Carta dos 100, 1961).

A “Carta dos 100” (1961) solicitava que o Comitê Central reavaliasse esses documentos apresentados por Prestes como o novo programa e o novo estatuto. Além disso, deveriam chamar os militantes para debater sobre tais temas em um congresso ou desistir de tal influência e respeitar as deliberações do V Congresso, que segundo seus autores foi afrontado nesses documentos vindos a público no semanário “Novos Rumos” e assinado pelo secretário geral do partido.

A nossa atitude ao enviar essa carta ao Comitê Central é ditada pelo dever de combater a violação das decisões do 5º Congresso, pelo desejo de assegurar a unidade partidária e salvaguardar a existência do Partido como organização política revolucionária de vanguarda da classe operária. Estamos convencidos de que a unidade do Partido, à base dos princípios marxista-leninistas, é primordial. (Carta dos 100, 1961.)

A resposta ao documento não tardou e se deu em forma de expulsões em massa dos signatários da “Carta dos 100”, acusados de criarem uma tendência diversionista dentro do partido, o que era proibido, e de não respeitarem as deliberações do V Congresso. Assim foram, um a um, sendo expulso do partido de acordo com os fundamentos do centralismo democrático.

Colabora o historiador Daniel Aarão Reis Filho:

O protesto não repercutiu no Partido e não sensibilizou a direção. Ao contrário. Foi caracterizado como manifestação de uma contradição insanável. Poucos meses depois, acusados de organizarem uma fração, proibida pelos Estatutos, os principais responsáveis pela Carta dos 100 começaram a ser expulsos do partido. As cabeças rolavam, mas os atingidos não admitiam a legalidade do ato. Convocaram uma Conferência Extraordinária, constituindo organização própria, e reivindicando as tradições, as datas comemorativas, as experiências e até mesmo as alianças internacionais do velho Partido fundado em 1922. E expulsaram os que os haviam expulsado, em manobra surpreendente, mas que fazia escola. Estava fundado um novo Partido Comunista, embora seus dirigentes designassem o ato da fundação como “momento de reorganização”. (REIS, 1990, p. 37).

Os comunistas brasileiros enfrentariam a experiência do golpe divididos e é possível que de alguma maneira isso tenha auxiliado na derrota. A narrativa golpista se agigantava com o apoio de parte da sociedade civil organizada. O golpe se instaurou em um cenário de intensas batalhas de saliva e sucessivas *Batalhas de Itararé*, ou seja, pelejas militares que nunca existiram.

As forças armadas derrubaram o presidente João Goulart sem a necessidade de um tiro sequer, reforçando a tradição golpista militar vinda desde a Proclamação da República. Em 2 de abril de 1964, as direitas comemoram o golpe, indo às ruas com mais uma edição da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, com participação de centenas de milhares de pessoas, sinalizando o apoio popular que as forças militares precisavam. A mídia golpista comemorou, setores da igreja e toda uma gama de importantes grupos da sociedade festejaram o golpe.

O golpe civil-militar, além de todos os desacordos e atrocidades na sociedade brasileira, acarretou a suspensão do Estado democrático de direito e também produziu um devastador impacto sobre o PCB e a esquerda brasileira, passando o cataclismo e o golpe consumado restaram aos comunistas muitos enigmas a serem decifrados e respondidos.

Nas reflexões preliminares apresentadas neste capítulo, buscou-se evidenciar a trajetória no Brasil do pensamento de esquerda organizado partidariamente, cujo representante ideológico hegemônico é o PCB até o golpe civil-militar de 1964.

Além disso, primordialmente nos pertence a relação que essa história de embates, reflexões e orientações vai construir com a formação da denominada nova esquerda brasileira, que apresenta seu prelúdio em reação ao golpe de 1964 em vários grupos e partidos de esquerda, oriundos, em sua maioria, do antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Não fora diferente com o grupo guerrilheiro liderado por Marighella, a ALN.

Nos textos de Marighella, temos a constante de um “homem de partido”, que vivenciou ativamente as ondas das mudanças, das leituras conjunturais, das análises e das orientações. Participou de todo o revés sofrido pelo partido, experimentou a prática partidária como liderança, ocupou cargos no Comitê Central do Partido, foi responsável por órgãos de comunicação do PCB e ao final sentiu o derradeiro trauma quando do advento do golpe civil-militar de 1964 e então viu-se sem reação.

Marighella testemunhou um golpe civil-militar e não a uma revolução, como era esperado. Vivenciou de perto os adventos antecedentes ao golpe, como se a revolução brasileira estivesse ao alcance das mãos. Assistiu ao fortalecimento de um movimento dinâmico na sociedade em termos progressistas: como no movimento sindical, em setores do comércio, da Igreja, da indústria, da pequena burguesia, alcançando trabalhadores urbanos, rurais, estudantes e parte das Forças Armadas.

A crescente participação popular, muito intensa e inédita, forçou a incorporação dessas massas no projeto nacionalista e se liquefez desde a primeira ação golpista. Não havia de fato o denominado “dispositivo militar de Jango”, quanto menos qualquer instrumento de reação armada das organizações de esquerda, nem do PCB, nem do movimento nacionalista liderado por Brizola. Os comunistas brasileiros não tinham nada a opor senão a surpresa e o amargo sentimento da derrota.

O fundamental dessa análise preliminar foi verificar como o personagem Marighella percorreu todo esse período de ação partidária. Quais circunstâncias objetivas ele precisou avaliar depois de verificar os açoites sofridos pela democracia burguesa e perceber como os interesses do capital se sobressaíam aos das instituições democráticas formais. Por fim, como, em suas críticas iniciais sem um afã diversionista, porém aberto à autocrítica, perguntara-se o que houve de errado nas convenções, nos engenhos e na *práxis* partidárias, para suscitar uma nova proposta.

O PC do B e outras tantas correntes revolucionárias surgidas da autocrítica após 1964, como veremos mais adiante, escolheram a crise de liderança como resposta ao velho espantalho da derrota, numa crença de que, cirurgicamente atuando na troca de liderança, poder-se-ia seguir dali a diante sem maiores transtornos, mesmo que se necessário fosse a criação de um novo partido. Porém, Marighella escolheu outro caminho, pois percebeu o abalo gradual dos pilares antes inegociáveis, como, o partido na vanguarda da ação, o centralismo democrático, a revolução etapista. Elegeu, assim, a guerrilha urbana e rural como opção para a ação revolucionária. Enfim, buscou no gênio de suas experiências e nas novas possibilidades de agir um caminho intelectual que concretizou-se na ALN após sua saída do PCB.

Depois de ver o PCB ser acometido de ataques de vários matizes, verificar as instituições da nação e o povo brasileiro serem alvos de agressões, assaltos, impropérios e enxovalhamentos e constatar a inépcia da reação do partido, para Marighella havia chegado a hora de buscar uma alternativa. Gradualmente ele apresentou suas críticas e sugestões para uma mudança radical na forma do agir revolucionário do partido. É o que se apresentará no próximo capítulo.

2 DA ARMA DA CRÍTICA À CRÍTICA DAS ARMAS (1964 – 1966)

Este segundo capítulo concentra-se na finalidade de analisar as críticas de Marighella frente ao que considerava os erros táticos e estratégicos do PCB. Privilegiam-se as divergências de análise de conjuntura pós-golpe entre Marighella e o Comitê Central do PCB, suas propostas e o acirramento do desgaste entre Carlos Marighella e a esquerda tradicional brasileira, hegemonicamente liderada pelo PCB. O período caracteriza-se pelas apreciações públicas com audiência específica da militância do partido. Neste estágio, Marighella escreve para oferecer alternativa e reformular a política do PCB. Os documentos, **Por que resisti à prisão** (1965); **A crise brasileira** (1966) e **Carta à executiva** (1966), cotejados para esse estágio da pesquisa manifestam o crescente de suas críticas e o seu distanciamento até finalmente ocorrer sua saída do PCB. Apresenta-se não apenas o distanciamento, como também a autocrítica e a edificação do espírito que forjaria a luta armada como orientação e o abandono das estruturas partidárias.

2.1 Liderança é dinamismo, é ação

O primeiro documento a ser analisado é o livro *Por que resisti à prisão*, de Carlos Marighella (1965). A análise privilegia e concentra-se em três princípios fundamentais: a resistência, a democracia e as críticas à liderança partidária. Esses princípios estão presentes ao logo dos dezoito capítulos da obra e formam a amálgama de suas críticas iniciais. Não é perceptível em seu discurso uma proposta delimitada claramente frente à guerrilha, mas já estão presentes indícios de valores ideológicos. A construção do livro principia com a narrativa de Marighella sobre a sua prisão e sua resistência, logo após o Golpe de 64¹⁰. Ele percebe naquele

¹⁰ Nove de maio de 1967, um mês após o Ato Institucional com o primeiro pacote de cassação de direitos políticos Marighella foi ao cinema com o intuito de receber de sua zeladora roupas limpas e correspondência do partido. Ele pressentiu a encrenca. Valdelice caminhava pela rua Conde de Bonfim trazendo o pacote e a campana. No escuro do cinema, sentou-se para planejar a fuga. Já tinha escapado tantas vezes por que não dessa? Tinha que pensar rápido. Não ligou para o filme até que a projeção foi interrompida e as luzes se acenderam. A pane é uma farsa, ordenada por João Macedo ao gerente. Mais de 10 policiais enviados por Cecil Borer não se atrasam. Desconhecendo o ponto preciso onde Marighella se acha, bloqueiam as saídas e adentram no salão. Não admitirão escapadas cinematográficas. De pé por trás e pela direita de Marighella, um policial ordena que o acompanhe. Tudo num instante, somam-se cinco policiais e um deles aponta um revólver. Marighella pensa que vai morrer e grita “Matem, bandidos! Abaixo a ditadura militar fascista! Viva a democracia! Viva o partido comunista!” Não demora que um agente dispara à queima roupa. Ferido no peito

momento um grave endurecimento das ações do Estado diante de seus opositores, o que justifica a necessidade de discussão sobre o entendimento a respeito da democracia. Dessa maneira, avançará até as críticas mais severas sobre as ações do PCB.

2.1.1 O conformismo é a morte

Depois do golpe civil-militar consumado e da instalação do governo golpista, praticamente sem nenhuma resistência, as articulações das esquerdas brasileiras se viram desconcertadas diante das prisões, das cassações e das intimidações intensificadas e de um Estado policialesco disposto a sistematizar, a controlar e a deliberar com autonomia todas as possíveis reações dos presumíveis inimigos da “revolução”. Nesse período, caíram os direitos civis e o Estado de direito e em seu lugar instalou-se um Estado de segurança nacional de permanente vigilância, em que o inimigo é interno e sem face predefinida.

Apoiado por setores importantes da política, do empresariado e da imprensa, o governo golpista buscou cristalizar uma narrativa em torno de uma “revolução”, fugindo da pecha de golpistas, tão desgastada e desacreditada pela sociedade brasileira. Busca então construir um arcabouço de legitimidade e legalidade, a fim de rebater as críticas de seus *modus operandi*. Os *Atos Institucionais*, a *Lei de Segurança Nacional*, a *Lei Antiterrorismo*, a *Militarização da Justiça*, o fim do *Habeas Corpus* são exemplos desse ardil.

Nenhuma reação concreta aconteceu por parte dos comunistas ou das forças ligadas à Frente Única. O que se percebeu logo após o golpe foi silêncio. Este não foi absoluto, pois houve uma convocação para greve geral, porém, esta logo foi desarticulada pelos “gorilas”, denominação comumente atribuída aos militares. A perseguição a nomes conhecidos e a lideranças veio em forma de avalanche, envolvendo todos os que estavam ao alcance. Nesse contexto, as lideranças mais

Marighella acerta chutes e pontapés. Os policiais os chutam e esmurram, ele não cai e retribui as agressões. Agora são oito policiais. O tiro foi um, mas o sangue escorre por três perfurações. A bala entrou no tórax, saiu pela axila e se alojou no braço esquerdo. Marighella continua a lutar. A resistência não tem fim. Empurrado, apoia as pernas no teto da viatura e não entra. Leva mais pontapés e socos. Já são catorze homens contra um. Marighella só para quando lhe acertam uma pancada na cabeça e ele desmaia. No outro dia todos os jornais relatam o feito. (MAGALHÃES, 2012)

conhecidas que não foram presas refugiaram-se ou recolheram-se na clandestinidade, quase sem comunicação uns com os outros.

Em 9 de Maio de 1964, exatamente um mês após o primeiro Ato Institucional – primeiro pacote de cassações de direitos políticos – Carlos Marighella foi preso dentro de um cinema no Rio de Janeiro¹¹. Não foi a sua primeira prisão, mas dessa vez foi diferente, por algumas características especiais.

Essa foi a primeira prisão de dirigente político que aconteceu com resistência, marcada por embate físico e público. Além disso, gerou grande repercussão na mídia, que ainda não estava completamente controlada ou afinada com o regime. Por conseguinte, ela livrou a resistência do completo silêncio. Marighella foi um dos primeiros personagens a denunciar e ter voz na grande imprensa. Aproveitou-se disso para apresentar algumas atrocidades acontecendo após o Golpe de 1964, tornando-se assim liderança expoente da luta contra a ditadura.

Marighella, a partir da experiência de plena clandestinidade, organizou e publicou uma obra que discutiu a conjuntura política e denunciou a ditadura militar que o Brasil estava vivendo, sendo esse o primeiro livro publicado com esse teor. Além disso, o fato de ter sido veiculado no formato de livro já foi um êxito. Sobre esse documento, nos auxilia em seu extrato mais geral o historiador Gorender:

No início do livro, o autor narra o episódio de 9 de maio de 1964: sua prisão dentro de um cinema do bairro da Tijuca, no Rio, a luta com os tiras depois de ferido a bala, a passagem por diversos cárceres, interrogatórios policiais etc. Alto e musculoso, cinquentão ainda forte, Marighella foi um dos homens mais valentes que conheci. Não direi que não temesse a morte, mas a desafiava. Sua narrativa teve a intenção de oferecer um exemplo de resistência e levantar os ânimos no ambiente de frustração dos adversários do regime militar. Após o relato pessoal, segue-se a denúncia de crimes e arbitrariedades cometidos pelos novos donos do poder. (GORENDER, 2014, p.105).

O livro *Por que resisti à prisão* foi o primeiro documento público que Marighella escreveu, ainda no ano de 1965. Nele, fez as primeiras críticas contumazes ao Regime Militar, pois relatou sua prisão e o motivo da resistência. Ademais, produziu uma autocrítica ainda superficial sobre as responsabilidades das esquerdas frente à derrota tão fugaz. Elaborou um princípio que ele denomina de

¹¹ MAGALHÃES, Mário. **Marighella**: O guerreiro que incendiou o Brasil. São Paulo: Companhia das letras, 2012. A narração é feita através de uma detalhada pesquisa sobre o episódio da prisão de Marighella. Traz farto material de jornais que noticiaram a prisão e o testemunho do próprio Marighella e de algumas pessoas que viram os acontecimentos naquela sala de cinema onde ocorreu sua prisão.

marxismo contemporâneo, destinado a excluir definitivamente o stalinismo de sua orientação ideológica, endereçado à militância combatida pelos últimos acontecimentos e com preocupação especial em relação aos jovens. Uma espécie de vocacional revolucionário para a juventude.

Este livro é uma mensagem de resistência. E é, sobretudo, endereçado à nova geração. Os jovens de hoje é que melhor poderão compreendê-lo e, com seu entusiasmo e espírito revolucionário, estudá-lo, interpretá-lo de vários ângulos. A nova geração brasileira, a despeito dos que pretendem destorcer-lhe o caminho, é uma geração política. Marcha para frente confiante em seu destino, determinada a alcançar a liberdade e o progresso, olhos voltados para o marxismo contemporâneo. Não importa que os moços de hoje estejam filiados a correntes filosóficas diversas. Aceitem ou não o primado da matéria e do reflexo do ser sobre a ciência, militem no campo do materialismo ou nas hostes do espiritualismo, como é no caso da plêiade de católicos preocupados com a questão social, os jovens avançam em busca de uma saída. O marxismo contemporâneo não poderá deixar de fasciná-los e estimular-lhes o espírito criador. Com a audácia e o entusiasmo que lhes são próprios, os jovens continuarão afluindo com maior vigor ao campo da luta. E ajudarão a reformular, sob a égide do marxismo, os problemas capitais da revolução brasileira. (MARIGHELLA, 1979, p.12 [1965]).

Marighella, nesse documento, evidenciou que a sociedade brasileira possuía duas saídas para a grave situação da política e assim denominou seu primeiro capítulo de *Resistência ou Conformismo*, utilizando-se de forma exemplar de sua resistência e com isso influenciando os seus leitores a tomar as rédeas para uma forte oposição contra a “ditadura policial-militar fascista”.

A luta de resistência das massas é um dos princípios fundamentais que o documento nos reserva, pois ele expõe durante grande parte do texto a experiência de ser preso e resistir a essa prisão, com a tentativa de chamar a atenção para a urgência de organizar um enfrentamento à ditadura. Usa sua experiência como uma analogia para a não resignação.

2.1.2 Marxismo e liberdade

De maneira generalizada, as ideias apresentadas nesse livro ainda fundem-se fortemente com as do PCB, pois as análises debruçam em críticas tradicionais da esquerda brasileira. Porém é perceptível a maturidade com que foi trabalhada a questão da democracia, apresentando-se forte crítica sobre aquela de viés burguês. A essência desse pensamento é concebida no que Marighella chama de “regra

histórica de nossa democracia”, arquitetando a ideia chave de seu pensamento. A experiência histórica mostra que toda vez que as forças populares ameaçam chegar ao poder, há invariavelmente um golpe de Estado, sempre imposto via um exército instrumentalizado pelos interesses da elite nacional e do imperialismo norte-americano.

Verificou-se, portanto, um esforço permanente desses sujeitos de posicionar o marxismo como contrário à liberdade. Marighella alertou então para os “ideólogos das classes dominantes”, que apregoavam sistematicamente o marxismo como renúncia à liberdade. Demonstrou nessa postura uma peculiaridade que fará parte fundamental de sua trajetória intelectual: a democracia social foi lei pétrea de suas ações e de sua ideologia.

Enxergava na democracia burguesa alguns ganhos e denunciava o frequente ataque sofrido por ela toda vez que ela levava a alguma emancipação popular. Contudo, não era a essa democracia burocrática e institucionalizada do Estado ou do partido a que ele se reportava. Enxergava na ideologia marxista uma democracia popular de acesso às condições de vida digna. Não apenas a democratização dos meios políticos ou dos meios de produção, mas sim a construção revolucionária do homem como agente individual, mas também agente coletivo. Postulava a participação da formação ideológica, essencialmente dos líderes e das massas, como princípio das ações diante das quais, sem essa formação vigorosa, sucumbiria a qualquer aspiração revolucionária.

Levou para seu campo de combate a defesa da democracia que vislumbrou, uma democracia social do acesso à cidadania, do acesso à educação, aos meios de alimentação, à moradia, ao lazer, ao trabalho, à democratização dos direitos, ou seja, acessos básicos para uma vida digna.

Também chamou atenção para a forte propaganda ideológica contra o marxismo no Brasil, construída por uma falácia na qual se atribui a ele o fim da liberdade. Na verdade, a finalidade da publicidade era manter o atraso, o cabresto e os grilhões do povo. Sobre isso, Marighella escreve:

A abrilada surge como movimento anticomunista e antimarxista, a pretexto de se combater uma fantástica ditadura que estaria para ser implantada pelos comunistas no país. Por ironia da história, os comunistas, agora acusados de subversão, defendiam a democracia burguesa, interessados que são pela permanência de um clima de liberdade e na conquista da legalidade para o Partido Comunista. (...) Isso não prova outra coisa senão

que as classes dominantes temem o avanço do povo brasileiro pela trilha da liberdade. Foi para cercear as liberdades que desencadearam o golpe. Nesse confronto, a razão fica com o marxismo, pois os golpistas, embora alegando o contrário, desdizem-se, ao identificarem o marxismo não com a falta de liberdade, mais precisamente com a expansão desta última. (MARIGHELLA, 1979, p.14 [1965]).

Ainda sobre a democracia, Marighella apontou a teoria marxista como a verdadeira liberdade, a verdadeira democracia, argumento presente em vários de seus textos. Ele aprimorou gradualmente a defesa da democracia como fundamental para o alcance revolucionário.

O marxismo não representa apenas uma doutrina de interpretação do mundo. Como teoria, seu alcance é muito mais profundo. Sua essência, convém acentuar, reside na imperiosidade da transformação da sociedade, como decorrência inexorável da luta de classes e seu desenvolvimento. O marxismo é assim uma doutrina revolucionária. Como tal, não pode haver nada capaz de ultrapassá-lo em matéria de liberdade. Pois se o marxismo é a revolução definida em seu verdadeiro sentido, isto é, em seu sentido histórico, constitui em essência a doutrina que (no terreno teórico e prático) encarna a liberdade – expressão da recuperação e da conquista de direitos até então vedados às classes exploradas ou contra elas utilizados. (MARIGHELLA, 1979, p.14 [1965]).

Uma das contribuições importantes de sua visão sobre democracia foi a horizontalização da organização guerrilheira, retirando o centralismo democrático do horizonte organizativo da vanguarda revolucionária. Veremos mais adiante, quando tratarmos os documentos do capítulo III, denominado de *A ação faz a vanguarda (1967-1969)*, como os conceitos de democracia e de descentralização serão dos maiores legados de Marighella.

2.1.3 Críticas à liderança partidária

O ineditismo do livro de Marighella aparece nos dois últimos capítulos, nos quais surge um discurso extremamente crítico às lideranças marxistas.

Ao analisar o documento, Gorender (2014) nos auxilia e chama nossa atenção para a existência de uma flagrante discrepância entre os 16 capítulos iniciais e os últimos dois capítulos, pois apresenta a hipótese de que teriam sido escritos após a reunião do partido de maio de 1965.

Já os dois últimos capítulos se desfazem do tom cauteloso e as proposições críticas se aguçam. O texto põe em descrédito a possibilidade do caminho pacífico e condena as ilusões no potencial revolucionário da burguesia

nacional. O autor salienta o erro da subestimação do aliado camponês, destaca a lição de Cuba e afirma que a luta revolucionária no Brasil poderá levar ao aparecimento de guerrilhas. Na página final, um parágrafo curto enuncia a ideia-chave de Marighella daí em diante: “Liderança é dinamismo, é ação. E nesse sentido é que se torna necessário perseverar” (GORENDER, 2014, p.106).

Assim, o conceito de “Crise de Liderança” tomou forma, quando na autocrítica a esquerda escolheu uma espécie de bode expiatório para suas incorreções. A partir dessa análise, a solução proposta foi trocar as lideranças e continuar a partir da mesma estrutura. Ou seja, a organização e os debates deveriam ser os mesmos, o que mudaria seriam as lideranças. Portanto, não se abriu mão nem da forma (partido) nem do conteúdo (etapismo). Os dois conceitos continuaram girando em torno da revolução em dois estágios, o primeiro, desenvolvimentista e o segundo, socialista.

A relação de dependência com a liderança seria um legado do culto ao líder na órbita stalinista ou estava mais próxima do nosso populismo latino-americano? A relação constituída pela esquerda quando da criação da frente única foi um exemplo de dependência de liderança ou mesmo uma espécie de dependência estatal? São questões que, ao seguir a tese de “Crise de Liderança”, a maioria dos grupos, dos partidos e das organizações guerrilheiras evitavam compor, enquanto Marighella diferenciava-se claramente na estruturação de sua luta e na organização que liderava, buscavando a horizontalização de toda a estrutura de decisão.

O marxismo ensina que o motor da história são as massas, cujo movimento é inelutável. Tudo depende de que o trabalho de base tenha a importância fundamental, pois é este trabalho que impele as massas e dá solidez à ação. O trabalho de cúpula, embora indispensável, não constitui o lado decisivo na solução do problema. Agreguemos, ademais, que não cabe aos marxistas manter ilusões na liderança exercida pela burguesia nacional, como aconteceu em relação à fração da burguesia que ocupava o poder nos idos de março. (MARIGHELLA, 1979, p.13 [1965]).

Essa divergência fundamental entre o pensamento de Marighella e do PCB, apresentada nos dois últimos capítulos do livro *Por que resisti à prisão*, aconteceu após a primeira reunião do Comitê Central do Partido depois do golpe. Um ano depois, exatamente, os comunistas fizeram a primeira avaliação do processo e o resultado foi que a linha política do V Congresso, de 1960, baseada na aliança de longo prazo e no pacifismo, seria ratificada. Sob a alegação de que essa política teria sido mal aplicada e na visão dos dirigentes, colabora Gorender (2014), teria

sido o desvio de esquerda – expressão do jargão comunista que indica superestimação das próprias forças – ou ainda “avaliação exagerada das possibilidades objetivas, ações precipitadas, isolamento das massas, sectarismo, etc.” (GORENDER, 2014, p.106).

Compreensão essa que, de certa maneira, corroborou ao discurso de que o golpe militar foi um processo reacionário, quando a própria esquerda ou setores da esquerda ameaçavam desestruturar a ordem democrática. O uso do *slogan* em defesa das reformas de base foi um exemplo disso: “reformas, na lei ou na marra!”. Essa postura radical da esquerda teria animado as forças da caserna a engendrarem-se num drama golpista.

Marighella discordava dessa leitura:

Fazia-se uma apreciação errônea do processo de radicalização política no Brasil, deixando-se de levar em conta que o aparecimento de grupos radicais pequeno-burgueses de esquerda é um fato objetivo, sintoma do descontentamento provocado pela crise social e a ineficiência da ação dos governantes. O único que se impunha – como recurso tático acertado – era aceitar a realidade e, através de uma análise concreta, denunciar a gravidade da situação tratando de alertar e preparar as massas para resistir ao desencadeamento da reação e do golpe que viria, como veio. (...) Seria uma atitude revolucionária, de luta, a única, aliás, compatível com o exercício da liderança de massas e a conquista da hegemonia. Havia também falta de clareza e de força (por falta de intensivo e ininterrupto trabalho de base) para levar a termo a frente única e dar desenvolvimento ou consequência à frente de mobilização popular, onde se encontravam os aliados radicais de esquerda e preponderava a confusão. (MARIGHELLA, 1979, p.44-45 [1965]).

Dessa forma, a aplicação das teses do V Congresso do PCB, que forjara a Frente Única, foi equivocada, e isso se deu a partir da radicalização das forças esquerdistas. Ou seja, quando o esquerdismo vislumbrava uma vitória, acabou forçando as condições que fizeram terra fértil aos golpistas de direita. Apropriaram-se, inclusive, do discurso de defesa da democracia, que para eles estaria ameaçada por radicais da esquerda, interessados em implantar uma ditadura comunista aos moldes da cubana.

Marighella não faz referência direta a essa leitura do Comitê Central, mas no último capítulo, intitulado *A nova geração e a liderança marxista*, ele oferece uma alternativa a essa interpretação, a saber, a aplicação das Teses de Conciliação e da Frente Única, encaminhada no V Congresso, não seria responsável pela derrota, tão pouco o “golpismo do esquerdismo”. Para ele o erro primordial consistiu no seguinte.

A grande falha deste caminho era a crença na capacidade de direção da burguesia, a dependência da liderança proletária à política efetuada pelo governo de então. A liderança da burguesia nacional é sempre débil e vacilante. Ela é destinada a entrar em colapso e a capitular sempre que do confronto com os inimigos da nação surja a possibilidade da passagem do poder ao controle direto ou imediato das massas. Continua sendo exato que a aliança com a burguesia nacional é uma necessidade na conjuntura histórica brasileira. Seja como for, porém, torna-se imprescindível travar a batalha pela conquista da hegemonia, sem o que o futuro do movimento de massas estará comprometido (MARIGHELLA, 1979, p.42 [1965]).

A “crise de liderança” é apresentada de forma original frente às críticas costumeiras de liderança partidária, pois Marighella observou em linhas gerais que as alianças e as orientações do partido estavam corretas e o equívoco foi não assumir uma hegemonia dessas alianças, mas não ter a liderança da Frente Única junto às parcelas populares e, principalmente, não ter criado condições reais para a resistência necessária em tempo de reação às forças conservadoras.

A liderança tinha ilusões quanto ao evidente perigo do golpe, denunciando-o várias vezes, embora a isso não se seguissem as medidas capazes de enfrentá-lo, repetiam-se as advertências de que responderíamos à violência com violência, de que os golpistas seriam esmagados se levantassem a cabeça sem que as palavras coincidissem com os atos. A nenhuma resistência organizada ao golpe de 1º de abril, exceto a greve geral, foi o resultado mais sensível do erro tático de confiar na capacidade de direção da burguesia sem o apelo à organização de massas e à ação e vigilância independentes. A ausência dessa direção levava a direção a um salto no abismo, pois não lhe facultava uma base de sustentação para o avanço do movimento de massas e não lhe assegurava a retaguarda indispensável para a resistência ante a reação. (MARIGHELLA, 1979, p. 43 [1965]).

A divergência primordial entre o entendimento de Marighella e a autocrítica formulada pelo PCB, em relação àquele momento, foi o não reconhecimento da existência de um grave erro: entregar a liderança da frente única à burguesia. Assim, os comunistas ficaram vulneráveis ao perigo de uma traição, não se prepararam internamente com o trabalho de massas. Ou seja, não foi uma crise de liderança, mas primordialmente o distanciamento do trabalho de base que transformou as condições sociais da militância em parte burocrática da política de conciliação.

A tendência da burguesia é para a capitulação sem resistência ante a direita, salvo se a organização da força de massas estiver em tal nível que possa derrotar o golpe da reação. E ainda que não o esteja, a tarefa da vanguarda é alertar as massas e procurar prepará-las para enfrentar com luta os acontecimentos previstos. (MARIGHELLA, 1979, p.43 [1965]).

Marighella, no que concerne à perspectiva de resistência, denuncia a falta de ação como o principal equívoco do PCB, pois o trabalho com as massas e a sua preparação para a reação deveria ser atividade essencial do partido. Entretanto a cúpula não se ateuve a isso, mesmo em momentos de clareza sobre as reações conservadoras que viriam a fazer frente às conquistas representadas pela política das reformas de bases.

Aos fatores em causa, que contribuíram fundamentalmente para a derrota das forças populares e nacionalistas e para o insucesso da liderança revolucionária, deve-se acrescentar a subestimação do trabalho pela base, substituído quase que exclusivamente pelo trabalho de cúpula. No fundo, era a subestimação da própria massa. A liderança marxista teria aí conseguido a mais completa autoridade, uma vez que apoiada na ação, e a perplexidade seria evitada. O fato é que sem trabalho profundo com as massas, sem preparação política e ideológica, sem clareza sobre os rumos dos acontecimentos, sem a concentração de forças contra a reação, isto é, contra o golpe de direita e o fascismo militar, sem reforçar a vigilância de classe e estimular o espírito revolucionário, torna-se difícil, torna-se mesmo impossível a ação revolucionária ou a revolução. (MARIGHELLA, 1979, p.44 [1965]).

As contribuições desse documento, escrito logo após sua prisão, são referentes a temas ainda primários na sua nova perspectiva de luta, mas que já apresentavam sinais vitais do que viria a ser a proposta da luta armada para ele. A visão de resistência, o conceito de democracia e o direcionamento para novas ações necessárias ao novo contexto brasileiro diante da ditadura estarão presentes em seu legado na organização guerrilheira, a qual passava a ser gestada a partir dessas primeiras críticas.

Carlos Marighella era um homem de partido, pois durante sua vida toda esteve nas hostes de um partido e posicionar-se com ideias vitalmente divergentes daquele grupo, em momento tão incerto da política brasileira, exigia dele um gradual e árduo amadurecimento intelectual. Analisar seus textos permite verificar uma preocupação teórica e prática constante, com a coerência de um revolucionário que não traz a violência como artifício, mas como tática para luta na formação da frente única antiditadura.

O livro “Por que resisti à prisão” (1965) foi o primeiro passo público em direção a exteriorizar sistematicamente sua preocupação e urgência no caminho intelectual. Demonstra a necessidade de uma leitura de conjuntura acertada, de uma estrutura organizativa funcional e de estratégias e táticas acertadas para a revolução brasileira. Nos próximos documentos, veremos o aprofundamento e o

amadurecimento dessas ideias apresentadas como críticas iniciais ainda dentro do Partido e dedicadas à disputa interna do PCB.

2.2 Divergem as avaliações: A crise brasileira

Destacamos certos postulados e propomos a análise de aspectos essenciais ao documento intitulado “A crise brasileira” (1966), principal ensaio de Marighella nesse ano. Esse escrito traz um aprofundamento para a discussão em torno do estágio das críticas iniciais, com Marighella ainda como integrante do Comitê Central do PCB. O documento demanda aperfeiçoar o entendimento de constantes desencontros entre comunistas e a realidade social que pretendiam transformar.

Singulariza-se esta análise em três princípios que acompanham as críticas iniciais e serão vitais na formação ideológica da ALN, a saber: as causas da derrota, as questões fundamentais de estratégia revolucionária e as questões fundamentais de tática revolucionária. Inclui-se, por hora, nessa última, um esboço da proposta de luta de guerrilhas acopladas ao movimento camponês.

2.2.1 As causas da derrota

Durante a primeira parte do documento em questão, Marighella apresenta-se mais amadurecido em relação às discussões que apontou no livro *Por que resisti à prisão* (1965), pois a avaliação dos motivos que levaram à derrota em 1964 concentrou-se essencialmente na política de dependência ao governo, no reboquismo e no erro ideológico, traduzido essencialmente pela perda de consciência de classe, pela percepção errônea sobre o papel das forças armadas e pela debilidade do movimento camponês.

A dependência em relação ao governo se apresentou dentro de um campo maior de equívocos de não autonomia, pois essa dependência representava uma falha nevrálgica da liderança marxista na aplicação das teses de união, conciliação e participação da frente única, definidas no V Congresso do Partido em 1960, como observado no documento anterior *Por que resisti à prisão* (1965).

Todas as resistências aos setores reacionários e as reformas de base ficaram nas mãos do governo de Jango. Apesar da ciência da liderança marxista sobre a convergência de alguns setores da burguesia para um atentado contra as reformas

de base – aplicando-se para tal empresa quaisquer meios necessários, inclusive golpe à própria democracia burguesa – a liderança ficou à mercê das forças de reação do governo, uma vez que nenhuma estrutura do partido estava realmente preparada para tal enfrentamento.

Na perspectiva dessa dependência, a esquerda seguiu a escolha de Jango pela não resistência, porém o tão aludido “dispositivo militar” do presidente não obteve a ordem para reagir ao golpe, deixando todos os grupos que compunham a frente única completamente desbaratados e sem reação¹², incluindo os marxistas.

Falha cabal, segundo Marighella, para a compreensão dos motivos que levaram à derrota. Então, ele formulou uma autocrítica a qual o PCB insistiu em não conceituar:

Quanto aos comunistas, a resistência tornou-se impossível, pois nossa política – no essencial – vinha sendo feita sob a dependência da política do governo. Quer dizer, sob a dependência da liderança da burguesia, ou melhor, do setor da burguesia que ocupava o poder. Tal posição contribuiu para quebrar a autoridade e anular nossa força, uma e outra necessárias quando se trata de influir na frente única, levá-la à consolidação, paralisar as áreas vacilantes e exercer um nítido papel ideológico diante dos setores mais radicais da pequena burguesia. (MARIGHELLA, 1979, p.49 [1966a]).

O reboquismo é mais um extrato fundamental que Marighella trouxe em sua reflexão sobre os motivos da derrota, mais profundo que a dependência de liderança para a reação. Ele representou uma absoluta subordinação na política dos comunistas dentro da frente única, ou seja, para Marighella, o Partido se prostrou à inércia, fazendo com que a ação ficasse completamente anulada e todas as atividades se transformassem em mera escolta, sem nenhuma política decisória.

Chama a atenção essa postura no sentido de que as teses e as resoluções do partido ficaram renegadas à política burguesa, que na frente única estabelecia a direção para as reformas de base, sem atentar para o papel de reboque e não aplicando uma política proletária.

A subestimação do perigo de direita no panorama político brasileiro foi fruto do reboquismo e da ilusão no governo. Acreditava-se que a burguesia seguiria o caminho das reformas pacíficas sob a pressão do movimento de

¹² MAGALHÃES (2012, pp. 300-315) Nas páginas 300 a 315, o autor faz um rico detalhamento do vai e vem que Marighella fez no dia do golpe, atrás de um aludido dispositivo militar do PCB e de setores das forças armadas que eram tidos como aliados. Porém, todos só se dispunham a agir quando da ordem de Jango. Nessas páginas temos a clara sensação de total falta de autonomia desses possíveis aliados e dependência ao governo para qualquer reação.

massa, e que a direita não se levantaria. E que, se isto acontecesse, a burguesia tomaria a iniciativa da resistência e do controle aos golpistas. (MARIGHELLA, 1979, p.50 [1966a]).

É importante não perder de vista que, em *A crise brasileira*, Marighella fez uma avaliação e uma autocrítica também pessoal, reportando-se aos companheiros, mais distante do ferver dos acontecimentos e com uma busca perseverante em direção à resistência. Prematuramente aos acontecimentos, ele denunciava a ditadura, não poupando críticas aos erros de liderança e mesmo falando em primeira pessoa como parte da liderança do PCB não se ateu a procurar culpados ou bodes expiatórios. Antes que o partido chamasse à avaliação, o próprio autor já construía um duro juízo em relação a equívocos históricos da liderança marxista no Brasil.

O erro que se manifestou foi, portanto, um erro ideológico, que pode ser traduzido com a perda do sentido de classe da luta revolucionária do povo brasileiro. Tal erro, projetado em dimensão histórica em nossa atividade, reflete-se em diferentes e por vezes contraditórias manifestações políticas e táticas dos comunistas ao longo da vida política brasileira. É possível fugir à caracterização de um erro ideológico evidente e tradicional na liderança comunista brasileira. A falta de condições ideológicas na liderança marxista levou a que uma linha política com probabilidade de êxito viesse a terminar em derrota. (MARIGHELLA, 1979, p.50 [1966a]).

O papel das forças armadas na revolução socialista será tema de minuciosa atenção nesse documento. Partindo-se de uma premissa revolucionária, os dispositivos de guerra são sempre face sensível do processo tático para os comunistas e no Brasil esses dispositivos sempre estiveram ligados a setores das forças armadas. A avaliação crítica que Marighella propôs foi que essa dinâmica deveria ser revista, pois se comprovou parte fundamental da derrota em 1964. Segundo Marighella:

Uma apreciação do papel das forças armadas nos levou a ilusões no dispositivo militar do governo, dispositivo com base ideológica nacionalista, e que, por isso mesmo, não estando sob a influência ideológica do proletariado, jamais se mobilizaria para decidir a favor das massas qualquer situação capaz de levá-las a ameaçar privilégios das classes dominantes. (MARIGHELLA, 1979, p.51 [1966a]).

Nesse processo de radicalização que a política brasileira vivenciou, no qual o golpe, mais uma vez em nossa história, instrumentalizou-se nas forças armadas, Marighella apresentou a tese de que, naquele momento, a ditadura militar era a representação *fascista das forças militares e nacional*. A avaliação originária que ele

sugeriu (e que será aprofundada no tópico seguinte – *Questões fundamentais de tática revolucionária*) foi a de que, de modo inédito, as Forças Armadas estavam dispostas a se perpetuar no poder. Isso significava que as esquerdas, não se valeriam das oposições das contradições internas ou das crises políticas, tão pouco das ilusões eleitorais, como forma de resistência. De fato, o papel das Forças Armadas na vida política brasileira exigiria nova apreciação por parte dos comunistas.

A principal avaliação sobre as causas que levaram à derrota, apresentadas pelo PCB ainda em uma reunião do Comitê Central em 1965, foi o *esquerdismo*, já observado quando da análise sobre o livro *Por que resisti a prisão*. Nesta avaliação, evidenciou-se a contrariedade de Marighella quanto a essa leitura.

Porém, nesse documento sobre a crise brasileira e de forma mais elaborada, Marighella retorna a esse ponto, reconcilia-se de certa maneira com a tese de que o esquerdismo tenha sido parte fundamental nas causas da derrota em 1964. Contudo, amplia a causa dessa característica para o fracasso, somando a isso a incapacidade dos marxistas de objetivamente influenciar e canalizar essas insatisfações radicais pequeno-burguesas dentro da frente única e até mesmo dentro do partido para o campo marxista. Sobre o esquerdismo como um fator de derrota, disserta Marighella:

Também não foi entendido pela liderança marxista o caráter objetivo do processo de radicalização de alguns setores da pequena burguesia, o que – ao lado de outros erros – contribuiu para que não exercêssemos qualquer papel de influência decisiva entre marinheiros, sargentos e outras forças radicais, impossibilitando, assim, a unidade de ação dentro da frente única, da qual também éramos parte. (MARIGHELLA, 1979, p. 51 [1966a]).

Ainda sobre as reflexões em torno das *causas da derrota*, o último problema analisado de caráter prioritário na avaliação autocrítica proposto por Marighella e que se converterá em questão chave do amadurecimento ideológico dele e da estratégia e tática da ALN é a questão do camponês. Presente em seus textos desde 1958, em grande parte em virtude de seus primeiros contatos com Julião, exemplos disso são as ligas camponesas e depois as revoluções cubana e chinesa. Marighella denunciava o desprezo apresentado pelo PCB frente à luta dos camponeses e como isso poderia ser o “calcanhar de Aquiles” da revolução brasileira.

Uma falha básica era a debilidade do movimento camponês. A falta de decisão em dar prioridade ao trabalho no campo é responsável por essa falha básica, já tornada crônica. Sem mobilização do campo é impossível o avanço da revolução. (MARIGHELLA, 1979, p.51 [1966a]).

Contudo, a *guerrilha rural* foi apresentada como *segunda frente*, ainda como forma de luta complementar, destinada a viabilizar a luta nas cidades. Mais adiante – no capítulo *Estágio de concepção* – será possível ver como Marighella deslocará o papel da guerrilha rural da orbita *tática* para área *estratégica* na revolução brasileira, inclusive havendo o deslocamento do próprio conceito de guerrilha, da área tática para a área estratégica.

Essa evolução de princípios sobre a luta no campo é essencial para a compreensão de uma questão chave, original do seu pensamento e de seu legado para a luta revolucionária organizada sob guerrilha, e da construção ideológica e estratégica da Ação Libertadora Nacional – ALN.

2.2.2 Questões fundamentais de estratégia revolucionária

A crise brasileira (1966) é um documento esmiuçado, esmerado, preciso, pormenorizado e, principalmente, com um rigor acadêmico ímpar. Para traçar a estrutura de análise, dedicada às críticas iniciais, passa-se por uma série de temas, preocupações e reflexões que não se instalavam no crivo desta pesquisa, porém, não podemos deixar de registrar a profundidade desse ensaio em temas como a formação econômica brasileira, da classe proletária e da burguesia nacional, as relações de classes, as análises dos meios de produção, a história militar. O plano econômico e político foi intensamente debatido, recorrendo a autores como Nelson Werneck Sodré, Astrogildo Barata, Voltaire, Engels, Marx, Lenin, Togliatti, entre vários outros.

Referencia-se concisamente sobre esse corpo geral da pesquisa em que se debruçou Marighella, pois nesta sessão será apresentada, dentro do aspecto das críticas iniciais, uma sensível e significativa divergência no campo da estratégia. Estratégia que ele apresenta, justamente, depois de profunda pesquisa e reflexão sobre a história do Brasil e a conjuntura brasileira da época.

Ela é compreendida, nesse documento, como um projeto político a ser construído para a efetivação da revolução brasileira, termo dado ao objetivo central

dos comunistas. Estratégico, ao contrário do significado contemporâneo, não é um fim em si, mas um objetivo vivo e constante que é a revolução socialista brasileira como estágio do processo que levará ao comunismo. Sendo assim, o campo de estratégias objetivas dos comunistas é adequado às conjunturas para esse fim último que é o comunismo.

Não há, aos olhos dos marxistas, como “pular” etapas, pois o marxismo é uma ciência aplicável de acordo com as conjunturas de estruturas e de superestruturas a serem transformadas de acordo com questões objetivas de cada sociedade e de acordo com seu tempo. Sendo assim, *A crise brasileira* se apresenta como análise e proposta de um novo campo estratégico imposto devido à ditadura militar instalada no Brasil em 1964.

A apreciação de uma nova proposta estratégica pelos comunistas se impôs depois de uma profunda análise das causas que levaram à derrota e à instalação da ditadura militar, verificadas no tópico anterior. O documento vai além desse propósito e apresenta o processo evolutivo da classe burguesa e da classe trabalhadora e suas relações históricas nos campos políticos e econômicos. Dos vários motivos que são apresentados como causa da derrota em 1964, todos giram em torno de um erro central, na avaliação de Marighella: a não hegemonia da liderança marxista nesse processo histórico e, depois, a manutenção da liderança da burguesia dentro da Frente Única. Marighella discorre:

Foi sob a égide do binômio nacionalismo-democracia que o proletariado brasileiro pôde desempenhar um papel político, à medida que se intensificava o processo de sua expansão no quadro das forças produtivas. Tanto no plano econômico como no político, o processo evolutivo brasileiro e seu expansionismo desenvolvimentista foram conduzidos por um setor da burguesia preponderantemente industrial. Para os comunistas – como de um modo geral para as esquerdas – isto significou um longo período de colaboração com as forças da burguesia. A necessidade da luta anti-imperialista e a obrigatoriedade do combate às forças golpistas, que se opõem ao progresso e à liberdade, colocaram as forças populares e nacionalistas e sua liderança revolucionária numa posição de dependência face à burguesia brasileira. Poderia ter ocorrido o contrário, mas isso dependeria de uma aplicação mais correta do marxismo-leninismo à realidade brasileira, o que não aconteceu. Condições históricas e peculiaridades da situação brasileira facilitaram a hegemonia da burguesia na condução do processo. Entretanto, a hegemonia da burguesia não é uma fatalidade histórica, e nada indica que o proletariado deva assumir uma posição conformista e curvar-se indefinidamente à liderança burguesa. (MARIGHELLA, 1979, p.59 [1966a]).

A análise parte do resultado da estratégia revolucionária levada adiante até então pelo PCB, ou seja, a atribuição de um papel importante da burguesia na revolução brasileira. A estratégia etapista atribuía à revolução socialista um desenvolvimento do capitalismo e esse deveria ser levado adiante pelos setores da burguesia nacionalista e progressista. Até mesmo dentro da formação do proletariado brasileiro, setores da burguesia estiveram na “ponta de lança” do processo, junto ao desenvolvimento de um capitalismo nacionalista e da constituição da classe proletária.

A autocrítica ofertada pela leitura de Carlos Marighella é que esse processo chegaria ao fim e a nova estratégia dos marxistas para a revolução brasileira seria colocar a classe trabalhadora no centro da Frente Única Antiditadura e da luta revolucionária. Segundo Marighella:

O caminho da estratégia revolucionária é norteado por uma perspectiva básica, entendendo-se como tal a perspectiva que considera esgotadas ou fechadas as possibilidades de solução pacífica e admite que não haverá outra solução senão a força para derrubada da ditadura. (MARIGHELLA, 1979, p.65 [1966a]).

Não era mais estratégia razoável para os comunistas uma frente única para levar o desenvolvimento do capitalismo brasileiro dentro de balizas democráticas, progressistas e burguesas. “A crise brasileira chegou a um ponto em que o proletariado não pode pretender resolvê-la seguindo a fórmula anterior – caminho pacífico e de apoio à burguesia na luta pelas reformas” (MARIGHELLA, 1966a, p.60). A derrubada do governo ditatorial das forças armadas seria o primeiro objetivo no campo estratégico da revolução e, para tal fim, seriam lançadas todas as armas táticas possíveis, tanto legais quanto ilegais.

O campo estratégico, na visão de Marighella, deveria ser a hegemonia da liderança marxista sobre todas as forças básicas da revolução, definidas como as massas proletárias, as rurais e as intelectuais, os estudantes, as mulheres, em suma, setores empenhados, dentro da frente única ou fora dela, na derrubada da ditadura militar e na edificação do processo revolucionário brasileiro. “A experiência brasileira mostra a necessidade de insistir numa solução revolucionária. Nas atuais condições históricas, renunciar à estratégia revolucionária é comprometer o futuro do Brasil e da América Latina” (MARIGHELLA, 1966a, p.63).

O fim do pacifismo é a chave para a nova estratégia oferecida por Marighella aos marxistas, ele se detém fortemente nessa postura. “Agora o caminho pacífico está superado. Persistir nele significa adotar uma estratégia que concorrerá para a institucionalização do golpe e da ditadura” (MARIGHELLA, 1979, p.60 [1966a]).

Além disso, a nova linha estratégica para a revolução brasileira teria em suas forças básicas o trabalho no campo como fator medular desse processo revolucionário.

Atuando com forças básicas da revolução, o trabalho mais importante, aquele que tem caráter prioritário, é a ação no campo, o deslocamento das lutas para o interior do país, a conscientização do camponês. No esquema estratégico brasileiro, o pedestal da ação do proletariado é o trabalhador rural. A aliança dos proletários com os camponeses é a pedra de toque da revolução brasileira. Ela significará um grande passo à frente – ou seja, a substituição do esquema burguesia-proletariado por um plano estratégico marxista. Nesse plano, o camponês e o campo desempenharão o papel decisivo de apoio à luta das massas urbanas. E é sob esse aspecto que se trata de abrir uma segunda frente. O que quer dizer que não devemos limitar nossa ação exclusivamente às cidades, onde, aliás, além dos entendimentos de cúpula, necessitamos de uma profunda penetração entre o proletariado nas grandes empresas. Isto é indispensável. Mas não haverá possibilidade de êxito estratégico, a não ser com a segunda frente, no campo. (MARIGHELLA, 1979, p.62 [1966a]).

Apesar de ser instalada como pedra de toque da revolução, a aliança entre o proletariado e o campesinato foi configurada como linha de apoio à luta das massas urbanas. Marighella apresentou uma forte tendência a instalar o camponês como agente fundamental e estratégico da revolução brasileira, mas a luta revolucionária ainda se instalava, primordialmente, nas cidades. Esse novo agente foi apresentado como um passo adiante frente às estratégias propostas pela cúpula do PCB, mas ainda próximo aos caminhos estratégicos do partido, condicionando o trabalho das massas camponesas como apoio. Assim, foi possível identificar uma leitura de Marighella afeiçoada mais como princípio tático que estratégico.

Haveria um deslocamento real na luta das massas rurais para o centro estratégico da revolução brasileira, na leitura de Marighella, na elaboração das concepções da ALN e na construção da guerrilha. Ele seria componente estratégico essencial da revolução brasileira e perderia o aspecto tático que lhe foi configurado nesse documento e durante todo o período de críticas iniciais.

2.2.3 Questões fundamentais de tática revolucionária

Definida e cristalizada a estratégia revolucionária, que, segundo Marighella (1966a) “(...) trata-se de levar as massas à luta contra a ditadura e substituí-la por um governo efetivamente democrático” e, além disso,

Não tem outro recurso senão adotar uma estratégia revolucionária, que leve à derrubada da ditadura. Trata-se da revolução, da preparação da “insurreição armada popular”. Trata-se do caminho não pacífico, violento, até mesmo da guerra civil. Sem o recurso da violência por parte das massas, a ditadura será institucionalizada por um período de maior ou menor tempo. (MARIGHELLA, 1979, p.61 [1966a]).

As táticas revolucionárias serão os caminhos trilhados para se alcançar as estratégias revolucionárias.

Mas não basta uma estratégia para que as forças populares e nacionalistas sejam lançadas à luta. É necessário também que disponhamos uma tática atual. E esta, ao ser traçada, será coerentemente uma dependência da estratégia. Ou melhor, haverá uma interdependência, um condicionamento entre uma e outra. (MARIGHELLA, 1979, p.65 [1966a]).

Marighella recorreu constantemente à análise de que houve um erro crasso da liderança marxista, com perda de condição de classe ou da chamada ilusão de classe, onde mesmo com uma estratégia bem definida havia uma ambiguidade da linha tática, infectada por ilusões do papel da burguesia na revolução brasileira, levando sempre a um papel não hegemônico do proletariado.

Defendeu, então, uma proposta que cristalizou os campos estratégicos e os táticos, numa interdependência essencial, na qual a estratégia da revolução armada, acompanhada de táticas, viabilizaria tal empresa. “Uma tática decorrente da estratégia revolucionária é por si mesmo revolucionária, o que nada tem a ver com sectarismo e esquerdismo.” (MARIGHELLA, 1979, p.66 [1966a]).

Assim, Marighella iniciou a construção de um pensamento revolucionário, onde estratégia e tática trabalham com extrema coerência revolucionária, sendo a deficiência em relação a isso uma das principais críticas à forma como o PCB esteve aplicado para a revolução brasileira. Nesse momento, ele ofereceu novas teses para as novas conjunturas, não apresentando propostas fragmentadas, mas sim de radicalização estratégica e tática para a revolução.

Essas divergências mais elaboradas, Marighella apresentou no ano de 1966, entretanto, o primeiro documento apresentando as avaliações e as proposições do PCB, em relação às novas conjunturas, foi distribuído aos militantes apenas em 1967, na forma de texto para debate.

Nesse contexto, Marighella verificou, na cúpula do seu partido, tendências a avaliações e a proposições divergentes das quais ele estava propondo desde 1965. Ou mesmo, a contar da repercussão de sua prisão em 1964, a partir de então iniciou uma disputa interna para que suas teses fossem aprovadas ao invés das apresentadas pelo Comitê Central do Partido.

Suas teses, presentes no documento *A crise brasileira* e mais especificamente na parte que tratou das proposições às novas táticas, possuíam a base para sua divergência pública e embate direto na disputa interna, quando das discussões para o VI Congresso, chamado para 1967. As teses foram antes e exaustivamente debatidas frente às proposições do Comitê Central, em uma reunião do Comitê Regional de São Paulo, na cidade de Campinas, e obtiveram forte apoio. A relevância desse documento foi tamanha que em outros escritos o próprio Marighella recorreu às proposições das novas táticas revolucionárias apresentadas nele.

Para Marighella, a tática consiste em elementos tradicionais e elementos específicos das condições históricas, tornando necessário uma aplicação exata e coerente com o marxismo-leninismo. Ele verificou também um deslocamento nas proposições que o PCB orientava entre estratégica e tática. Orquestrou no sentido de que as táticas deveriam ser guiadas em uma dinâmica interdependente, sem nenhum espaço de ambiguidade.

Ademais dos elementos permanentes da tática marxista, que concorrerão para criar a força organizada do proletariado, há princípios gerais e particulares aos quais obedece a tática nas atuais condições brasileiras. Esses princípios dizem respeito às regras e leis confirmadas pela prática e relacionadas com o manejo e a mobilização dos elementos permanentes da tática, incluindo a frente única. (MARIGHELLA, 1979, p.67 [1966a]).

Além desse entendimento, Marighella apresentou princípios de como se deveria proceder em relação às táticas revolucionárias. Um primeiro princípio fundamental é o de “retirada tática”, que possui um grande significado. Em momento algum, nenhum passo tático deveria ser dado sem a garantia de que a retirada seria

viabilizada, caso necessário. Quanto ao “princípio da ofensiva”, ele recorreu à experiência histórica, dizendo não ser necessário avançar sempre, o importante é ter clareza sobre as vitórias e as conquistas, sempre que preciso. Há um momento em que se deve parar e consolidar as forças, a fim de em seguida prosseguir avançando.

Quando a ofensiva política é do inimigo, a tática deve centrar em esmerar-se e abrir novos campos de combate, ou seja, procurar abrir outra frente política sob a direção do proletariado, destinado a retirar a iniciativa do inimigo em qualquer área. “Mas só concorrerá para a mudança de qualidade da luta política se for uma frente de luta aberta no meio rural, entre as massas camponesas” (MARIGHELLA, 1979, p.68 [1966a]).

Outro princípio tático fundamental é que “o proletariado deve criar força própria e fortalecer-se pela base”, desde o momento em que participa da Frente Única, “[...] sem isso o proletariado não assegurará sua independência, sem força própria o proletariado segue um joguete nas mãos da burguesia” (MARIGHELLA, 1979, p. 68 [1966a]). Para que essa força seja construída e fortalecida, Marighella chamou atenção para a combinação do trabalhador da indústria (operário), do campo (camponês) e das forças militares e sentenciou: “É impossível a vitória do proletariado sozinho – sem a Frente Única Antiditadura e sem a base operário-camponesa para a Frente Única” (MARIGHELLA, 1979, p.68 [1966a]).

Segundo ele, é primordial a leitura e a análise certas sobre as forças componentes dessa frente. Sob esse aspecto, é preciso perceber a existência de três agrupamentos de forças dentro dela: “(...) no centro estão as forças intermediárias, ou seja, as forças mais numerosas da burguesia e seus afins. À esquerda, as forças radicais e no extremo oposto as forças de direita da Frente Única” (MARIGHELLA, 1979, p.69 [1966a]). A orientação fundamental sobre a prática no interior dessa frente está associada à autonomia de ação das massas e não à ação de cúpula partidária ou aos entendimentos com as lideranças das forças intermediárias. O vital nesse caso é a ação da base dentro da Frente Única.

Mais um princípio tático relaciona-se à “unidade e a luta com a burguesia” dentro dela, e sobre isso descreve Marighella:

Tal princípio só pode ser aplicado se o proletariado desencadear a luta de classe e souber conduzir com acerto a luta de massas nacionalista e democrática, na qual se inclui a luta pela terra. O proletariado deve assumir

uma posição revolucionária clara, não lhe cabendo, em nenhuma hipótese, o papel de força moderadora da Frente Única. Quando isso acontece o proletariado fica a reboque da burguesia. Nosso papel, entretanto, não é atacar as forças intermediárias para destruí-las, nem desfechar sobre elas o golpe principal, desviando-o do alvo imperialista. O perigo é nos aliarmos somente a elas e deixarmos de lado as forças radicais. (MARIGHELLA, 1979, p.69 [1966a]).

A complexidade dessa tática foi compreendida como ponto essencial em que o proletariado deveria posicionar-se de forma hegemônica no interior da Frente Única. Essa hegemonia deveria ser conquistada com a união das esquerdas e não na dependência dos setores médios dessa frente.

É incorreto subestimar a união com as forças radicais. O radicalismo brasileiro é fruto do avanço do movimento revolucionário ou da resistência extrema à ditadura. Apresentando uma estratégia revolucionária e uma tática coerente com tal estratégia e a ela subordinada, faremos das forças radicais da Frente Única um aliado do proletariado. (MARIGHELLA, 1979, p.69 [1966a]).

Por conseguinte, uma premissa elementar da tática revolucionária na proposição de Carlos Marighella fundamentou-se:

[...] da unidade com a esquerda. Um dado valioso para essa unidade – tendo em vista atrair o centro – é a aliança com os católicos, em particular com a esquerda católica. Ademais disso, com o mesmo fito, é imprescindível nossa união com os nacionalistas revolucionários. Os partidos de Brizola, Arraes, Julião e outros, e bem assim com as demais correntes esquerdistas contrárias à ditadura. Nesse particular, o Nordeste merece uma atenção especial. Os intelectuais, por sua notória resistência ao terrorismo cultural e à ditadura, tendem à esquerda e a união com eles assume um caráter de obrigatoriedade. (MARIGHELLA, 1979, p.69 [1966a]).

Ainda relacionado à Frente Única, temos outro princípio tático, “o princípio de unidade do programa e da ação”. O ponto de partida para este é a concordância no que diz respeito à derrubada da ditadura, ou seja, formar-se uma Frente Única Antiditadura. “Em qualquer caso, o proletariado e juntamente com eles os comunistas devem desencadear e apoiar lutas contra a ditadura, e, por este meio, conduzir à luta as forças populares e nacionalistas.” (MARIGHELLA, 1979, p.70 [1966a]).

Essa Frente Única deveria ser a mais ampla possível e contar com todas as forças políticas e de classe opostas à ditadura. Isto não significaria quebra de

autonomia de nenhuma força agrupada, o fundamental seria a unidade do programa e da ação para a derrubada do regime.

A luta possuía como princípio estratégico a derrubada do governo ditatorial e a implantação de um governo democrático. Por conseguinte, a visão estratégica da revolução brasileira permanecia com o caráter anti-imperialista e antifeudal, nacionalista e democrática. Seguindo esse raciocínio, Marighella perseverava na leitura de que “A visão estratégica da etapa histórica prossegue sendo a mesma, uma vez que as contradições postas em equação não foram resolvidas até agora” (MARIGHELLA, 1979, p.70 [1966a]) ou seja, permanecia a visão etapista de que a revolução brasileira, necessariamente, deveria transpor as deficiências de seu desenvolvimento capitalista com a liderança de um governo hegemonicamente proletário de viés nacionalista democrático.

O diferencial dos caminhos trilhados pelos comunistas foi a visão estratégica da hegemonia na luta pelo poder e da união das forças básicas da revolução brasileira. São elas a força política e a força do campesinato. Aquela seria o fiel da balança nesse processo não só da derrubada do governo ditatorial, mas também do emergir de um governo nacionalista democrático;

Dentre as forças básicas, devemos destacar os camponeses. Estes não devem ser lançados à luta somente no momento da conquista do poder estatal revolucionário, ou seja, no momento da decisão estratégica. É preciso fazê-lo desde já, o que indica a importância das lutas camponesas, das reivindicações do homem do campo e de sua participação na luta nacionalista e democrática. Isso indica também a importância da luta pela terra e da participação do campesinato na luta política contra a ditadura e por sua derrubada. (MARIGHELLA, 1979, p.70 [1966a]).

Um legado essencial de Marighella para a ideologia revolucionária brasileira estava sendo, gradualmente, amadurecido sob a ótica da emergência revolucionária do papel do camponês na revolução. Essa contribuição sofreria enorme crítica no campo dos marxistas, que imputavam nessa prática a descaracterização do caráter da revolução e a predominância de questões agrárias sobre a contradição nacional e anti-imperialista. Entretanto, Marighella permanecia firme na proposição estratégica de que a revolução mantinha-se com caráter anti-imperialista e anti-feudal; nacionalista e democrática, mas o camponês seria o fiel da balança para a efetivação da revolução.

Temos, por fim, o princípio tático que explica a combinação das formas de luta e as organizações de luta legais ou ilegais. Marighella, desde sua prisão em 1964, definiu não haver forma de lutar contra a ditadura que não fosse a luta armada. Assim sendo, apresentou nesse documento as formas estratégicas, as táticas gerais para a derrubada da ditadura. Os princípios táticos foram esmiuçados neste tópico, porém, eles orbitam sob a forma política da Frente Única e da hegemonia do proletariado, da derrubada do governo e da construção de um novo governo democrático e nacionalista.

O princípio fundamental da tática marxista é que, em qualquer fase da luta do proletariado, torna-se obrigatório a luta pela conquista de um tipo de governo, ou melhor, de um poder que abra caminho para a completa libertação nacional, econômica, política e social do povo. Quer dizer, que abra caminho para a solução do problema estratégico. Nas condições brasileiras, é indispensável lutar por um governo que substitua a atual ditadura. Tal governo deve ter características realmente democráticas. Deve ser o oposto do que aí está. A essa tarefa ficam subordinadas a demais tarefas táticas. (MARIGHELLA, 1979, p.71 [1966a]).

Não está presente nesse documento como se daria a luta armada. Ele apenas sinaliza sobre a guerrilha de forma ainda muito preliminar, sem maiores construções táticas sobre ela. Marighella ofereceu aos marxistas e aos colegas de militância dentro do PCB uma alternativa, uma autocrítica, que deveria ser construída pela base, com mudança radical das táticas anteriores, com nova forma de liderança e sentido de classe. Nesse sentido discorre Marighella:

Atribuindo ao esquerdismo a responsabilidade principal por nosso erro, a tática em causa não deixa de desferir alguns ataques ao desvio direitista – pelo menos para guardar as aparências. O único resultado que consegue – por esse caminho – dividir as fileiras do proletariado em duas facções – esquerda e direita. Mas não convence ninguém. E o pior de tudo é a fuga ao exame da causa principal do nosso erro, que foi a perda do sentido de classe. Desistindo de reconhecer que nosso mal maior é tentar prosseguir com o cordão umbilical atado à burguesia, a tática referida teme aceitar como perspectiva básica a derrubada da ditadura pela força. (MARIGHELLA, 1979, p.69 [1966a]).

Nas críticas direcionadas às avaliações do PCB, Marighella abordou intensamente a questão de mudança da área tática em três pontos cruciais: (a) a Frente Única e a hegemonia do proletariado; (b) o papel do camponês na revolução brasileira; e (c) a luta armada. Nesses três vértices, ele apontou as áreas táticas em

que os comunistas deveriam se debruçar a partir do momento em que a ditadura se estabeleceria.

No documento em análise, *A crise Brasileira*, ele desenvolveu sobremaneira os pontos relacionados à hegemonia do proletariado e o papel do camponês na revolução brasileira, em cinco capítulos do livro. Para a luta armada, ele dedicou os dois últimos capítulos do trabalho, em uma análise da probabilidade de cooperação tática das Forças Armadas com os marxistas e a guerrilha. Sobre as forças armadas, Marighella chamou atenção para:

A verdadeira política militar existe como elemento tático permanente da estratégia revolucionária. E consiste em unir os elementos militares revolucionários sob a liderança do proletariado. Simultaneamente, uni-los com o povo, com o proletariado, com os camponeses. As lutas militares devem ser combinadas com as lutas operárias e camponesas. Quando falamos em elementos militares revolucionários, é exatamente porque nem todos os militares podem ser revolucionários, e só uma parte deles passará para o campo da revolução. Por outro lado, ao nos referirmos às lutas militares, queremos distingui-las da luta armada, uma vez que essa última inclui também a participação do elemento civil e pode até assumir o aspecto da luta camponesa. Isto significa que a luta armada não é para ser desencadeada necessariamente sob a direção militar. (MARIGHELLA, 1979, p.82 [1966a]).

Ele recusa veementemente a ideia de que as forças militares têm papel de liderança na luta armada. Inclusive rejeita a avaliação de que é possível construir a luta armada diretamente laborada nos modelos de um exército tradicional. “A luta de guerrilha persistente e prolongada – quando ainda não existe um exército regular de combatentes do povo – leva à formação desse exército, se for uma luta conduzida com acerto e as condições objetivas o permitirem” (MARIGHELLA, 1979, p.84 [1966a]).

As especificidades observadas por Marighella fazem crer que um exército de libertação nacional seria forjado por meio da guerrilha e com a liderança dos marxistas, com uma tática de união entre proletariado e campesinato. A liderança deveria se ater a parcelas das forças armadas que se uniriam à estratégia revolucionária. “A luta de guerrilha constitui assim na tática dentro da estratégia revolucionária, estratégia essa capaz de conduzir – nas condições atuais – as forças populares e nacionalistas a uma vitória” (MARIGHELLA, 1979, p.84 [1966a]).

O último capítulo do documento é destinado à guerrilha. Não se percebe a presença de uma proposição organizada e elaborada sobre o assunto, ou de

referenciais teóricos de guerrilha, assim como referenciais de experiências históricas também são negligenciados. Apresenta um caráter mais amplo, porém deixa a mensagem de que está marcado o território da luta de massas e da sua resistência não pacífica. Temas como a insurreição ou a guerra civil ainda são oferecidos como opções, mas a preferência de Marighella em relação à guerrilha já é perceptível.

A natureza peculiar da guerrilha, pelo seu cunho irregular e pelo desapego a todo e qualquer convencionalismo militar, é incompatível com princípios táticos que não encontrem por parte do povo amparo, cobertura apoio e a mais extensa e profunda simpatia. A guerrilha tem por isso mesmo um caráter nitidamente voluntário. Qualquer tipo de coação, visando o seu alargamento e expansão, provocará efeito contrário. Condicionada pela sua dependência e inteira conformidade ao tipo de resistência brasileira contra a atual ditadura, a guerrilha terá a seu encargo fustigar as forças repressivas, impelir o campo para a luta política, incentivar o camponês à luta de classe, incorporando a luta geral. A guerrilha é uma forma de plantar no fundo do país a bandeira da liberdade e da luta pela terra, pelo progresso, pela independência e a quebra do domínio norte-americano, pela abolição das injustiças dos latifundiários, por um mínimo de bem estar e melhoria para a população rural sofredora. (MARIGHELLA, 1979, p.88 [1966a]).

Apesar da clara preferência em relação à guerrilha como forma de política não pacífica e de resistência à ditadura, Marighella apresentou esse tópico com bastante prudência e parcimônia, talvez por representar uma proposta a ser amadurecida pelos comunistas do PCB. Mesmo na condição de tática, a guerrilha foi apresentada como uma maneira de luta complementar, como uma segunda frente da luta revolucionária brasileira. Marighella afirma:

Ninguém espera que a guerrilha seja um sinal para o levante popular ou para a súbita proliferação de focos insurrecionais. Nada disso. A guerrilha será o estímulo para o prosseguimento da luta de resistência por toda a parte. Para o aprofundamento da luta pela formação da frente-única Antiditadura. Para o esforço final da luta de conjunto, de todos os brasileiros, luta que acabará pondo por terra a ditadura. (MARIGHELLA, 1979, p.88 [1966a]).

Veremos, no capítulo sobre o período de concepções, o amadurecimento ideológico e teórico desse processo de construção da guerrilha e o deslocamento do seu papel tático para a área estratégica da revolução brasileira. Contudo, foi possível perceber que desde *A crise brasileira* (1966) essas ideias e conceitos foram lançadas para o debate entre os militantes do PCB. Questões fundamentais da autocrítica de Marighella, como as causas da derrota e as novas visões táticas e

estratégicas, levadas a debate e disputa interna do partido, fazem parte de seu legado para a formação da ALN.

2.3 Desligamento da Executiva Nacional

Tem-se como terminante documento a ser analisado, nesse capítulo denominado de *A Ação Faz A Vanguarda (1967-1969)*, a carta que Carlos Marighella destinou à Executiva Nacional, em dezembro de 1966, solicitando a sua demissão do órgão. Nesse momento, ele não guardou reservas para tecer duras críticas, como, por exemplo, “O centro de gravidade do trabalho executivo repousa em fazer reuniões, redigir notas políticas e elaborar informes. Não há assim ação planejada, a atividade não gira em torno da luta” (MARIGHELLA, 1979, p.89 [1966b]).

Ele reafirmou diretamente à liderança o tom habilitado pelas críticas – que já havia tempos vinha construindo em suas publicações e documentos – no momento em que solicitou sua demissão da Executiva Nacional, guardando a coerência sempre marcada em sua trajetória partidária. Assim sendo, renunciou ao exercício da liderança nacional depois de vencidas as tentativas de mudança na linha política do partido.

Sua carta traça uma plêiade de todas as críticas cristalizadas em vários documentos desde 1964, quando de sua prisão. Inclusive inicia seus argumentos referindo-se à limitação de livre debate no partido: “uma das questões em que a Executiva se mostra temerosa e conservadora é quanto ao aparecimento de livros e à circulação de ideias” (MARIGHELLA, 1979, p.90 [1966b]). Mostra-se insatisfeito com as posições autoritárias do partido frente a novas publicações e as define como materialização do ranço stalinista e depreende: “(...) vão mais além, sustentando a tese de que um membro da liderança não pode escrever, publicamente, discordando. A tese é stalinista, mas aí a temos de volta” (MARIGHELLA, 1979, p.90 [1966b]).

O centralismo democrático proclamado seria alvo de forte desconstrução no processo de concepções de suas ideias sobre como deveriam se organizar os comunistas no Brasil. Marighella se mostra contrariado com a burocracia partidária e isso seria forte marca de seu pensamento nas concepções horizontalizadas de decisão. Sobre essa postura mantida pelo partido, ele desferiu seus argumentos:

Recai-se, assim, na "teoria da unanimidade", que tanto prejuízo trouxe no passado. Volta-se à concepção antimarxista e antidialética do "núcleo dirigente" monolítico superposto ao coletivo. Em suma, trata-se de uma tentativa de intimidação ideológica, o recurso a uma forma de coação para evitar a circulação de ideias que são temidas. Entretanto, revelar as contradições é uma forma e até mesmo um método para superá-las, desde quando as ideias entram em confronto uma com as outras e a prática é tomada como critério para testar a verdade. (MARIGHELLA, 1979, p.90-91 [1966b]).

Adiante na carta, Marighella demonstrou, mais uma vez, de forma direcionada à diretoria, sua discordância quanto ao fatalismo histórico de que a burguesia deveria ser a força dirigente da revolução brasileira e manifestou-se em relação ao infortunado resultado dessa postura, explicando que as ilusões de classe tornaram-se a configuração de tal procedimento, denotando o desastroso local de reboquismo em que se encontrava a liderança do partido, sem apresentar reação concreta na atual conjuntura ditatorial. Marighella disserta:

As ilusões são justificadas em nome da propalada política ampla, em nome do combate ao sectarismo e ao esquerdismo, enquanto se despreza a luta em favor da ideologia do proletariado. Esquece-se o papel do partido marxista, da sua independência de classe e cai-se no reboquismo ante a burguesia. Em vez de combater as ilusões, apressou-se a Executiva a combater o revanchismo, adotando uma posição burguesa como se não devêssemos ajustar contas com a ditadura à maneira proletária, ou seus crimes e chamar seus autores à responsabilidade. Como se não devêssemos apostar ao proletariado os criminosos golpistas, denunciar "à maneira plebeia", segundo diria Marx em seu tempo. (MARIGHELLA, 1979, p.92 [1966b]).

A carta de demissão não é um documento rancoroso ou de características pessoais, longe disso, o que se observa é o embate entre as proposições a que o PCB se inclinava e as oferecidas por Marighella. Durante todo o documento, ele ofereceu farta reflexão sobre as teses de resistência revolucionária e de correções estratégicas e táticas e sobre a essencial e recorrente tese de incluir o camponês, de forma medular, no campo revolucionário. Desenvolve Marighella:

O abandono do caminho revolucionário leva à perda de confiança no proletariado, transformado, daí então, em auxiliar da burguesia, enquanto o partido marxista passa a ser apêndice de outros partidos burgueses. A subordinação e a perplexidade ante a burguesia e sua liderança impelem ao menosprezo do campesinato na revolução brasileira. Daí a causa por que o trabalho no campo jamais constitui atividade prioritária, chocando-se os esforços nesse sentido com a indiferença e a má vontade da Executiva. Entretanto, o camponês é o fiel da balança da revolução brasileira, e sem ele o proletariado terá que gravitar na órbita da burguesia, como acontece entre nós, na mais flagrante negação do marxismo. Sem o camponês, o

Partido não fará outra coisa senão acordos políticos e acordos eleitorais de cúpulas, para não falar em barganhas. São razões que não podem deixar de contribuir para o meu pedido de demissão, tornando-se impossível aceitar qualquer conciliação ideológica. (MARIGHELLA, 1979, p.95 [1966b]).

Finaliza sua abordagem demissionária lembrando um fato caro a muitos companheiros, a queda das cadernetas de Carlos Prestes nas mãos da polícia, quando de sua fuga, motivada pelo golpe em 1964. Prestes mantinha dezenas de cadernetas, onde anotava detalhadamente nomes, discursos, falas e reflexões de todos os dirigentes do PCB. Era material farto de toda a estrutura ideológica do partido. Foi um flagrante equívoco que entregou de bandeja, com ficha completa, vários companheiros. Esse fato representava para Marighella a negligência da Executiva em relação aos seus, com os fundamentos teóricos e ideológicos, tudo isso em favor do paternalismo e da barganha.

A causa principal dessas deformações está – segundo creio – na fraqueza teórica e ideológica da Executiva. Foi isto que a levou a não ter vigilância de classe, a permitir que caíssem documentos na mão da polícia. A gravidade da questão não está apenas em nomes revelados, mas também em permitir – por inadvertência – a revelação à polícia de assuntos internos do Partido. A verdade é que a Executiva está ausente no trato com o marxismo-leninismo, não escreve trabalhos teóricos, não generaliza a experiência da revolução, teme a publicação de livros e as ideias neles expostas, omite-se diante das questões fundamentais, preferindo a conciliação e o exercício do paternalismo. É, para mim, doloroso escrever-lhes como o faço neste momento. Mas não seria de meu feitio deixar de dizer a vocês, perante o coletivo partidário e à opinião pública, o que sinto realmente. (MARIGHELLA, 1979, p.96-97 [1966b]).

Marighella demitiu-se da executiva nacional, porém permaneceu como primeiro secretário da sessão do PCB em São Paulo, continuando no cargo até sua expulsão do partido em setembro de 1967.

Esse período em que ficou exclusivamente na liderança em São Paulo, de dezembro de 1966 a setembro de 1967, foi um estágio transitório para Marighella, pois observa-se nitidamente o aperfeiçoamento em seus textos na direção da elaboração de uma nova organização política, na qual suas teses e proposições se anunciaram amadurecidas e se debruçaram na composição de um ordenamento prático, alicerçado no exercício revolucionário imediato.

Percorremos nessa sessão, *Da arma da crítica à crítica das armas (1964 - 1966)*, um experienciar das ideias de Carlos Marighella desenvolvidas como participante ativo do PCB. A importância de verificarmos este processo de

amadurecimento ideológico se instala na investigação de suas contribuições para a formação de uma esquerda revolucionária, pois acompanhamos em seus textos, que antecedem a formação da ALN, o alicerce das ideias fundamentais que forjaram os princípios gerais dessa organização guerrilheira.

Dos documentos *Por que resisti a prisão* (1965), *A crise Brasileira* (1966) e *Carta à executiva*, (1966) extraímos suas proposições, voltadas aos comunistas brasileiros e à liderança marxista, sobre as causas da derrota em 1964 e os erros recorrentes de resistência, as originalidades estratégicas e táticas para reorientar a linha política dos comunistas brasileiros.

Produziu nossa análise, até o momento, a verificação da substância medular do legado de Marighella, nos documentos citados acima, edificados sob a tríade: **resistência revolucionária** por meio da hegemonia do proletariado e da liderança marxista; **o fim do pacifismo** e a luta armada do proletariado como vetores para formar um governo democrático e nacionalista, objetivando o fim das interferências imperialistas norte-americanas e o estrangulamento do sistema de latifúndio; e **o papel do camponês** como desequilíbrio das forças, na compreensão de que o camponês brasileiro concorreria no processo revolucionário, através da união proletariado-campesinato. No cerne desses princípios estão lançados os fundamentos para as concepções da guerrilha e sua edificação como organização tática essencial da revolução brasileira.

3 A AÇÃO FAZ A VANGUARDA (1967-1969)

Este terceiro capítulo se concentra na finalidade de apresentar o pensamento político do último Marighella, além de buscar demonstrar a culminância da sua trajetória intelectual. O dado fundamental para o entendimento desta etapa final de sua trajetória é a ruptura com as orientações e a estrutura orgânica do Partido Comunista Brasileiro e com qualquer estrutura tipicamente partidária. Será feito um olhar pormenorizado sobre os textos de Carlos Marighella, os quais apresentam como referência os documentos escritos em Cuba e o processo de alinhamento às teses da OLAS (Organização Latino-americana de Solidariedade), que caracterizou a linha política da nova organização revolucionária. Portanto, os escritos a serem analisados nesse capítulo serão: **Carta de renúncia**, escrito em Havana, em agosto de 1967; **Algumas questões sobre a guerrilha no Brasil**, escrito, também, em Havana, em outubro de 1968; **Pronunciamento de agrupamento comunista de São Paulo**, redigido em São Paulo, em fevereiro 1968; **Questões de organização**, composto em São Paulo, em dezembro de 1968; **O papel da ação revolucionária na constituição da organização revolucionária**, elaborado em São Paulo, em janeiro de 1969; **Alocução da Guerrilha Rural**, produzido na mesma cidade, em outubro de 1969; e a **Entrevista de Marighella** à revista francesa **Front**, feita em alguma parte de uma grande cidade brasileira, em setembro de 1969. Com esse material será possível percorrer seus caminhos desde sua renúncia em Cuba, passando pelas primeiras ações da nova organização, conhecendo a estrutura da guerrilha e até onde Marighella chegou, antes de seu assassinato em novembro de 1969.

3.1 Carta conclusiva

Aconteceu em Cuba, de 31 de julho a 10 de agosto de 1967, a conferência da OLAS (Organização Latino-americana de Solidariedade). Essa conferência foi o marco da saída oficial de Carlos Marighella do PCB, depois de tentar vários movimentos para redirecionar o partido para a Corrente Revolucionária e não obter êxito. Marighella viajou a Cuba a convite de Fidel Castro, mas não integrou nenhuma comitiva oficial de representação institucional. Porém, participou ativamente como

observador e convidado. Sua viagem se estendeu por mais tempo do que a duração da conferência, pois ficou em Havana, capital cubana, até dezembro de 1967.

Marighella registrou sua participação em várias locuções e entrevistas à Rádio de Havana e em uma dessas entrevistas tomou ciência, por meio do entrevistador, de que o PCB oficializara, junto ao Comitê Central do Partido Comunista Cubano, de que ele não representava os comunistas brasileiros na conferência, havendo de ser tomadas medidas pela insubordinação.

As locuções de Marighella na Rádio de Havana estão devidamente registradas em documentos e arquivos sobre ele e a ALN. O que parece intrigante é a questão da saída de Marighella, pois historiadores como Jacob Gorender (2014) e Daniel Aarão Reis(1990) apresentam-na como um ato de expulsão pelo PCB, feito em setembro de 1967.

Todavia, encontra-se no Arquivo Nacional em Brasília a reprodução de uma “Carta Renúncia” datada de 17 de agosto de 1967, na qual Marighella anuncia ao Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro seu desligamento do partido. É relevante registrar não ser essa informação uma novidade absoluta, já que a encontramos presente nos estudos do historiador Muniz Ferreira (1999). Mas, de forma geral, a bibliografia atual não apresenta a saída de Marighella como uma postura pessoal, mas sim uma expulsão, que de fato houve, entretanto, apenas depois de seu desligamento via carta ao PCB, quando Marighella ainda se encontrava em Cuba. Vejamos um trecho dessa correspondência:

Em minha condição de comunista, à qual jamais renunciarei, e que não pode ser dada nem retirada pelo Comitê Central, pois o Partido Comunista e o marxismo-leninismo não têm donos e não são monopólio de ninguém, prosseguirei pelo caminho da luta armada, reafirmando minha atitude revolucionária e rompendo em definitivo com vocês. (MARIGHELLA, 1972, [1967]).

Marighella apresentou nesta carta sua conclusiva visão sobre a máquina partidária e a estrutura diretiva do Comitê Central. Para ele, chegara a hora de a ação revolucionária ocupar todo o espaço e a guerrilha era a única prática aceitável, uma vez que as discussões, as reflexões, os debates e as reuniões em torno de temas como o amadurecimento das forças objetivas e a correlação de forças entre as classes sociais e suas instituições representativas tornaram-se airadas e voláteis.

Alguns temas eram discutidos pelo partido de forma acadêmica e subjetiva, como as polêmicas acerca da natureza da formação social brasileira; o caráter e a hierarquia de suas contradições; as discussões a respeito da disponibilidade de recursos para o desenvolvimento das ações revolucionárias; e as questões sobre a relevância de fatores subjetivos, como a consciência das massas, para o desenrolar do processo. Essas discussões não mais agradavam Marighella, pois este ansiava por transformações mais objetivas.

Nesse caminho de amadurecimento intelectual, depois de anos de discussões internas com o partido e da experiência em Cuba, ele anunciou firmemente não pretender repetir as práticas partidárias, nem reproduzir o erro de construir um novo partido.

Quero, porém, tranquilizar os companheiros. Esta declaração não significa que eu esteja trabalhando para organizar um terceiro partido. Não estou preocupado em fazer mais um Partido para ficar na cidade. Os camaradas do CC estão certamente lembrados de que cheguei a propor que um terço do Comitê Central fosse deslocado para o campo. Tal proposta foi solenemente rechaçada. Para mim, chegou o momento em que os esforços revolucionários devem ser concentrados na área rural. O papel de uma direção proletária, marxista-leninista, na América Latina, é estar no campo e não na cidade. E se não acontece com a direção, que aconteça com os dirigentes. (MARIGHELLA, 1972, [1967]).

A escolha pela ação armada não se deu de maneira arbitrária, mas por uma leitura, percebida por Marighella, de que após o golpe de 1964 existiam duas concepções de trabalho de massas. Uma era ligada às lutas reivindicatórias, que procuraram ganhá-las para a revolução. Contudo, a ditadura militar não admitia a luta reivindicatória e esta perdeu quase absolutamente a razão de existir a partir da instituição da repressão e da violência. A segunda concentrava-se no terreno da luta armada e contava com a potência de fogo para agir. Em torno dessa última concepção, a ideia era a de que o movimento iria crescer e a massa se reunir e construir sua unidade, marchando rumo à tomada do poder.

Segundo meu modo de ver, a luta guerrilheira é a única maneira de reunir os revolucionários brasileiros e de levar nosso povo à conquista do poder. Recursos humanos e condições para a guerrilha não faltam no Brasil. **A consciência revolucionária, que brota na luta, se incumbirá do resto.** A guerrilha é o que pode haver de mais anticonvencional e de mais anti-burocrático, o que mais se distancia de um sistema tradicional de um partido da cidade. (MARIGHELLA, 1972, [1967]).

A ditadura militar havia, portanto, radicalizado as coisas ao obstruir qualquer possibilidade de ação de massas pacíficas, não havia deixado outra alternativa senão o confronto armado. A fórmula para o fortalecimento do movimento armado seria, segundo Marighella, amealhar prestígio e atrair adesão dos elementos revolucionários das massas, por meio dos exemplos fornecidos através das ações revolucionárias. Deste modo, ele lançou o rompimento com os métodos tradicionais dos partidos políticos.

O que se verifica nos textos de Marighella, a partir de sua renúncia ao partido e da declaração geral da OLAS, é uma escalada teórico-metodológica sobre a melhor maneira de se implantar a guerrilha no Brasil. As discussões, as análises, as reflexões de conjunturas e os debates de convencimento dão lugar às verificações de experiências revolucionárias de outros países e, principalmente, à compreensão de que a experiência cubana oferecia uma nova perspectiva de luta para o campo marxista-leninista.

As novas perspectivas apresentadas em Cuba, unidas às suas vivências no partido, deram espaço à escrita de um novo documento denominado *Algumas questões sobre a guerrilha no Brasil*, que surge com alguns princípios de um tipo de guerrilha a qual iria se organizar no Brasil.

3.2 Constituição da guerrilha: uma estratégia e tática global para o Brasil

No documento *Algumas questões sobre a guerrilha no Brasil*, escrito em outubro de 1967, ainda em Havana, publicado no Brasil em setembro de 1968, Marighella faz uma epígrafe homenageando *in memoriam* o “comandante Che Guevara”. Neste momento, surge o primeiro documento de Marighella com tema exclusivamente a respeito da guerrilha no Brasil. Elegemos esse documento por se tratar de um texto ainda rudimentar, em que Marighella oferece os fundamentos e elementos para efetivá-la.

A relevância desse texto está, essencialmente, no debate que ele vai inaugurar no pensamento teórico de Marighella, pois é a primeira escritura de uma teoria geral sobre a guerrilha no Brasil. Ele será alvo de críticas e controvérsias, pois a partir de então a guerrilha desloca-se de uma dimensão tática para se tornar fundamento estratégico na revolução brasileira. “Em nossa maneira de pensar, a revolução no Brasil é a guerra revolucionária, em cujo centro se encontra a luta de

guerrilha” e, continuando, “a tarefa estratégica fundamental da guerrilha brasileira é a libertação do Brasil, com a expulsão do imperialismo dos Estados Unidos” (MARIGHELLA, 1979, p.118 [1968a]).

As divergências, em relação a essa postura, são aprofundadas no momento em que o pensamento de Marighella é associado ao foquismo de Régis Debray, filósofo e professor francês, amigo de Fidel Castro e Ernesto Che Guevara. Este último foi acompanhado por Régis na guerrilha, especialmente na Bolívia, onde foi preso em 1967.

A teoria do foco ou foquismo de Debray, apresentada no livro “A revolução na revolução” (s/d), tem como proposta criar focos de guerrilhas em pontos distantes, de difícil acesso e independentes, sem organicidade entre os focos, com o intuito de emanar as expirações de libertação dos povos, sem a presença de um partido comunista como dirigente do movimento insurrecional. Muitas organizações guerrilheiras no Brasil foram reconhecidas como de matizes foquistas. Experiências como a guerrilha do Caparaó e a do Araguaia são os exemplos mais conhecidos.

Grande parte da esquerda da América Latina – fugindo às orientações para países colonizados ou semicoloniais do partido comunista soviético, desiludida com as diretrizes pacifistas e inspirada na revolução cubana – buscava alternativas que conjugassem as peculiaridades latino-americanas. Devido a isso, acreditava-se que o foquismo era o caminho adequado, pois as condições objetivas estavam prontas, restando criar as condições subjetivas, e então a presença do foco guerrilheiro se encarregaria dessa tarefa. Uma vez deflagrados os combates, as populações acabariam por se aliar aos guerrilheiros e estes conseguiriam construir o exército revolucionário. Durante o processo, a guerrilha seria a vanguarda política, estando todas as outras tarefas a ela subordinadas.

Porém, o foquismo era criticado por algumas de suas características, às quais Marighella se associou e defendeu, principalmente, nesse primeiro texto, *Algumas questões sobre a guerrilha no Brasil*, no qual se verifica ideias ainda primárias em relação a sua trajetória intelectual sobre o tema guerrilha. Ele assumiu, nesse momento, as principais teses propostas pelo foquismo: a não necessidade de um partido para guiar a guerrilha, o campo como cenário ideal para seu desencadeamento e a crença de que um pequeno núcleo de guerrilheiros poderia dar início à luta, aglutinar forças e chegar ao poder. Em suas palavras:

Partindo do marco zero, a guerrilha possibilita a organização da força do povo, a princípio sob forma de um pequeno núcleo de combatentes que se lança à luta, dentro de um plano estratégico e tático global. Em seguida, a guerrilha dá um salto para frente. E passa do tipo de organização de grupos guerrilheiros para o tipo de organização de um exército revolucionário. Mas um exército revolucionário não convencional, surgido da guerrilha, com base na aliança armada de operários e camponeses, aos quais se reunirão estudantes e outras forças da revolução brasileira. (MARIGHELLA, 1979, p.128 [1968a]).

Marighella pode ser tomado como um dos exemplos mais representativos no tocante ao tipo de influência exercida pela revolução cubana sobre a esquerda revolucionária brasileira. Ou seja, apropriou-se de uma teoria geral guerrilheira inspirada por Cuba e, além disso, partia das ideias centrais do foquismo. Ele adaptou esse ideário à realidade brasileira e à luta contra a ditadura militar, chegando a um tipo de proposta que contemplava tradições variadas, inclusive algumas oriundas do PCB.

Segundo Sales (2007), Marighella acrescentou à teoria ghevarista-debrayista, apresentada para ele em Cuba, elementos da estratégia revolucionária chinesa e argelina. Ainda no caminho das mudanças implementadas na teoria do foco, Gorender (2014) vê influências de Georges Sorel e Frantz Fanon e ainda caracteriza o pensamento marighelista como uma espécie de *anarcomilitarismo*.

Apesar de ter princípios centrados em algumas ideias foquistas, o próprio Marighella viria a se manifestar a fim de esclarecer que sua organização não era foquista. Em abril de 1968, no primeiro número do jornal *O Guerrilheiro*, ele sentencia “[...] a guerrilha não é um foco”, e continua, “pensamos sobre a guerrilha o mesmo que a conferência da OLAS [...] no ponto 10 de sua declaração geral, que a apresenta como embrião dos exércitos de libertação e como método mais eficaz para iniciar e desenvolver a luta revolucionária” (MARIGHELLA, 1979, p.132. [1968b]).

No caso do Brasil, dada a sua dimensão continental, Marighella introduz a ideia de guerrilha como *guerra de movimento*, no lugar de foco, e fala ainda da “guerrilha em forma de marcha” e das “colunas guerrilheiras móveis”. (MARIGHELLA, 1979, [1968a]). ou seja, a partir desses conceitos, estabelece que a revolução se daria por meio da própria guerrilha e não, exclusivamente, da concepção foquista. Outro traço a se considerar nesse momento é o aproveitamento de alguns princípios utilizados por Prestes em sua coluna que Marighella resgata para dialogar em meio a críticas dos próprios seguidores de Prestes.

Uma nova percepção relevante sobre a guerrilha no Brasil foi a valorização da sua manifestação urbana e o uso de terrorismo como forma de luta política. Nos dois casos, é possível pensar que a incorporação de tais elementos estavam diretamente ligados à própria realidade brasileira. Ou seja, ainda que houvesse a ideia de que a guerrilha se daria no campo, os seus principais militantes, os recursos e mesmo a efervescência política se concentravam na cidade. Assim, se nos primeiros textos de Marighella sobre a questão, a guerrilha urbana aparece como uma fase necessária antes de se partir para o campo. Pouco a pouco ela vai sendo valorizada até ocupar um espaço estratégico.

Além de o esclarecimento sobre a organização não ser foquista, mas sim um organismo denominado guerra em movimento, o texto, em análise, abarca também três fundamentos da guerrilha no país.

O primeiro fundamento diz respeito ao cuidado que a guerrilha no Brasil deveria ter em evitar o cerco estratégico do inimigo. Ela deveria ser desencadeada fora da faixa atlântica do país, onde, por motivos históricos, concentrava-se toda a força repressiva.

O segundo fundamento presente é a observância de três fases primordiais da luta guerrilheira, que, mesmo não sendo estanques, deveriam ser consideradas no planejamento: 1) planejamento e preparação; 2) lançamento e sobrevivência; 3) crescimento e transformação em guerra de manobras.

Finalmente, o terceiro fundamento apresentado no documento é a aliança entre operário e camponês: “nossa guerrilha não tem base fixa. Sua base é o povo, é o homem brasileiro. Seu principal sustentáculo é o núcleo operário-camponês, a aliança armada de operários e camponeses brasileiros que constituem a maioria da nação.” (MARIGHELLA, 1979, [1968a]).

O essencial, no documento *Algumas questões sobre a guerrilha no Brasil*, é que Marighella apresenta desde o princípio a busca por adequar as propostas de revolução às peculiaridades do Brasil e será sob essa necessidade que a sua trajetória intelectual se fará genuinamente brasileira.

Porém, como os documentos demonstram, as ideias e as reflexões desse guerrilheiro não ficaram apenas na teoria, mas se fizeram reais. Isso se deu, primeiramente, por meio de uma organização designada Agrupamento Comunista de São Paulo, que mais tarde veio a se reestruturar e denominar ALN.

3.3 Primeira fase: a guerrilha urbana

O Agrupamento Comunista de São Paulo surge em fevereiro de 1968 e é tornado público por meio de um documento (publicado em abril de 1968 na primeira edição do jornal *O Guerrilheiro*, sendo esse o primeiro veículo de comunicação da nova organização) escrito por Carlos Marighella e intitulado “Pronunciamento do Agrupamento Comunista de São Paulo”.

Essa publicação apresenta características mais informativas ao público do que, essencialmente, um discurso teórico, e configura a gênese formal da Ação Libertadora Nacional – ALN, sigla surgida apenas no final de 1968, em substituição a “Agrupamento Comunista de São Paulo”, que antes, ainda, foi conhecido como “Grupo Marighella”. A partir da denominação de ALN, o grupo se qualifica como organização guerrilheira de âmbito nacional, uma vez que, em seu primeiro ano de existência e em suas primeiras ações, reúne filiados de várias regiões do Brasil, em número representativo.

Marighella, nesse pronunciamento, traz a público o seu afastamento definitivo e o de um grande número de militantes do Partido Comunista Brasileiro, em sua maioria, essencialmente, do comitê estadual do PCB de São Paulo. Apresenta no prelúdio seu objetivo central, “tornar conhecidos nossos pontos de vista acerca da maneira de conduzir a luta armada no Brasil” (MARIGHELLA, 1979, [1968b]).

Além disso, expressa a posição política do recém denominado Agrupamento Comunista de São Paulo: “quanto a OLAS nossa posição é de apoio e de aprovação da “Declaração Geral” daquela conferência, sustentando a necessidade de ler, estudar e seguir as diretrizes dos 20 pontos finais do referido documento”, e finaliza, “a linha política da Declaração Geral da OLAS é a linha que adotamos (MARIGHELLA, 1979, p.131. [1968b]).

A “Declaração Geral” apresenta o seguinte acerto conclusivo, que sintetiza, em certa medida, os vinte pontos finais:

Nós, revolucionários da nossa América, da América ao Sul do Rio Bravo, sucessores dos homens que nos deram a primeira independência, armados de uma vontade inquebrantável de lutar e de uma orientação revolucionária e científica e sem outra coisa a perder além das cadeias que nos oprimem, afirmamos que nossa luta constitui uma contribuição decisiva à luta histórica da humanidade para livrar-se da escravidão e da exploração. O dever de todo revolucionário é fazer a revolução. (OLAS, 1967.)

O documento “Pronunciamento do Agrupamento Comunista de São Paulo” (1968) é, portanto, um manifesto que, em linhas gerais, denota as bases do amadurecimento intelectual de Marighella e a forte influência cubana nesse primeiro período da organização, ou seja, apresenta de forma acessível e objetiva o que ele, há tempos, estava a dialogar em seus textos. Havia chegado o momento de agir, provocando e despertando os que não estavam mais dispostos a seguir no pacifismo e aqueles que não se identificavam na organicidade partidária e ansiavam por novos caminhos para a revolução brasileira.

Como já foi citado anteriormente, o primeiro esclarecimento realizado no artigo “Pronunciamento do Agrupamento Comunista de São Paulo”(1968) foi “A guerrilha não é um foco!”. Apesar dessa explicação, Marighella foi muito criticado, pois não postulava que a guerrilha derivava de um braço de ação dos comunistas, ou melhor, de um partido comunista, mas sim seria derivada da ação. Esta sim construiria a organização revolucionária, e não o partido.

É justamente nesse ponto que surge um de seus diferenciais estratégicos, pois, para os comunistas os quais perceberam que o PCB falhara e permanecia no erro pós 1964 – assim como Marighella também o compreendera – a saída era, sim, o fim do pacifismo e a nova direção seria a violência revolucionária. Porém, diferentemente de Marighella, essas pessoas não abriram mão da existência de um partido de vanguarda.

Para ele, a guerrilha era a vanguarda, ou seja, seria deslocada a partir da guerrilha o movimento organizacional da revolução brasileira, e não a partir de um partido. Essa postura lançava-o num diferencial das demais propostas, contudo, acabaram simplificando sua visão como foquista e sua reação de pronto foi, ao apresentar publicamente essa nova organização guerrilheira, diferenciar a nova proposta frente às críticas sofridas:

O foco seria lançar um grupo de homens armados em qualquer parte do Brasil, e esperar que em consequência disso surgissem outros focos, em pontos diferentes do país. Se assim fizéssemos, estaríamos adotando uma posição tipicamente espontaneísta e o erro seria fatal. A guerrilha não terá condições de vitória senão como parte de um plano estratégico e tático global. Isto quer dizer que a guerrilha exige preparação e que o seu desencadeamento depende dessa preparação. A preparação da guerrilha, coisa muito complexa e muito séria, não pode ser vista com leviandade. Tal preparação exige o adestramento do combatente, a coleta de armas, a escolha do terreno, a fixação da estratégia e da tática a seguir, e, por fim, o estabelecimento do plano de Apoio Logístico. (MARIGHELLA, 1979, p.132. [1968b]).

O apoio logístico e a estrutura global da guerrilha, temas referenciados nesse documento por Marighella, foram apresentados como primeira ação, ou seja, para iniciar a guerrilha, necessitavam concentrar e acumular forças para a estruturação financeira, que serviria para impulsioná-la. “O que queremos é construir a estrutura global necessária ao desencadeamento e enraizamento da guerrilha com seu núcleo armado operário e camponês, visando em transformá-lo num exército revolucionário de libertação” (MARIGHELLA, 1979, p.132. [1968b]).

Para construir esse apoio logístico e essa estrutural global, verifica-se outro ponto originário do pensamento de Carlos Marighella, qual seja, propor para a revolução brasileira a guerrilha urbana em um primeiro momento e, posteriormente, a rural, como processo da tática revolucionária. Mais uma vez, fica claro que não será um partido a financiar a guerrilha, mas ela própria terá seus mecanismos de apoio logístico e de estruturação. “Para isso merece uma importância decisiva o trabalho na área urbana, dado que é impossível a vitória da guerrilha brasileira sem o apoio da cidade. (MARIGHELLA, 1979, p.132. [1968b]).

O Pronunciamento do “Agrupamento Comunista de São Paulo”, na caneta de Marighella, ainda adverte que as estruturas partidárias não devem mais fazer parte da luta revolucionária no Brasil e critica, enfaticamente, as estruturas túbias dos modelos partidários, apresentando o perfil fundamental da organização guerrilheira e da ação revolucionária:

Precisamos agora de uma organização clandestina, pequena, bem estruturada, flexível, móvel. Uma organização de vanguarda para agir para praticar a ação revolucionária constante e diária e não para permanecer em discussões e reuniões intermináveis. Uma organização vigilante, severa contra os delatores, aplicando métodos de segurança eficientes para evitar que venha a ser destruída pela polícia e para impedir a infiltração do inimigo. (MARIGHELLA, 1979, p.133. [1968b]).

Além de um perfil da organização e da ação, é lançado também um perfil objetivo das pessoas que fazem parte ou são bem vindas a fazer parte dessa organização guerrilheira, em um convite à ação. É possível observar que esse delineamento é marcado por todo o período no qual a ALN esteve em atividade, iniciado em fevereiro de 1968, com a publicação do “Pronunciamento do Agrupamento Comunista de São Paulo”, e finalizado em 1974, quando o último

comandante da ALN, Carlos Eugênio Paz¹³, ou comandante “Clemente” saiu do Brasil para o exílio na França.

É um delineamento radicalmente revolucionário e aberto, que atinge sem distinção estudantes, trabalhadores rurais e urbanos, intelectuais, artistas e quaisquer outros sujeitos que compartilhem das mesmas crenças revolucionárias. Uma de suas características, *sui generis*, foi a de ter sido a organização guerrilheira que mais reuniu guerrilheiras mulheres¹⁴, durante todo o período de atividade.

Os membros dessa organização são homens e mulheres, decididos a fazer a revolução. Os comunistas de tal organização são companheiros e companheiras de espírito de iniciativa, livres de qualquer espírito burocrático e rotineiro, que não esperam pelos chamados assistentes, nem ficam de braços cruzados aguardando ordens. Ninguém é obrigado a pertencer a essa organização. Os que a aceitam, tal como ela é e dela vêm a fazer parte, só o fazem voluntariamente, só querem ter compromisso com a revolução. (MARIGHELLA, 1979, p.134. [1968b]).

O texto “Pronunciamento do Agrupamento Comunista de São Paulo” (1968) apresenta ao debate público a visão de democracia interna na qual Marighella acreditava. É abandonada a ideia de centralismo democrático e proposta uma estrutura horizontal de decisão e, principalmente, do agir revolucionário:

A democracia dessa organização é a democracia revolucionária, onde o que vale é a ação. O que se leva em conta é o interesse da revolução, onde a iniciativa concreta é o dever fundamental. Os princípios pelos quais se regem esta organização são três: o primeiro é que o dever de todo revolucionário é fazer a revolução; o segundo é que não pedimos licença para praticar atos revolucionários; e o terceiro é que só temos compromisso com a revolução. (MARIGHELLA, 1979, p.134. [1968b]).

Esses princípios do agir revolucionário são essenciais na organização e representam um ponto basilar no pensamento de Marighella e um dos motivos da

¹³ Carlos Eugênio Paz participou intensamente da luta armada no Brasil entre 1966 e 1973. Aos dezessete anos integrou-se à ALN e em pouco tempo era um de seus dirigentes. Poucos militantes participaram de tantas ações armadas naquele período como Clemente, codinome de Carlos Eugênio. Ao tornar-se um dos homens mais procurados do país, foi obrigado a exilar-se na França, em 1973. Lá viveu até 1981 trabalhando como músico de jazz. Escreveu dois livros sobre o período de luta: *Viagem à luta armada* e *Nas trilhas da ALN*. Sua história foi principal fonte para a criação de Tiago, protagonista do filme *Cabra-cega*, de Toni Venture, de 2005.

¹⁴ RIBEIRO, Maria Claudia Badan. “**As mulheres da Ação Libertadora Nacional**”. In.: SALES, Jean Rodrigues (org.). *Guerrilha e revolução: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2005.

cisão com a estrutura do PCB. É possível verificar uma horizontalização no pensamento marighelista relacionada à sua concepção de democracia e não somente na organização ou perfil dos sujeitos participantes, mas em toda a proposta intelectual.

O processo revolucionário há de ser autônomo. “Não pedir licença para fazer a revolução” se torna a chave para a organização crescer e se tornar a maior organização de resistência armada à ditadura, transformando Carlos Marighella no inimigo público número um da ditadura militar.

A ação é a primazia revolucionária. Para agir o guerrilheiro não devia satisfação a ninguém, a não ser aos princípios de segurança, a si, à organização e, por conseguinte, à garantia da própria revolução. Marighella finaliza o pronunciamento afirmando: “o conceito teórico pelo qual nos guiamos é o de que a ação faz a vanguarda” (MARIGHELLA, 1979, p.137. [1968b]).

Esses princípios de liberdade no agir foram defesa contínua nas reflexões teóricas e nas ações revolucionárias de Marighella, estruturando os preceitos da organização. Assim, “A mesa de discussões hoje em dia não une os revolucionários. O que une os revolucionários brasileiros é o desencadear da ação e a ação é a guerrilha. Da guerrilha, afinal, surgirá a vanguarda revolucionária brasileira. Por enquanto o que nos interessa é trabalhar a fundo por essa guerrilha”. (MARIGHELLA, 1979, p.137. [1968b]).

A análise sobre esse documento não se faz pela novidade teórica, mas pela apresentação pública do lançamento da guerrilha no Brasil em suas linhas gerais. Sua constituição foi apresentada para além dos muros institucionais dos comunistas e o campo do diálogo intelectual desloca-se, essencialmente, para a ação.

Essas ações têm no ano de 1968 o marco das primeiras movimentações guerrilheiras do Agrupamento Comunista de São Paulo. A partir de então, é possível perceber as reflexões e os encaminhamentos, antes apresentados por Marighella em documentos, dentro e fora do “partidão”, assumindo forma e chegando à ação de fato. Os primeiros atos estavam, essencialmente, ligados a expropriações de bancos, de carros de transportadoras, de escritórios financeiros de empresas de pagamento e até a assalto a um trem pagador.

Esse momento é concebido como período de estruturação financeira da guerrilha. Para isso, as autoridades não deveriam conhecer a autoria das intervenções. Era mais seguro para o grupo que se acreditasse serem atos de

criminosos comuns. Apesar de não terem reconhecido, a princípio, que se tratava de um grupo guerrilheiro, as investigações policiais perceberam um requinte no processo de expropriação, pois o alvo deixou de ser os caixas dos bancos e os pertences dos clientes para se tornar os cofres das agências bancárias.

Gorender (2014) traça o caminho dessas primeiras ações que, segundo ele, ainda se associou ao processo de luta de massas, e expõe como exemplo o conflito de algumas dezenas de posseiros, do interior de São Paulo, com fazendeiros e grileiros. Contudo, a primeira ação em espaço urbano foi a interceptação de um carro transportador de dinheiro, em um bairro de São Paulo. Seguiram-se outros assaltos a agências bancárias, a expropriação do carro pagador da Massey Ferguson, a apreensão de explosivos da Companhia Rochester em Mogi das Cruzes e a ação audaciosa do assalto a um trem pagador da estrada de ferro Santos Jundiá, em 10 de agosto de 1968.

De acordo com Gorender (2014), os órgãos policiais ficaram desnorteados, pois os números cresciam vertiginosamente, visto que, até 1967 os assaltos às agências bancárias em São Paulo não passavam de dois por ano e em 1968 foram 11. Até julho de 1969, a organização totalizou assaltos a 31 agências, tendo como novo alvo os cofres. Nesse momento, o grupo não assumiu a autoria dos atos, uma vez que, dessa forma, segundo Marighella, ganhariam tempo para acumular poder de fogo.

Essas ações conduziram à estruturação do primeiro Grupo Tático Armado (GTA), chefiado por Marco Antônio Braz de Carvalho, popularizado pelo apelido de Marquito. O grupo tático armado é parte estrutural da organização revolucionária, que, ainda em 1968, devido a essa formação, compõe outro grupo organizativo, denominado Grupo de Trabalho Estratégico (GTE), que deveria percorrer regiões do interior e proceder ao levantamento de locais adequados para áreas estratégicas e pontos de apoio das projetadas colunas guerrilheiras. Os participantes dessa equipe são sujeitos da primeira turma treinada em Cuba, e deveriam difundir o que aprenderam sobre o emprego de armas, de explosivos e de técnicas de combate.

Nesses primeiros passos do grupo guerrilheiro, percebe-se algo significativo na trajetória intelectual de Marighella, que é a ação forjando o grupo e sua organização, ao contrário do que acontece classicamente, principalmente no interior de grupos tornados partidos, nos quais primeiro vem a interlocução teórica e organizativa, para depois surgir a prática.

3.4 Princípios de organização

O documento cujo título é *Questões de Organização*, datado de dezembro de 1968, possui como objetivo fundamental empreender uma exposição mais sistemática dos princípios adotados pela organização revolucionária. Estes são essenciais nessa trajetória para se perceber a perícia de Marighella ao apontar que esta estruturação orgânica da organização é resultado das ações e dos movimentos a que a própria guerrilha se lançou durante seu primeiro ano de existência. O documento surge como um balanço da organização e do resultado que o grupo guerrilheiro conquistara até então.

Nessa descrição minuciosa, quase que um *raio X* da organização, foram apontados os seguintes componentes organizativos: a) a horizontalização da organização; b) a origem política de seus integrantes; c) a forma de direção/articulação dos grupos de ação da organização revolucionária; d) a divisão de tarefas entre organismos constitutivos da organização; e, por último, e) os diferentes âmbitos nos quais se processava a atividade da organização.

- a) **A horizontalização da organização:** recusando-se a adotar uma estrutura verticalizada, como a adotada pelos partidos comunistas tradicionais, ou fortemente hierarquizada, como a que caracteriza os exércitos regulares, a organização de Marighella consistia em uma articulação horizontalizada de grupos de ação autônomos.

O funcionamento de nossa organização, pelo contrário, é de baixo para cima, e se faz à base do desencadeamento da ação e da luta revolucionária, dando ênfase à iniciativa tomada pelos grupos que constituem nossas bases. A cúpula em nossa organização é sempre composta por um número reduzido de companheiros que para merecerem confiança devem destacar-se pelo seu desprendimento e pela participação nas ações mais arriscadas e responsáveis. (MARIGHELLA, 1972, [1968c]).

- b) **Quanto à origem política de seus integrantes, a organização revolucionária reconhecia a existência de dois grupos:** 1. Aqueles provenientes da transformação dos “antigos órgãos convencionais” (leia-se organismos oriundos do PCB) em “órgãos revolucionários”; 2. “Grupos não convencionais, desvinculados de compromissos partidários, que optaram por nossos princípios e vieram reforçar nossas fileiras”. Enfatiza-se a ampliação do escopo do engajamento político resultante das ações

revolucionárias e a ampla autonomia de que dispunham os grupos de ação. O documento destaca que “simultaneamente, em vários pontos do país, pequenas organizações revolucionárias, incluindo uma parte dos eclesiásticos, e revolucionários independentes decidiram integrar nossa ação” (MARIGHELLA, 1972, [1968c]).

- c) **Quanto à forma de direção/articulação dos grupos de ação da organização revolucionária:** “Articulando os grupos existentes, surgiu a antiga coordenação urbana, que se ampliou com outros tipos de coordenação, surgidos com o avanço do movimento”. (MARIGHELLA, 1972, [1968c]). Tratava-se de substituir os modelos organizativos das tradicionais direções setoriais e regionais do Partido Comunista, com o intuito de assegurar a mobilidade e a iniciativa autônoma dos núcleos da organização.
- d) **No que se refere à divisão de tarefas entre organismos constitutivos da organização:** a organização revolucionária se subdividia em Grupo de Trabalho Estratégico (GTE) e Grupo Tático Armado (GTA). O primeiro era encarregado de cumprir a chamada “função estratégica da organização”, sempre em termos político-militares, ou seja, preparar o lançamento da guerrilha no campo. Marighella enfatizou: “onde não existir, o grupo tático armado deve ser criado e fortalecido, pois isto, por si só, já determina uma mudança de qualidade na organização.” Ao GTA cabia a execução das tarefas da guerrilha urbana, ou seja, fustigar as forças do inimigo, impedindo-o de concentrá-las todas no campo, onde se travaria o enfrentamento principal. Cabia-lhe ainda realizar ações expropriatórias voltadas para obtenção de armas e fundos para a manutenção da organização.

O grupo do trabalho estratégico e o grupo tático armado desenvolveram atividades essenciais, independentemente um do outro, estabelecendo-se entre eles apenas um elo de ligação. O grupo tático armado foi um grande apoio do trabalho estratégico, aumentou consideravelmente sua potência de fogo, realizou importantes operações de deslocamento, e com sua experiência e notável capacidade de ação permitirá no futuro imediato o lançamento da área estratégica no campo da luta coberta contra a ditadura. (MARIGHELLA, 1972, [1968c]).

- e) **Os diferentes âmbitos em que se processava a atividade da organização.** Foram apontadas três frentes de trabalho: a Frente Guerrilheira, a Frente de Massas e a Rede de Sustentação. A primeira dessas, a **Frente Guerrilheira**, confundia-se com o trabalho da GTA. Tratava-se do empreendimento das ações de guerrilha urbana (expropriações, sabotagem, atos terroristas revolucionários, execuções), bem como da propaganda armada.

[...] a frente guerrilheira surge como resultado da criação de uma infraestrutura, apoiada na fabricação e produção de armas e explosivos capturados, é um dos fatores decisivos na mudança de qualidade do movimento revolucionário e de sua organização. Uma frente guerrilheira que cresce incessantemente deve ir até à execução de uma política de terra arrasada, para pôr em sobressalto a ditadura e reter uma boa parte de suas forças de repressão, impedindo-as de perseguir a guerrilha. (MARIGHELLA, 1972, [1968c]).

A segunda era a **Frente de Massas**. Seu trabalho consistia em estabelecer um elo com a guerrilha e com certos segmentos da sociedade, como o movimento estudantil, o operariado, o campesinato, o clero de esquerda e os setores radicalizados das camadas médias. No bojo dessa atuação, objetivava-se fornecer cobertura armada às manifestações de massas, propagandear a guerrilha, recrutar novos ativistas e obter apoio material para as atividades guerrilheiras.

A frente de massas exige a organização de grupos revolucionários nos locais de trabalho e de estudo, na cidade e na área rural. Ao lado disto, é preciso dar à frente de massas uma potência de fogo razoável. As ações do movimento de massas devem ser ações armadas, e uma infraestrutura idêntica à da frente guerrilheira deve ser montada na frente de massas. É sobretudo entre as massas camponesas que devemos cuidar de erguer tal infraestrutura, dada a necessidade de radicalizar as lutas na área rural. (MARIGHELLA, 1972, [1968c]).

Já a chamada **Rede de Sustentação** tinha como atributo básico edificar uma infraestrutura logística necessária à exigência da organização. Foi o setor encarregado da obtenção e gestão dos “aparelhos, casas, endereços, esconderijos, sistema de comunicações, viaturas, equipamentos, recursos financeiros, mantimentos, informações, tais são os meios com que deve contar a rede de sustentação, cuja formação merece o carinho especial dos revolucionários.” (MARIGHELLA, 1972, [1968c]).

Além dessa descrição minuciosa da estrutura orgânica do movimento, o documento apresenta, além disso, uma extensa relação dos princípios programáticos da organização revolucionária. Em face da importância destas passagens para o conhecimento dos elementos programáticos estruturadores da organização, o que também traduz a intelectualidade do processo, pedimos licença para reproduzi-los na íntegra:

“Quanto a nós, somos uma organização que acredita na força do exemplo e busca cumprir seu dever revolucionário. E tanto mais nos empenhemos na ação, quanto mais e melhores condições teremos para atrair às nossas fileiras revolucionários decididos e dispostos a tudo. Para isso é necessário ter presente que os nossos princípios são os seguintes:

- a) O princípio básico de nossa organização revolucionária é partir da guerrilha e, uma vez assentada tal premissa, fazer da organização um instrumento da linha política que segue esta estratégia;
- b) Para ser revolucionária, uma organização deve exercer permanentemente a prática revolucionária, mas jamais deve deixar de ter sua conceituação estratégica, seus princípios ideológicos e de organização e sua disciplina própria;
- c) A organização revolucionária não se torna vanguarda pelo fato de intitular-se como tal. Para isso precisa passar à ação e acumular uma prática revolucionária convincente, pois só a ação faz a vanguarda;
- d) Nossa atividade principal não é a construção de um partido, mas desencadear a ação revolucionária;
- e) O fundamental na organização revolucionária não é fazer reuniões improdutivas sobre temas gerais e burocráticos, mas, sim, dedicar-se sistematicamente a planejar e executar sob o seu comando até mesmo as menores ações revolucionárias;
- f) O elemento propulsor decisivo para o funcionamento da organização revolucionária é a capacidade de iniciativa dos seus grupos revolucionários. Nenhum comando ou coordenação tem autoridade para impedir qualquer iniciativa dos grupos revolucionários visando a desencadear a ação revolucionária;
- g) Não temos uma linha política e uma linha militar separadas, com a linha militar submetida à linha política. Nossa linha é uma linha revolucionária

única, que contém em si como uma só coisa a linha política e a linha militar fundidas;

- h) A guerrilha não é braço armado de um partido ou de uma organização política, seja qual for. A guerrilha é o próprio comando político e militar da revolução;
- i) O que determina o surgimento e a afirmação do comandamento político é a prática das ações revolucionárias, seu acerto e consequência, e a participação definitiva, constante, direta e pessoal dos integrantes do comandamento na execução dessas ações;
- j) Não há comandamento político sem desprendimento e capacidade de sacrifício, e sem participação direta na ação revolucionária. O comandamento político não significa um mérito nem um reconhecimento pela importância e hierarquia na ocupação de cargos. Os cargos não têm valor, na organização revolucionária só há missões e tarefas a cumprir;
- k) O dever de todo revolucionário é fazer a revolução;
- l) Não pedimos licença a ninguém para praticar atos revolucionários;
- m) Só temos compromissos com a revolução;
- n) O limite de nossa organização revolucionária vai até onde alcançam nossa influência e a nossa capacidade revolucionária;
- o) Manter a mais estrita vigilância contra o inimigo de classe e em particular contra a polícia é o dever mais elementar da organização revolucionária. Delatores, espiões, dedos-duros e informantes dentro de uma organização revolucionária devem ser punidos exemplarmente;
- p) Nosso princípio básico em matéria de vigilância é que cada um só deve saber aquilo que diz respeito ao seu trabalho. Sem isto é impossível garantir o funcionamento clandestino da organização revolucionária.” (MARIGHELLA, 1972, [1968c]).

Esses princípios programáticos sintetizam a linha político-militar geral da organização revolucionária e trazem à luz elementos densamente elucidativos sobre as propostas da organização, que serão analisados em blocos de itens relacionados uns com os outros de alguma forma.

Em primeiro lugar, os itens “d”, “e” e “h” explicitam a ruptura político-organizativa dos companheiros de Marighella com toda a tradição ao movimento

revolucionário de extração leninista, radicado da III Internacional. Demonstraram a rejeição cabal de uma organização de entidade que, desde o tempo de Lenin, fora concebida pela esquerda socialista como um instrumento privilegiado das transformações político-sociais, o “partido revolucionário da classe operária”.

Tal repúdio foi uma espécie de motor propulsor para as ações revolucionárias. A despeito de todos os anos dentro de um partido e, graças a eles, conhecedor a fundo dessas estruturas, Marighella convidava militantes de esquerda para se juntarem a ele em princípios que não só abandonavam a organicidade partidária, mas que, além disso, colocava-os como antagonistas absolutos dessas organizações. Marighella tinha profunda experiência e não só sabia que um partido nos moldes do PCB estava fadado a jamais fazer a revolução, como lhes atribuía o fracasso e as inúmeras derrotas do proletariado brasileiro diante dos limites que essas organizações se impunham.

Nos itens “a”, “b”, “c” e “k”, os princípios se alocam na essência da organização revolucionária proposta pela originalidade de Marighella, a ação. Fortemente influenciado pela revolução cubana, sua singularidade foi adaptar uma série de experiências históricas de guerrilha pelo mundo afora às especificidades que a revolução brasileira exigia. Um país continental, historicamente construído por uma sociedade de relações *sui generis* na produção tanto no campo quanto na indústria possui uma formação social no mundo do trabalho com processos únicos, conflituosos e de contradições com o sistema econômico. Por isso, reivindica uma busca particular de construção e de uma estratégia única, à qual Marighella não se furtou.

Os itens “o” e “p” concentram-se em um princípio essencial, no qual se verifica uma rígida obrigação, talvez a única, presente nessa organização revolucionária, que exigia compromisso hierárquico: a segurança. A segurança dos militantes estava intimamente ligada a própria existência da organização, ou seja, encontrava-se condicionada à sua capacidade de ação. A obediência aos princípios de segurança garantiam todo processo revolucionário e o não cumprimento desses quesitos colocava em risco toda a organização.

Já nos itens “g”, “m” e “n” denota-se a preocupação de Marighella em não separar as ações políticas das ações militares. A violência revolucionária e as forças bélicas da organização constroem os parâmetros políticos da organização visando a tática e a estratégia da revolução brasileira. Portanto, elas não se separam, pelo

contrário, se complementam e se reelaboram uma à outra. Todas as frentes de ação estão intimamente ligadas ao binômio política/militar e a organização só é revolucionária quando busca através da construção da guerrilha a construção da organização.

Finalmente, nos itens “f”, “i”, “j” e “l” estão declarados os princípios ligados à horizontalização da organização revolucionária, com a autonomia de sua ação, a descentralização hierárquica e a sua liberdade, relacionadas aos termos de segurança. Ou seja, esses são pontos constitutivos dos princípios da organização, pois nesses itens a capacidade de iniciativa é imperativo da organização, nenhum comando ou coordenação tem autoridade para impedir qualquer iniciativa dos grupos revolucionários.

Com este tipo de organização revolucionária, estamos em face de uma experiência inédita no movimento revolucionário brasileiro. Subsistem, assim, problemas não amadurecidos no que diz respeito ao funcionamento nacional e global de nossa organização, que só podem ser resolvidos depois de avançarmos mais na execução de operações e táticas guerrilheiras. Em qualquer circunstância, ainda que a autonomia e a liberdade de ação política e revolucionária sejam necessárias e mesmo imprescindíveis ao funcionamento da organização local, o comandamento revolucionário — e por isso mesmo político-militar — não é espontâneo. Tal comandamento é decorrência direta da ação estratégica e tática móvel, de caráter global, bem como da potência de fogo, do seu maior volume, eficiência e capacidade técnica manejadas pelo centro estratégico e tático. (MARIGHELLA, 1972, [1968c]).

Marighella apresenta nesse documento as bases orgânicas e estruturais e os princípios da organização revolucionária e faz uma análise desse primeiro ano de existência da organização, manifestando o amadurecimento de sua trajetória intelectual, aplicando como essenciais as experiências revolucionárias, em um processo de construção da organização pela ação. Além disso, coloca em prova sua tese de construção da guerrilha como caminho para a construção da unidade e da organização que fará esse processo revolucionário.

3.5 A prática é o único critério

A legenda na qual Marighella empreendeu suas derradeiras ações foi, finalmente, intitulada de Ação Libertadora Nacional – ALN. É possível verificar que nada nesse nome sugere a existência de um partido político, de frente de massas ou

de uma aliança para revolução, denota-se apenas o elogio à prática. Os postulados fundamentais que informavam a opção adotada foram expostos em um documento publicado pela ALN, em janeiro de 1969, nas páginas da prestigiosa revista francesa *Les Temps Modernes*¹⁵, editada em Paris por Jean Paul Sartre, sob o sugestivo título de “O papel da ação revolucionária na constituição da organização revolucionária”. Nele, declarava-se que:

O que representa hoje nossa organização, a AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL, não ganhou nenhum dia sem sacrifício. É da ação revolucionária, desencadeada por pequenos grupos de homens armados, que se gerou nossa organização. A dúvida não é mais permitida: somente pela ação revolucionária que se pode constituir a organização capaz de levar a revolução à vitória. (MARIGHELLA, 1972, [1969a]).

O que a ALN propunha era a abertura para uma nova fase na história brasileira, cujos capítulos seriam escritos não com palavras, mas sim com atos. A nova vanguarda anunciava sua entrada em cena diferenciando-se das organizações tradicionais da esquerda brasileira, considerada prolixa em suas argumentações e inócua em sua performance revolucionária.

Enfim, chegara o momento para a existência de uma nova esquerda brasileira, embasada na violência revolucionária e nos princípios guerrilheiros, adaptados às condições específicas do Brasil, e no amadurecimento intelectual de Carlos Marighella. Este por sua vez é apresentado em seus textos, que desaguaram em uma das estratégias revolucionárias mais originais e genuinamente brasileiras.

Marighella, no documento “O papel da ação revolucionária na constituição da organização revolucionária” (1969), traz um pequeno balanço das atividades revolucionárias de sua organização durante o seu primeiro ano de existência. Nesse momento, escreve para um interlocutor internacional, o qual conhece apenas o discurso dos críticos à organização. Portanto, aproveita o espaço da revista e o texto para esclarecer, objetivamente, uma série de questionamentos e análises de seus opositores em relação à sua teoria revolucionária aplicada ao Brasil.

As críticas eram originárias dos mais diversos matizes da esquerda brasileira, como o PCB, o PC do B e mesmo outras organizações guerrilheiras, que também

¹⁵ Jean-Paul Sartre iniciou a publicação de textos de Marighella na Europa, em 1969, na revista *Les Temps Modernes*. A linguagem direta dos textos, traduzidos para o francês pela guerrilheira brasileira Ana Corbisier, agradou o autor de “O Ser e o Nada”. Os textos de Marighella foram apresentados ao filósofo pelos guerrilheiros frade Oswaldo Rezende e o advogado Aloysio Nunes Ferreira Filho, ambos da ALN. O filósofo francês disse “que contassem com ele”. (MAGALHÃES, p.517, 2012).

escolheram as armas como instrumento de luta e combate à ditadura brasileira, porém não estavam alinhadas, totalmente, às ideias de Marighella.

Construiu-se, dessa forma, um espaço para o debate, no qual a ALN apresentou argumentações em relação às críticas e se posicionou em um cenário internacional como organização revolucionária com princípios, estratégias e táticas firmemente estabelecidas e como opção aos ditames tradicionais dos partidos comunistas mundo afora. “Estas páginas são dedicadas à nova esquerda e aos camaradas revolucionários e antifascistas europeus” (MARIGHELLA, 1972, [1969a]).

Em 1968 éramos um grupo revolucionário de São Paulo, sem ramificações no país. Não tínhamos praticamente nada. Não tínhamos realizado ainda nenhuma ação revolucionária capaz de nos diferenciar dos demais grupos existentes engajados em discussões que não levavam a nada. Nosso primeiro passo foi sair em pequeno grupo armado para uma ação de expropriação. A ação revolucionária que nós começamos, assim, deu-nos um poder de fogo próprio. Somente a ação revolucionária nos fez crescer. Começamos com uma ou duas armas. Nós aumentamos nosso poder de fogo. Partindo do princípio de que “a ação faz o front”, desencadeamos a guerrilha urbana sem dar-lhe nome. Nas primeiras ações pegamos o inimigo de surpresa e ele acreditou que se tratava de simples marginais. Ele perdeu um ano seguindo pistas falsas. Quando descobriu seu erro, já era tarde demais. A guerra revolucionária já havia começado. (MARIGHELLA, 1972, [1969a]).

Para Marighella, esse primeiro ano de atividades da organização revolucionária era a prova de que sua proposta, a qual compreendia as ações e as experiências revolucionárias como instrumentos de aprendizado necessários para o crescimento da organização, estava colhendo frutos positivos. As forças aumentavam, a influência e o apoio popular também, transformando o agrupamento em uma organização revolucionária nacional. Conseqüentemente, nesse período, suas conclusões foram que a organização revolucionária forma-se pela sua ação e é a ação revolucionária que, por sua vez, faz uma organização e lhe dá nome. Em vista disso, lançou a Ação Libertadora Nacional – ALN.

Marighella lembrou nesse documento que as atividades revolucionárias foram lançadas em outro escrito publicado no jornal O Guerrilheiro, “Pronunciamento de agrupamento guerrilheiro de São Paulo (1968) e que os princípios táticos e estratégicos da organização não são, nem nunca foram espontaneístas, pois a guerrilha possui fundamento estratégico na revolução brasileira. (MARIGHELLA, 1972, [1969a]).

Ele contém o plano estratégico global que nós seguimos ainda hoje. A guerrilha no Brasil é a estratégia revolucionária cujo êxito depende de pôr em prática rigorosamente três elementos: 1. Planificação e preparação da guerrilha; 2. Desenvolvimento da guerrilha; 3. Transformação da guerrilha em guerra dos operários, com a formação do Exército Revolucionário Nacional. É trabalhando segundo esse plano que chegamos ao momento presente: a guerrilha urbana desencadeada é fim da etapa de preparação da guerrilha rural. (MARIGHELLA, 1972, [1969a]).

Nesse percurso pensado sobre as atividades revolucionárias e depois de um ano de atividades guerrilheiras, a organização estava entrando na fase final do primeiro estágio de uma estratégia global proposta por Marighella, à qual pertencia a fase de planificação e de preparação, ou seja, tratava-se das etapas iniciais da organização da revolução.

A guerrilha, nos textos de Marighella, esteve, permanentemente, condicionada ao elemento rural e à união camponês/proletariado, pois o papel do camponês na teoria revolucionária de Marighella era essencial para o triunfo da revolução brasileira, e a implantação da guerrilha urbana sempre foi parte de um processo de preparação da rural.

A expectativa entre seus principais críticos e interlocutores era o não cumprimento dos estágios prometidos pela proposta, e Marighella respondia esclarecendo que, exatamente por não ser um foco a estratégia global exigia o examinar incondicional dos estágios, sem afã e sem desrespeito ao amadurecer da ação revolucionária. O documento “O papel da ação revolucionária na constituição da organização revolucionária” (1969), trazia nessa questão seu caráter mais fundamental. Não adiantava esperar da organização respostas prontas, pois elas viriam da ação como construção, tanto da organização quanto da própria revolução.

Marighella, no documento em análise, voltou a elucidar seu distanciamento em relação ao foquismo e explicou os motivos pelos quais sua organização oferecia uma proposta única para a revolução. A explicação pontua que o seu projeto foi forjado aos moldes de características muito peculiares das condições históricas, geográficas, econômicas e sociais do Brasil, divergindo, mais uma vez, da tradição de homogeneização. Ou seja, em termos conceituais, países coloniais ou semicoloniais poderiam se valer dos mesmos projetos de revolução. Porém, ele não aceitava e não considerava possível utilizar as mesmas táticas e estratégias para o enfrentamento das classes dominantes e a construção do socialismo, fossem elas

oriundas dos modelos tradicionais do partido comunista ou de qualquer outro padrão, como o foquismo. Segundo Marighella:

Nosso combate contra o imperialismo se desenrola seguindo fórmulas novas com características próprias. Portanto, é de todo falso pretender que nós queremos estabelecer no Brasil um foco guerrilheiro qualquer. Nós seguimos uma via de estratégia global, que tem por objetivo o desenvolvimento da guerra revolucionária, sobre seu triplo aspecto: guerrilha urbana, guerra psicológica e guerrilha rural. Nós não instalaremos a guerrilha rural sob a forma de um foco, mas como resultado da implantação da infraestrutura guerrilheira por todo lugar onde se desenvolverá nossa organização. E como o Brasil é um país continental, nós encaramos a guerrilha como guerra de movimento, não como um foco. (MARIGHELLA, 1972, [1969a]).

A construção de uma ação revolucionária adaptada às questões brasileiras fez com que Marighella criasse as etapas de formação de guerrilha urbana, guerra psicológica (terrorismo de esquerda) e guerrilha rural como independentes, mas inter-relacionadas. Isso demonstra o requinte de suas ideias, inclusive sobre a ortodoxia das outras propostas, nas quais esclarecia que “ortodoxia é assunto de igreja”.

3.6 Segunda fase: a guerrilha rural

Em outubro de 1969, Marighella lança um pequeno texto denominado “Alocução sobre guerrilha rural”, último escrito antes de sua morte em novembro do mesmo ano. Nele, o guerrilheiro anuncia o fim da primeira fase da guerrilha, portanto, era o momento de lançar mão da segunda fase de sua estratégia e tática global guerrilheira, qual seja, a guerrilha rural, apresentada como horizonte próximo das ações da ALN.

A primeira fase da guerrilha revolucionária está em vias de completar-se. O que não significa em nenhuma hipótese diminuir o ritmo da guerrilha urbana e da guerra psicológica. Ao completar-se a primeira fase da guerra revolucionária, devemos estar prontos, na área urbana, para receber o impacto da guerrilha rural e enfrentar a perseguição muito maior da ditadura militar fascista, que passará a empregar contra nós a estratégia do cerco e do aniquilamento. É necessário, agora, levar muito mais a sério a tarefa de concluir e solidificar a infra-estrutura revolucionária urbana e aumentar ao máximo os distúrbios da guerrilha urbana, diversificando as ações e não dando tempo ao inimigo para resistir. (MARIGHELLA, 1972, [1969b]).

Apresenta-se nesse trecho do texto um elemento chave do pensamento de Marighella de forma mais objetiva, pois se evidencia o segundo estágio da guerrilha e se esclarece que essa etapa não elimina a anterior. Pelo contrário, soma-se a ela, oferecendo mais ímpeto à guerrilha urbana e à estruturação da rural. Assim sendo, é possível perceber um ponto nevrálgico do pensamento revolucionário marighellista, qual seja, o papel do camponês na teoria revolucionária, o qual se apresenta incluído em um processo muito mais amplo, existindo uma interdependência entre guerrilha urbana e rural. Propõe-se, portanto, a vitória revolucionária no Brasil por meio da aliança operário/camponês.

A guerrilha rural brasileira deverá surgir em meio à rebelião social no campo, tal como a guerrilha urbana surgiu em meio à rebelião social na área das cidades. Os revolucionários camponeses devem, desde agora, expropriar os latifundiários, assim como expropriamos os bancos e os carros e trens pagadores na cidade. (MARIGHELLA, 1972, [1969b]).

Desse modo, a guerrilha deveria ser lançada no campo e sua viabilidade dependeria da constituição de uma classe camponesa revolucionária. Está presente nessa tese a concepção de classe camponesa como primazia da revolução, compreendendo que a guerrilha não é rural apenas pela sua localização, mas sim para designar o trabalhador rural. Marighella conta com a disposição do trabalhador rural em se libertar da truculência e de abusos constituintes das relações de trabalho no campo, ou seja, acredita que esse sujeito na busca pela liberdade apresente uma vocação revolucionária. Na sua proposta, não basta lançar estudantes, intelectuais ou dirigentes comunistas num foco guerrilheiro distante e esperar que dali se concretize algo revolucionário.

Assim, o início da estruturação da guerrilha rural, como parte de uma estratégia e tática global, reforça a guerrilha urbana e preconiza a classe camponesa como o “calcanhar de alquiles” da ditadura militar.

Marighella confere importância a essa aliança, pois verifica que o movimento operário no Brasil se constituiu em bases históricas que não substanciaram o proletariado em um movimento autônomo. Ao contrário, desde seus primórdios está relacionado às ações de governo e de Estado, estando a classe operária posicionada, frequentemente, à mercê do liberalismo dos governos. Esse processo, iniciado por Getúlio Vargas e enraizado na sociedade, exerceu, por vezes na classe operária, um ímpeto para reconciliação com a burguesia, resultando em fragilidades

que subjugarão o crescimento de tomada de consciência das classes trabalhadoras e esvaziaram a luta revolucionária.

Conrad Detrez, jornalista colaborador da revista trotskista francesa *Front*, entrevistou Carlos Marighela em outubro de 1969¹⁶, um mês antes de sua morte, em São Paulo. Ao responder quem seriam os guerrilheiros rurais, Marighella sentenciou:

Grupos onde serão inseridos homens nascidos no campo e vindos à cidade para trabalhar. Aqui politizaram-se e receberam treinamento; agora voltam para casa. O êxodo rural, importante na América Latina, é, deste ponto de vista, um fator positivo. Aliás, a incorporação de camponeses à revolução é indispensável se se quer transformar em profundidade a sociedade brasileira. Uma luta que oponha somente a burguesia ao proletariado urbano pode resultar em conciliação. Não seria a primeira vez que o proletariado urbano deixar-se-ia integrar no sistema. (MARIGHELLA, 1972, [1969c]).

A sua última entrevista, concedida à revista *Front* em setembro de 1969, e o seu último texto “A locução sobre guerrilha rural”, divulgado em outubro de 1969, converteram-se em uma espécie de testamento revolucionário, pois neles confirmou aos guerrilheiros a próxima etapa da ação revolucionária, que seria o lançamento da guerrilha rural.

A segunda fase da guerra revolucionária é a fase da guerrilha rural e não surge por acaso. Ela é fruto de tudo que se preparou e se realizou anteriormente dentro da lei básica da guerra revolucionária e segundo um plano estratégico e tático global estabelecido de antemão. Sem plano estratégico e tático global é impossível atingir a segunda fase da guerra revolucionária e lançar a guerrilha rural. Este plano estratégico e tático global determina que antes do lançamento da guerrilha rural, os revolucionários que já estavam no campo e os que para lá se dirigirem devem intensificar a montagem da infra-estrutura revolucionária da guerrilha rural. É preciso continuar percorrendo os eixos guerrilheiros, estabelecendo pontos de apoio numa espécie de atividade à moda de Lampião, construindo a rede de coiteiros camponeses e a rede camponesa de informação para revolucionários. (MARIGHELLA, 1972, [1969b]).

A guerrilha rural possuiu seus fundamentos extraídos genuinamente das experiências brasileiras de desobediência, de revoltas e de agitações sociais, historicamente marcadas no imaginário popular. Essa associação com a cultura popular era uma tentativa de fazer a comunicação de sua complexa teoria

¹⁶ Essa entrevista foi intermediada pelos dominicanos e realizada no Convento das Perdizes. Os mesmos dominicanos que no mês seguinte, 4 novembro de 1969, entregariam, sob monstruosa tortura, Marighela à polícia.

revolucionária com a gente do povo e, principalmente, com a gente do mundo rural, pessoas simples das camadas sociais mais basilares e dos rincões do sertão brasileiro. Para isso, Marighella resgatou elementos dessa cultura violenta e heroicizada de rebeldes lendários do imaginário popular como Lampião, Tiradentes, Antônio Conselheiro e até a organização da Coluna Prestes.

Esclarecida a próxima fase e sua aproximação com a cultura popular, era essencial explicar como se avançaria nessa nova etapa:

A guerrilha rural brasileira será feita sob a forma de marcha. Ela tem que estar educada para as operações móveis, desde as mais elementares às mais complexas. Uma guerra revolucionária no Brasil era uma guerra de movimento, como já está sendo na cidades através da guerrilha urbana. (MARIGHELLA, 1972, [1969b]).

A guerra de movimento, de longa duração, com flexibilidade, mobilização rápida e sem defesa a territórios, era a chave tática, de efetivação e de construção do exército de libertação nacional, aos moldes do que houve na estruturação da guerrilha urbana. Ou seja, a proposta era constituir condições materiais e estruturação via expropriações, terrorismo e agitação social do campo:

As plantações dos fazendeiros devem ser queimadas, o gado dos grandes pecuaristas, dos frigoríficos e das invernadas deve ser expropriado e abatido para matar a fome dos camponeses. A parte restante deve ser dispersada pelas matas brasileiras afim de que o guerrilheiro rural encontre carne para comer. Os grileiros e os norte-americanos proprietários de terras devem ser tocados e mortos, assim como os capangas dos fazendeiros. O mesmo castigo deverá ser imposto aos administradores, feitores, capatazes, que perseguem os camponeses e destroem suas benfeitorias. Os latifundiários que exigem prestações de serviço gratuitos dos seus trabalhadores devem ser sequestrados e seus bens expropriados. Os armazéns e barracões onde são comprados os gêneros alimentícios a troco de vale devem ser saqueados. Os cárceres privados em que os fazendeiros mantêm segregados os trabalhadores rurais devem ser destruídos. O mesmo deve acontecer com as cadeias públicas onde os camponeses estão presos. Os arquivos de coletorias devem ser incendiados e bem assim, as letras, as promissórias rurais e os demais papéis destinados à cobrança de dívidas e impostos dos camponeses. Deve ser arrancado o capim onde os latifundiários ameaçam substituir por pastagens a lavoura dos camponeses. É preciso repelir os despejos a bala, invadir as terras devolutas e as terras loteadas pelos fazendeiros ou grandes companhias agrícolas. (MARIGHELLA, 1972, [1969b]).

Na última parte do texto “A locução sobre a guerrilha rural” (1969), e por fortuito da história também o último texto de Marighella, surge um terceiro elemento fundamental do constitutivo para aliança armada: os estudantes. Por acreditarem na

prática revolucionária como a única forma de organização e de desenvolvimento revolucionário, os estudantes surgem em um novo patamar da aliança armada, contudo Marighella não dispôs de tempo suficiente para amadurecer e elaborar o seu papel junto ao proletariado urbano e ao campesinato.

No fechamento de uma análise dos dois primeiros anos de ação guerrilheira e de organização revolucionária, desde a primeira denominação como agrupamento comunista de São Paulo até a Ação Libertadora Nacional (ALN), Marighella desenvolveu sua intelectualidade aprimorando os elementos que construíram as estratégias e as táticas da guerrilha rural; o papel do camponês; da organização revolucionária e a aliança camponês/proletário para construção do exército de libertação nacional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa e a análise que finalizamos compreendeu como objetivo rastrear, por meio dos escritos e dos depoimentos de Marighella, sua trajetória intelectual, permitindo a percepção da construção de uma teoria revolucionária particular, em relação ao universo da reação à ditadura militar no Brasil, demonstrando, dessa forma, a engenhosidade de Marighella ao criar a ALN.

Não objetivamos fechar questão, mas contribuir para a compreensão e a construção do debate sobre a nova esquerda brasileira surgida pós golpe civil-militar de 1964, possibilitando estudar esse olhar revolucionário proposto por Marighella em seus escritos.

Olhar esse que nos posiciona diante de uma teoria revolucionária, a qual se origina, essencialmente, da adaptação de experiências e de matizes teóricas diversas, contudo, adequadas as condições e as peculiaridades do povo brasileiro. Possui como natureza o ecletismo e por essência a incompletude, justamente, pelo método escolhido por sua genialidade e espírito audacioso, em que a ação, a prática e a experiência revolucionária tomam forma, robustez e amadurecimento, aparando arestas ou equívocos para chegar a uma próxima etapa.

Traçamos a trajetória intelectual de Carlos Marighella, inicialmente, de seu lugar de militância política, o PCB, nos debates internos que o Partido Comunista Brasileiro construiu a partir da cassação dos mandatos dos parlamentares e da volta do partido a clandestinidade.

As discussões, foi possível perceber, estavam fixadas nas disputas em torno do estágio em que a revolução brasileira se encontrava e seria a partir dessa etapa a escolha da linha política que os operários, via partido, deveriam empreender. Havia dois polos em disputa, um que acreditava na perspectiva da revolução brasileira amadurecida e com condições objetivas formadas, portanto, não havia mais espaço para alianças com a burguesia nacional nesse processo.

No outro polo, estavam as concepções que acompanhavam as diretrizes do VII Congresso Internacional Comunista de 1935, para países coloniais ou semicoloniais, na qual as orientações eram homogêneas e hegemônicas, ou seja, iguais e para todos. Diante desse ponto de vista, os países do terceiro mundo, na revolução, deveriam colaborar em direção ao avanço do desenvolvimento de um capitalismo nacionalista, com espaço para uma aliança com a burguesia nacional e

democrática. Assim, operários e burguesia, libertariam, seus países das amarras coloniais e imperialistas para, finalmente, constituir um desenvolvimento maduro do estágio econômico, necessários ao surgimento de uma classe operária sólida, que só então, levaria a revolução socialista do proletariado.

Para ambos os polos, o essencial, além da definição do estágio econômico do Brasil, era o papel dessa burguesia na revolução brasileira, efetivamente, vinculada aos interesses imperialistas ou almejava por um desenvolvimento nacionalista do capital nacional, ou seja, participaria em um projeto político democrático e nacionalista ou se posicionaria à mercê dos projetos imperialista.

Essas discussões e disputas internas do partido, que se colocavam nesses debates e nesse contexto específico posicionavam Marighella de maneira muito próxima a Carlos Prestes e seu grupo dentro do PCB, isto é, acreditava que as condições objetivas exigiam uma aliança com a burguesia nacional, para o desenvolvimento nacional e democrático do país.

Porém, em sua trajetória Intelectual, verificamos três momentos críticos, que forjaram um distanciamento dessa postura conciliatória com a burguesia, de sua ligação com Prestes e com partido, por uma busca de alternativas que constituíram uma originalidade em seu pensamento revolucionário.

O primeiro momento foi em 1946 com a ilegalidade do PCB, quando Marighella sentenciar que se tratava de uma verdadeira traição da burguesia nacional e um golpe a democracia, para ele, a partir de então, a burguesia estaria, constantemente, titubeante ante seu envolvimento independente ou dependente ao imperialismo, possibilitando à traição da nação e da pátria.

O segundo momento crucial foi em 1956, data que marca mais uma ruptura profunda, com as denúncias dos crimes de Stalin. Nesse contexto, Marighella põe em cheque seu maior paradigma de governo socialista, pois seu símbolo de liderança cai por terra. Os informes desses crimes transfiguraram sua visão sobre a figura da liderança na revolução, na democracia e na organicidade partidária. Ainda em 1956, Marighella aproxima-se das ligas camponesas e inicia um processo de localizar o camponês como agente essencial da revolução nacional, além de vivenciar, em uma longa viagem, outras experiências e práticas revolucionárias e guerrilheiras em países comunistas como a União Soviética, a China e Cuba.

O terceiro momento nevrálgico aconteceu no ano de 1964, com o golpe final para a transformação do pensamento político de Marighella, no qual,

essencialmente, a burguesia havia, novamente, ficado do lado dos inimigos da nação e a autocrítica do partido lançou a responsabilidade do golpe de 1964 ao esquerdismo. Prestes não responsabilizava a política de aliança com a burguesia, mas sim a aplicabilidade dessa política, acusando o radicalismo de esquerda como o motivo do fracasso da política de frente única, enquanto Carlos Marighella obstinava-se na tese de que a política de aliança colocava o partido e o proletariado a reboque de uma burguesia parasitária, desleal e cúmplice do imperialismo norte-americano.

Marighella, ainda no partido, apresentou como autocrítica uma crise de liderança que deixava o proletariado a mercê da liderança burguesa e o partido acabava se tornando um escritório de serviços burocráticos não articulando e nem liderando o operário para uma revolução nacional democrática, pelo contrário, era responsável por uma desarticulação de forças revolucionárias legítimas, como movimentos sindicais, camponeses, estudantis e mesmo da estrutura partidária.

Estavam lançadas, a partir desses duros golpes aos princípios de Marighella, uma busca por alternativas, que oferecessem aos comunistas brasileiros um novo caminho. Essa construção percebe-se tomar forma, efetivamente, nos escritos de Marighella, logo após o golpe de 1964, numa tentativa de expor ao partido uma autocrítica que esgotasse a linha conciliatória e, por conseguinte, trouxesse a liderança da revolução para o proletariado.

Entre 1964 até sua saída do partido em agosto de 1967, Marighella tenta emplacar a tese de que a violência revolucionária é a única saída para a luta do operariado contra um inimigo que estava nas trincheiras das armas e não no campo reivindicatório, político ou eleitoral. Não havia espaço para a política, pois o golpe havia aterrado a política e a democracia e o estado tornara-se uma “ditadura fascista”. Cabia agora ao partido se recolocar na condição de liderança e se tornar um polo para as forças mais radicais, mas isso não aconteceu.

É então que Marighella elabora sua posposta revolucionária e constitui as bases de um pensamento original, efetivando toda sua experiência prática e teórica traduzida na aliança operário/camponês, na violência revolucionária, na guerrilha e no agir como elementos fundamentais de uma nova organização revolucionária. Entre todos esses elementos, importantes à revolução, um se destaca, a ação, pois conduz os outros a reparar rotas, elaborar táticas e estratégias, para Marighella é a disposição do agir que conduzirá à revolução e à emancipação do povo brasileiro.

É essencial compreender que esses e outros elementos são conclusivos à análise dos textos de Marighella e sobre sua originalidade, pois percebe-se, verdadeiramente, uma ruptura com o convencional das esquerdas tradicionais, mas não estão dispostos didática e pedagogicamente em seus escritos. São ideias que surgem em um movimento não linear, porém frequentes em várias fases dos textos analisados.

Um deles é o olhar peculiar que Marighella percebe, lança e apresenta sobre o camponês, mesmo em um universo de leis pétreas sobre o papel das classes, presente no marxismo-leninista, existente no interior do partido comunista. Marighella verifica, que em condições específicas, a revolução brasileira é completamente dependente do estabelecimento de um novo patamar revolucionário para a classe camponesa, assim, eleva-a em pé de igualdade a classe operária, constituindo-a como determinante e interdependente, ou seja, fundamental a união revolucionária entre operários e camponeses.

Diante disso, as novas ideias da esquerda atingem a natureza das classes e rompem com a demanda clássica de que o proletariado é detentor e “ponta de lança” do processo revolucionário.

Outro elemento está relacionado a organização, oferecida como mecanismo revolucionário por Marighella e, mais uma vez, verificamos uma ruptura absoluta, com outra regra pétrea para os auto proclamados detentores do marxismo-leninista, convencional à época, o partido, posto em “cheque”, pois sua organização, segundo o guerrilheiro, é condicionada a um espaço de reuniões inúteis, discussões acadêmicas sem fins práticos, e pior que sua inoperância é a sentença de ser o responsável pelas derrotas impostas ao operariado brasileiro.

É, justamente, a proposta organizativa que Marighella apresenta para levar a vitória à revolução brasileira. Após sua ruptura com a organização partidária e o centralismo democrático, gera-se a necessidade de uma concepção de organização revolucionária, a qual conduza à revolução brasileira e é sobre essa elaboração que apresentamos o elemento conclusivo da pesquisa sobre a trajetória intelectual de Carlos Marighella, entendido como a ação revolucionária.

O agir revolucionário é o responsável pela constituição da organização revolucionária, observamos no decorrer dos textos analisados e no seu escrutínio, que a proposta de Marighella foi, essencialmente, construir uma organização revolucionária embasada em experiências históricas concretas de guerrilhas

efetivadas em vários lugares do mundo e constituídas por diversas teorias, somada as adaptações necessárias à realidade brasileira e à prática revolucionária da própria organização.

No interior da constituição organizativa da ALN, a horizontalização da linha de comando e a independência dos grupos para a ação revolucionária são elementos diretamente condicionados a ação, “nenhum revolucionário deve pedir licença para cometer atos revolucionários”, sob essa regra de ouro a organização se expandiu, fortemente, em seus primeiros anos de existência. Conseqüentemente, a epígrafe da revolução brasileira foi estabelecida na frase “A ação faz a vanguarda!”

Todos esses fatores são a gênese fundamental da teoria revolucionária, forjada pela trajetória intelectual de Marighella. Os temas descortinavam-se conforme Marighella amadurecia em seus escritos e depoimentos as ideias que deram forma a ALN. O seu engenho revolucionário possui outros elementos, que são apresentados e constituem o corpo completo da teoria revolucionária, contudo, todos eles seguem esses elementos de ruptura e proposição na formação de uma teoria revolucionária *sui generis*, estudada, planejada e vivenciada por Carlos Marighella.

FONTES

As fontes estão ordenadas pela ordem alfabética de chamada. Os documentos que respondem pela mesma chamada estão ordenados cronologicamente pelo ano em que se tornaram publicamente conhecidos, seja pela primeira edição, no caso dos documentos publicados, seja pela data provável do início da circulação, no caso de manuscritos clandestinos seguidamente redatilografados. Esta data é oferecida, como derradeira informação da fonte, entre colchetes.

No corpo inteiro do trabalho, a datação entre colchetes, quando oferecida seguindo a datação entre parênteses, corresponde ao ano da publicação original ou da circulação do manuscrito, em concordância com a lista abaixo.

CARTA DOS 100. **Em defesa do partido.** Rio de Janeiro Agosto de 1961. A Classe Operária, em abril de 1962. Texto conhecido como: **Carta dos 100.** Disponível em: <http://pcdobalagoinhas.blogspot.com.br/p/90anos.html>
Chamada: (Carta dos 100, 1961).

CC do PCB (Comitê Central do Partido Comunista do Brasil). **Programa do Partido Comunista do Brasil - IV Congresso.** 7 a 11 de novembro de 1954. Rio de Janeiro, Problemas: Revista Mensal de Cultura Política, nº 64, dezembro 1954 a fevereiro de 1955. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/64/programa.htm
Chamada: (CC do PCB, 1954)

CC do PCB (Comitê Central do Partido Comunista do Brasil). **Declaração Sobre a Política do PCB.** In: PCB: vinte anos de política. Documentos 1958-1979. Documentos compilados por Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: LECH – Livraria Ed. Ciências Humanas, 1980, p. 3-27. [Texto conhecido como: **Declaração de 1958.** Publicação original: Rio de Janeiro, Jornal Voz operária, 23 de março de 1958].
Chamada: (CC do PCB, 1980, [1958]).

MARIGHELLA, Carlos. **Nossa Política**. Rio de Janeiro. Problemas, Problemas: Revista Mensal de Cultura Política nº 6 - Janeiro de 1948. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/marighella/1948/01/politica_06.htm

Chamada: (MARIGHELLA, 1948)

MARIGHELLA, Carlos. **Alguns aspectos da renda da terra no Brasil**. Rio de Janeiro. Revista Estudos Sociais, maio-junho 1958. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marighella/1958/renda/>

Chamada: (MARIGHELLA, 1958).

MARIGHELLA, Carlos. **Por que resisti à prisão**. In: EDITORIAL LIVRAMENTO. Escritos de Carlos Marighella. Rio de Janeiro: Editora Livramento, 1979, p. 9-47 [1965].

Chamada: (MARIGHELLA, 1979, [1965]).

MARIGHELLA, Carlos. **A crise brasileira**. In: EDITORIAL LIVRAMENTO. Escritos de Carlos Marighella. Rio de Janeiro: Editora Livramento, 1979, p.49 -88 [1966a].

Chamada: (MARIGHELLA, 1979, [1966a]).

MARIGHELLA, Carlos. **Carta à executiva**. In: EDITORIAL LIVRAMENTO. Escritos de Carlos Marighella. Rio de Janeiro: Editora Livramento, 1979, p.89-97 [1966b].

Chamada: (MARIGHELLA, 1979, [1966b]).

MARIGHELLA, Carlos. **Correspondência dirigida ao Comitê Central do PCB**. Centro de informações da Marinha. Agência Brasília, encaminhamento número 857/16/AC/1972, Ação subversiva no Brasil, Uma publicação interna do CENIMAR. Documento número 219. Arquivo Nacional, Referencia P1062/2015.

Chamada: (MARIGHELLA, 1972, [1967]).

MARIGHELLA, Carlos. **Algumas questões sobre a guerrilha no Brasil.** In: EDITORIAL LIVRAMENTO. Escritos de Carlos Marighella. Rio de Janeiro: Editora Livramento, 1979, p. 117-130 [1968a].

Chamada: (MARIGHELLA, 1979, [1968a]).

MARIGHELLA, Carlos. **O guerrilheiro - Pronunciamento do agrupamento comunista de São Paulo.** Serviço Nacional de Informações. Agência Brasília, encaminhamento número 284/16/ABS/SNI/1972, Documentos doutrinários da ALN, apreendidos em 23 de Maio de 1972 em poder de Luiz Alberto Gomes de Oliveira. Documento número 05 - 12f. Arquivo Nacional, Referencia P1042/2015.

Chamada: (MARIGHELLA, 1972, [1968b]).

MARIGHELLA, Carlos. **Questões de organização.** Serviço Nacional de Informações. Agência Brasília, encaminhamento número 284/16/ABS/SNI/1972, Documentos doutrinários da ALN, apreendidos em 23 de Maio de 1972 em poder de Luiz Alberto Gomes de Oliveira. Documento número 07 - 08f. Arquivo Nacional, Referencia P1042/2015.

Chamada: (MARIGHELLA, 1972, [1968c]).

MARIGHELLA, Carlos. **O papel da ação revolucionária na constituição da organização revolucionária.** Serviço Nacional de Informações. Agência Brasília, encaminhamento número 284/16/ABS/SNI/1972, Documentos doutrinários da ALN, apreendidos em 23 de Maio de 1972 em poder de Luiz Alberto Gomes de Oliveira. Documento número 16 - 08f. Arquivo Nacional, Referencia P1042/2015.

Chamada: (MARIGHELLA, 1972, [1969a]).

MARIGHELLA, Carlos. **Alocução sobre a guerrilha rural.** Serviço Nacional de Informações. Agência Brasília, encaminhamento número 284/16/ABS/SNI/1972, Documentos doutrinários da ALN, apreendidos em 23 de Maio de 1972 em poder de Luiz Alberto Gomes de Oliveira. Documento número 18- 03f. Arquivo Nacional, Referencia P1042/2015.

Chamada: (MARIGHELLA, 1972, [1969b]).

MARIGHELLA, Carlos. **Entrevista de Marighella concedida ao jornalista Conrad Detrez: Semanário francês - Front de 03 de Novembro de 1969 sob o título “O Brasil será um novo Vietnã”**. Serviço Nacional de Informações. Agência Brasília, encaminhamento número 284/16/ABS/SNI/1972, Documentos doutrinários da ALN, apreendidos em 23 de Maio de 1972 em poder de Luiz Alberto Gomes de Oliveira. Documento número 20 - 11f. Arquivo Nacional, Referencia P1042/2015.
Chamada: (MARIGHELLA, 1972, [1969c]).

OLAS, Organização Latino-americana de Solidariedade. **Declaração Geral da OLAS**. Serviço Nacional de Informações. Agência Brasília, encaminhamento número 284/16/ABS/SNI/1972, Documentos doutrinários da ALN, apreendidos em 23 de Maio de 1972 em poder de Luiz Alberto Gomes de Oliveira. Documento número 26. Arquivo Nacional, Referencia P1042/2015. [Havana - Ano da circulação da Declaração Geral - 1967].
Chamada: (OLAS, 1967.)

PRESTES, Carlos. **Como Enfrentar os Problemas da Revolução Agrária e Anti-Imperialista**. s/local: Editorial Vitória, s/data. Texto conhecido como: **Manifesto de 1948**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/ano/mes/enfrentar.htm#tr1> [1948].
Chamada: (PRESTES, 1948.)

PRESTES, Carlos. **Prestes aponta aos brasileiros o caminho da libertação**. Rio de Janeiro, Revista Mensal de Cultura Política nº 29 - Ago-Set de 1950. Texto conhecido como: **Manifesto de Agosto de 1950**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/1950/08/01.htm> .
Chamada: (PRESTES, 1950).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, Jorge. **O cavaleiro da esperança**. São Paulo: Companhia das Letras, 1942.

BETTO, Frei. **Batismo de Sangue: Guerrilha e Morte de Carlos Marighella**. 14ª ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

Câmara, Antônio. **“O PCB, Marighella e a questão agrária”** In: (org.). NÓVOA, Cristiane; NÓVOA, Jorge. Carlos Marighella: o homem por trás do mito. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

DEBRAY, Régis. **Revolução na revolução**. São Paulo: Centro Editorial Latino Americano, s/d..

DIAS, Reginaldo Benedito. **Sob o signo da revolução brasileira: A experiência da Ação popular no Paraná**. Maringá: Eduem, 2003.

FERNANDES, Florestan. **“O pensamento Político de Carlos Marighella”** In: (org.). NÓVOA, Cristiane; NÓVOA, Jorge. Carlos Marighella: o homem por trás do mito. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

FERREIRA, Muniz. **“Carlos Marighella: revolução e antinomias”** In: (org.). NÓVOA, Cristiane; NÓVOA, Jorge. Carlos Marighella: o homem por trás do mito. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

FICO, Carlos. **Além do Golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. 3º Ed. – Rio de Janeiro: Record, 2014.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas: a esquerda brasileira da luta perdida a revolução armada**. 5º ed, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: expressão popular, 2014.

JOSÉ, Emiliano. **Carlos Marighella - O Inimigo Número Um Da Ditadura Militar**. São Paulo: Editora Casa Amarela, 2004.

JUNIOR, Edison Teixeira da Silva. **“Ou ficar a pátria livre, ou morrer pelo Brasil”**. In: (org.). SALES, Jean Rodrigues. Guerrilha e revolução: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil. 1º Edição – Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2005.

MAGALHÃES, Mário. **Marighella: O guerreiro que incendiou o Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

MARIGHELLA, Carlos. Por que resisti à prisão. In: MARIGHELLA, Carlos. **Escritos de Carlos Marighella**. São Paulo: Livramento, 1979a.

MARIGHELLA, Carlos. Et al. **A questão agrária – textos dos anos sessenta**- São Paulo: Editora Brasil Debates, 1980.

MENEZES, Marcos Vinícius Bandeira de. **Estratégias e táticas da revolução brasileira: Prestes versus o Comitê Central do PCB**. Campinas, 2002, Dissertação (Mestrado em Ciência Política) --- Universidade de Campinas.

MORAES, Denis de (org.) **Prestes com a palavra**: uma seleção das principais entrevistas do líder comunista. Campo Grande, Letra Livre, 1997.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **PCB: vinte anos de política, Documentos. 1958-1979**. São Paulo: Ciências Humanas.(1980).

NÓVOA, Cristiane; NÓVOA, Jorge. **Carlos Marighela: o homem por trás do mito**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

PAZ, Carlos Eugênio. **Nas trilhas da ALN: Memórias romanceadas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. **Viagem à luta armada: memórias da guerrilha**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.

PRADO JR., Caio. **A Revolução Brasileira**. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PRESTES, Anita Leocádia. **Anos tormentosos - Luís Carlos Prestes: correspondência da prisão (1936-1945)**. Petrópolis, Vozes.

PRESTES, Maria. **Prestes, meu companheiro: 40 anos ao lado de Prestes**. Rio de Janeiro, Rocco, 1992.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. **A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

REZENDE, Claudinei Cássio de. **Suicídio Revolucionário: a luta armada e a herança da quimérica revolução em etapas**. São Paulo: editora Unesp (Cultura Acadêmica), 2010.

RIBEIRO, Maria Claudia Badan. **“As mulheres da Ação Libertadora Nacional”**. In: (org.). SALES, Jean Rodrigues. **Guerrilha e revolução: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil**. 1º Edição – Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2005.

RICO, Ricardo Costa. **Breve Histórico do PCB** (Partido Comunista Brasileiro). Disponível em: <http://pcb.org.br/portal/docs/historia.pdf>. Acesso em: 12 Maio 2016.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Unesp, 1993.

SALES, Jean Rodrigues. **O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)** / Jean Rodrigues Sales. Campinas, SP: [s. n.], 2005.

_____. **Guerrilha e revolução: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil** [et al.]; organização Jean Rodrigues Sales. 1º Edição – Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2005.

_____. **A luta armada contra a ditadura militar no Brasil: A esquerda brasileira e a influência da revolução cubana**. 1º Edição – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007. – (coleção história do povo brasileiro)

TEIXEIRA, Edson. **Carlos: A face oculta de Marighela**. Vassouras: 1991. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Severino Sombra.